

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PAULO DA SILVA LIMA

O PROCESSO ARGUMENTATIVO EM EDITORIAIS

**São Paulo
2008**

PAULO DA SILVA LIMA

O PROCESSO ARGUMENTATIVO EM EDITORIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Elisa Guimarães

**São Paulo
2008**

L732p Lima, Paulo da Silva

O processo argumentativo em editoriais. / Paulo da
Silva Lima. – São Paulo. – 2008
105 p. ; 30 cm

Dissertação (Letras) –
Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.
Orientação: Prof^a. Dr^a Elisa Guimarães Pinto
Bibliografia: p. 99 -100

1. Argumentação. 2. Jornalismo. 3. Editoriais. 4
Discurso. I. Título.

CDD: 869.5

PAULO DA SILVA LIMA

O PROCESSO ARGUMENTATIVO EM EDITORIAIS

**Dissertação apresentada à Universidade
Presbiteriana Mackenzie, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Letras.**

Aprovado em _____ de _____ de 2008

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a Elisa Guimarães
Universidade Presbiteriana Mackenzie – (Orientadora)**

**Prof^a. Dr^a Dina Maria Martins Ferreira
Universidade Presbiteriana Mackenzie**

**Prof^a. Dr^a Zilda Maria Zapparoli
Universidade de São Paulo**

À minha esposa, Crizângela, e à minha filha, Aida, pelo constante incentivo e apoio, principalmente, nos momentos mais difíceis desta etapa em nossa vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o caminho, a verdade e a vida, pela oportunidade de estar vivo e fazendo parte deste momento tão maravilhoso.

Aos meus pais, por terem me criado, educado e me dado a oportunidade e o incentivo para estudar.

À minha tia Tetê, por ter sido a minha segunda mãe e estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

A todos aqueles que foram meus professores no Colégio Santa Teresa, por terem sido o alicerce da minha vida como estudante.

À Prof^a. Dr^a. Elisa Guimarães, minha eterna gratidão, por ter sido uma orientadora persistente e amiga, que com muita paciência e constante acompanhamento, ajudou-me a elaborar este trabalho.

Às Professoras Doutoras Dina Maria Martins Ferreira e Zilda Maria Zapparoli, componentes da banca examinadora, pelas sugestões enriquecedoras que contribuíram para o engrandecimento deste trabalho.

A todos aqueles que foram meus professores na Universidade Presbiteriana Mackenzie, por compartilharem comigo seus conhecimentos.

À CAPES e ao MACKPESQUISA, pelo apoio financeiro, pois sem o qual a realização desta pesquisa seria ainda mais difícil.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar, com base na teoria da Argumentação e em fundamentos da Análise do Discurso, editoriais que abordam a questão da crise aérea brasileira entre os anos de 2006 e 2007. Para isso, serão explorados dois textos do jornal *O Estado de São Paulo* e dois da *Folha de São Paulo*. Essa pesquisa será sustentada por autores como Aristóteles, cuja abordagem retrata os estudos retóricos da Antigüidade e que até hoje perduram nas pesquisas sobre argumentação. Também serão usadas as teorias de Perelman & Tyteca, dando-se ênfase à nova retórica em *Tratado da Argumentação* e de Olivier Reboul que aborda as principais questões sobre o estudo da retórica. Serão utilizadas para a análise do corpus, teorias da análise do discurso de linha francesa que consideram que o processo discursivo abrange tanto o aspecto lingüístico quanto o social, pois o enunciador é marcado por fatores sócio-históricos que são determinados pelas formações discursivas e ideológicas que regem qualquer ato discursivo. Assim, serão identificados os recursos retóricos e lingüísticos que servirão para demonstrar que o editorial é um texto altamente argumentativo, já que em sua essência há sempre a presença da ideologia pertencente à instituição jornalística. Por isso, mostrar-se-ão quais técnicas argumentativas os referidos jornais usaram na tentativa de persuadir e propagar sua postura ideológica em relação aos problemas da aviação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Retórica, Argumentação, Jornalismo, Editoriais, Discurso.

ABSTRACT

To present dissertation has for objective to analyze, with base in the theory of the Argumentation and in fundamentals of the Analysis of the Discourse, editorials that approach the subject of the Brazilian aerial crisis among the years of 2006 and 2007. For that, two texts of the newspaper will be explored *O Estado de São Paulo* and two of the *Folha de São Paulo*. That research will be sustained by authors as Aristóteles, whose approach portrays the rhetorical studies of the Antique and that to today last long in the researches about argumentation. Also the theories of Perelman & Tyteca will be used, feeling emphasis to the new rhetoric in Treaty of the Argumentation and of Olivier Reboul that approaches the main subjects on the study of the rhetoric. They will be used for the analysis of the corpus, theories of the analysis of the discourse of French line that consider that the discursive process includes as much the linguistic aspect as the social, because the enunciater is marked by partner-historical factors that are certain for the discursive and ideological formations that govern any discursive action. Like this, they will be identified the rhetorical and linguistic resources that will be to demonstrate that the editorial is a text highly argumentative, since in his essence there is always the presence of the ideology belonging to the journalistic institution. Therefore, they will be shown which argumentative techniques referred them newspapers used in the attempt of to persuade and to spread his ideological posture in relation to the problems of the Brazilian aviation.

KEY- WORDS: Rhetoric, Argumentation, Journalism, Editorials, Discourse.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	1
2.1	HISTÓRICO DO JORNALISMO.....	1
2.2	OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....	4
2.2.1	Editorial	8
3	APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO	13
3.1	ORIGENS DA RETÓRICA.....	13
3.2	AS PARTES DA RETÓRICA SEGUNDO ARISTÓTELES.....	16
3.2.1	Invenção	16
3.2.2	Disposição	19
3.2.3	Elocução	22
3.2.4	Ação	25
3.3	ARGUMENTAÇÃO.....	27
3.3.1	Os âmbitos da argumentação	27
3.3.2	Estratégias de argumentação	34
3.3.2.1	Argumentos quase lógicos.....	34
3.3.2.2	Argumentos fundados na estrutura do real.....	38
3.3.2.3	Argumentos que fundamentam a estrutura do real.....	41
3.4	DISCURSO.....	43
3.4.1	Conceito	43
3.4.2	Ideologia	44
3.4.3	Sujeito e discurso	45

3.4.4	O discurso jornalístico.....	48
4	ANÁLISE DO CORPUS.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Desde o início de sua existência, o ser humano vem se servindo da linguagem para se comunicar com os seus semelhantes. Por isso, o homem utiliza o discurso para tentar expor seu modo de pensar e seus princípios sociais, ou seja, sua maneira de encarar a vida. Dessa forma, pode-se entender que uma manifestação discursiva pode acabar se transformando, de fato, em um ato argumentativo e, com isso, a argumentação passa a ser um dos meios bastante eficazes para a propagação de muitos preceitos que se fazem presentes nas sociedades. Portanto, pode-se dizer que o homem sempre se valeu do discurso argumentativo para, de forma intencional, persuadir e convencer o seu próximo a respeito de determinadas questões sociais.

Desde a Grécia antiga, as pessoas sempre tiveram a consciência de que a palavra pode se transformar em uma importantíssima ferramenta para a obtenção do respeito, da credibilidade e, em consequência disso, do poder. Foi a partir disso que, tendo suas origens com Górgias e posteriormente sendo estudada por Aristóteles, surgiu a retórica, uma disciplina que desde o seu nascimento se transformou em um campo de estudo de muita importância para as diversas áreas do conhecimento.

Essa relevância da retórica que surgiu na antiguidade e que perdurou durante todas as épocas continua muito forte nos dias atuais. Isso porque, nos recentes estudos que se fazem sobre a argumentação encontram-se as mesmas técnicas retóricas que eram utilizadas nos ensinamentos de Aristóteles e de outros antigos estudiosos do campo da argumentação. Passando-se a encarar a retórica como uma área que pode estar presente em vários tipos de discurso, pode-se dizer que ela também tem possibilidades de ser identificada no texto jornalístico, em nosso caso, no editorial.

Esse fato é que nos incentivou a eleger como tema desta dissertação as estratégias argumentativas e discursivas do discurso jornalístico nos editoriais.

Por isso, pensando em discurso como algo que é utilizado para persuadir e convencer alguém sobre determinados fatos, pode-se afirmar que o editorial é um texto altamente argumentativo, já que ele traz em sua essência a opinião e a posição ideológica da entidade jornalística a que pertence, discorrendo a respeito de assuntos que são retratados no dia-a-dia de uma sociedade. Além disso, muitos interesses estão por trás da publicação desses textos, pois dependendo da situação por que vive uma comunidade, o editorial pode ser usado como uma poderosa arma capaz de levar o seu público a adotar certa posição em relação a determinados fatos.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise para mostrar como se dá o processo argumentativo nos textos que compõem o corpus e, assim, fazer também uma demonstração de quais técnicas argumentativas os autores utilizaram com a pretensão de persuadir os leitores. Além disso, pretende-se ainda fazer um confronto entre esses textos opinativos para que seja demonstrado em qual deles se atingiu com mais precisão a finalidade de persuadir o leitor por meio da argumentação. Deve-se ressaltar que nesse confronto serão privilegiados os pontos convergentes entre os textos. Por isso, serão analisados os editoriais "*As causas estruturais da tragédia*", exibido no dia 19/07/2007 e "*Uma verdade inconveniente*", publicado no dia 21/07/2007, ambos do jornal *O Estado de São Paulo*. Também serão analisados os editoriais "*Inação injustificável*", exibido no dia 02/05/2007 e "*O caos como rotina*", publicado no dia 07/12/2006, ambos do jornal *Folha de São Paulo*.

Os textos desses jornais foram escolhidos para compor o corpus porque em seus editoriais encontram-se muitas marcas discursivas e argumentativas que tornam capaz a realização de uma boa pesquisa na área da argumentação. Conceituando o editorial como um texto opinativo que aborda questões que transitam e repercutem bastante no meio social, o tema do *corpus* se refere ao problema da crise aérea brasileira, um assunto que nos últimos dois anos vem sendo alvo de

muitas discussões e críticas, tanto no cenário político quanto nos demais setores da sociedade deste país.

Assim, serão analisados os aspectos discursivos e ideológicos, bem como os recursos lingüísticos presentes no corpus. Vale ressaltar, também, que serão relevantes para a análise as características do tipo de público ao qual a mensagem dos editoriais é destinada, o modo como o orador é visto por seu auditório, ou seja, qual o *ethos* pertencente a quem enuncia o discurso. Dessa forma, poder-se-á ter uma visão de quais técnicas argumentativas os editorialistas usaram na pretensão de persuadir o seu público.

Para a fundamentação teórica que sustentará a parte analítica do corpus deste trabalho, serão utilizados no campo da Retórica e da Argumentação os seguintes autores: Olivier Reboul, Perelman & Tyteca e Aristóteles. Na área da Análise do Discurso (AD) serão apresentadas algumas concepções sobre discurso, ideologia e sujeito, apresentando-se também a noção de *ethos*. Para isso, servirão de base autores como Eni Orlandi, Helena N. Brandão, Ruth Amossy, Dominique Maingueneau e Bakhtin. Além disso, estudiosos como Marques de Melo, Luiz Beltrão e Cristina Ponte servirão para sustentar a parte teórica sobre jornalismo.

Adotando-se o método analítico comparativo, pretende-se neste trabalho fazer o uso da fundamentação teórica dos autores citados, aplicando-a aos editoriais que compõem o corpus. Assim, analisar-se-á primeiramente um editorial do *Estadão* e posteriormente um da *Folha*, ocorrendo o mesmo na seqüência. Em seguida, esses textos serão confrontados para que seja identificado em qual deles houve mais precisão no processo argumentativo.

A organização desta dissertação bem como sua estruturação se dá da seguinte maneira: no primeiro capítulo, intitulado *Retórica*, busca-se fazer um apanhado das origens da retórica na antigüidade, mostrando que, desde o início de sua existência, o homem se valeu da linguagem com o intuito de persuadir o seu

semelhante. Assim, é feita uma viagem pela Grécia Antiga, mostrando que a arte retórica teve o seu início com Górgias e posteriormente passou a ser estudada por seu maior divulgador que foi Aristóteles.

Também nesse mesmo capítulo relata-se sobre as partes da retórica segundo os estudos de Aristóteles. Assim, esboça-se sobre as quatro características do discurso oratório. A primeira delas é a *Invenção*, parte em que o orador se vale dos argumentos e dos demais meios para conseguir provar sua tese. A segunda é a *Disposição*, fase em que o orador planeja a execução de seu discurso. A disposição é composta pelo *exórdio*, pela *narração*, pela *confirmação*, pela *digressão* e pela *peroração*. A terceira parte da retórica é a *Elocução*, momento em que o orador apresenta-se como aquele que cria o discurso. É também nessa fase que a retórica se relaciona com a literatura. A quarta e última parte da retórica recebe o nome de *Ação*, pois é nela que o orador, de fato, profere o seu discurso.

Ainda no primeiro capítulo faz-se uma abordagem sobre a argumentação. Assim, com base em Perelman & Tyteca, é feito um apanhado a respeito dos âmbitos da argumentação, relatando que todo processo de persuasão necessita de uma apresentação seqüencial dos argumentos. Além disso, relata-se que qualquer ato argumentativo é dirigido a um auditório e que isso deve ser considerado como fundamental, pois quanto mais o orador conhece o seu público, mais chance ele terá para conseguir provar a sua tese. É asseverado também que o tipo de linguagem a ser utilizada no discurso pode ajudar bastante o locutor na tarefa da persuasão.

Na seqüência desse capítulo, faz-se uma abordagem sobre as técnicas argumentativas. Para isso, é feita menção, com base nos autores referidos acima e em Olivier Reboul, aos três tipos de argumento que podem ser utilizados na defesa de uma tese. O primeiro deles denomina-se *argumento quase lógico*, pois ele não se baseia na experiência e nem pode ser equiparado aos preceitos de uma demonstração. Por isso, ele pode ser refutado, provando-se que o mesmo não é

totalmente lógico. O segundo tipo de argumento é aquele que é *fundado na estrutura do real*, já que se baseia na experiência e não apela para a lógica. Nele a argumentação assume um papel altamente explicativo. O terceiro tipo de argumento é aquele que *fundamenta a estrutura do real*. Assim, baseando-se no empirismo, esse argumento é responsável pelo estabelecimento de nexos de ligação entre os objetos.

No terceiro capítulo, designado *Jornalismo*, aborda-se sobre as origens desse termo, mostrando como se formaram durante a história as várias vertentes e estilos de se propagar os fatos e acontecimentos que se sucederam no mundo. Com isso, faz-se um percurso histórico, relatando como se fazia jornalismo durante os séculos passados e como funciona atualmente esse meio de comunicação que descreve e leva as informações às pessoas. É feito também um esboço sobre os gêneros do discurso jornalístico, mostrando que, na visão de Marques de Melo, no Brasil, esses gêneros são divididos em duas categorias: *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo*.

Assim, dentro da segunda categoria encontra-se o editorial, gênero não assinado que traz a voz da empresa jornalística. Esse texto opinativo é usado, principalmente, para emitir a opinião do jornal em relação aos acontecimentos que têm maior repercussão dentro da sociedade. Por isso, o editorial pode dar a seu público a possibilidade de obter um conhecimento maior e mais aprofundado a respeito de alguns fatos de natureza nacional e internacional.

O terceiro capítulo, intitulado *Discurso*, apresenta o conceito desse termo bem como a importância da Análise do Discurso (AD) para o estudo da linguagem. Assim, são feitas algumas ressalvas sobre o que é envolvido no uso da linguagem, relatando que a mesma não pode ser estudada fora do contexto social, já que nela se encontram confrontos ideológicos constituídos por processos históricos e sociais. Por isso, com base em Marilena Chauí, apresenta-se o conceito de ideologia, expondo que esse termo é constitutivo de qualquer ato discursivo.

Ainda nesse capítulo, são feitas algumas considerações sobre o sujeito e o discurso, relatando a importância do *ethos* no processo argumentativo. Assim, é ressaltado que Aristóteles já apontava, na Antigüidade, a importância da imagem que o orador projeta em seu auditório. Além disso, faz-se referência aos fundamentos de Maingueneau, afirmando que quanto mais o enunciador demonstra um caráter de alguém que é digno de ser ouvido, mais probabilidade ele terá para conquistar a adesão de seu enunciatário e, com isso, ter sucesso em sua argumentação.

Esse terceiro capítulo é finalizado com a apresentação do discurso jornalístico. Lá é mostrado que esse tipo de discurso é repleto de intenções e finalidades, onde há uma forte concentração das posturas ideológicas assumidas pelas empresas jornalísticas.

O quarto e último capítulo desta dissertação é denominado *Análise do corpus*. Nele completa-se o trabalho com a aplicação dos conceitos teóricos desenvolvidos no decorrer da pesquisa bem como a preparação para o que será apresentado nas considerações finais. Assim, mostram-se os princípios retórico-argumentativos e também discursivos dos editoriais que compõem o corpus. Além disso, faz-se um confronto entre os referidos textos, mostrando em qual deles se atingiu com mais eficiência o processo argumentativo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 HISTÓRICO DO JORNALISMO

O jornalismo brasileiro tem a sua história entrelaçada a outros países, principalmente os da Europa. Por sermos uma nação que foi colonizada por Portugal, nossa cultura jornalística recebeu em seu início grande influência dos lusitanos, que por sua vez se espelhavam nos moldes jornalísticos da Inglaterra e da França. Portanto, no início de sua formação o jornalismo brasileiro teve de se basear na cultura jornalística de países do velho continente.

As primeiras manifestações jornalísticas que ocorreram no século XV, segundo Marques de Melo (2003), eram feitas por meio de *relações*, *gazetas* e *avisos* e circulavam com muita escassez nesse período. No século seguinte, um pouco mais ampliados, esses meios de divulgação do jornalismo passaram a atender principalmente às necessidades sociais dos súbitos, dos governantes e das pessoas em geral que moravam nas cidades. De qualquer forma, mesmo sendo por meio de um processo lento, o jornalismo passou a ter um papel muito importante na vida das pessoas da idade média. Além disso, os governantes e políticos começaram a ver no jornalismo um meio para que o povo passasse a seguir os mesmos ideais que eram defendidos pela classe dominante da sociedade.

No século XVII, ainda mais divulgado e com uma representação ainda maior, o jornalismo começa a se firmar como um dos meios mais relevantes de se obter informação. Segundo Melo (2003), é justamente nesse século que nascem as folhas periódicas impressa, marcando, de fato, os limites cronológicos do jornalismo. A partir disso, houve várias transformações e o jornalismo foi se aperfeiçoando até chegar aos moldes da comunicação dos dias atuais, ou seja, num dos recursos mais expressivos de se obter informação e de se expandir ideologias.

Ainda durante o século XVII, as publicações impressas não tinham uma circulação periódica e isso de certa forma prejudicou o crescimento do jornalismo. No entanto, essa falta de propagação periódica não aconteceu por causa da ausência de tecnologia, mas devido aos interesses políticos da época. Naquele período, a Europa seguia algumas restrições em relação à censura prévia, isto é, nas nações católicas se impunha uma análise a todas as possíveis publicações e, com isso, tudo o que deveria ser publicado tinha que passar por uma avaliação que muitas vezes era muito demorada. Como essa medida era destinada a controlar o que podia e que o não podia ser exposto ao público, acabava atendendo somente aos interesses políticos da igreja e dos chefes de nação.

Pode-se perceber que desde o seu início o jornalismo vem sendo agregado a valores políticos que regem os grupos sociais. Também, no começo de seu surgimento, o jornalismo era expresso de duas maneiras. A primeira refere-se às publicações clandestinas que circulavam sem o consentimento dos aparelhos de censura. Nesse método, levava-se ao público informações que não eram repassadas ao povo pelos órgãos oficiais. Com isso, esse modo de fazer jornalismo, mesmo não ocorrendo com tanta frequência, acabava desafiando o poder absolutista.

Na segunda maneira, o jornalismo se propagava por meio de publicações oficiais que se subordinavam às avaliações de censura dos órgãos oficiais. Nesse nível, devido à lentidão com que eram avaliadas, as informações chegavam sempre atrasadas às pessoas e, além disso, pareciam mais propagandas do governo do que notícias que deveriam informar o público. Isso porque nelas apareciam constantes elogios a quem detinha o poder naquela época, isto é, vangloriava-se a corte e a alta classe da sociedade.

Somente com o fim da censura prévia e com a chegada da burguesia ao poder é que o jornalismo pôde, de fato, circular com mais regularidade e emitir opinião em relação a determinados assuntos que até então eram proibidos de serem

anunciados. No entanto, no começo do século XVIII, apesar de ter um público até um pouco mais numeroso que de outras épocas os jornais acabaram perdendo força, pois naquele período foi implantado o *imposto do timbre* obrigando, com isso, o pagamento de uma taxa por cada exemplar que fosse publicado. De fato, esse foi um dos maiores obstáculos que prejudicaram a expansão do jornalismo naquele tempo.

A partir do fim da censura prévia os jornais começaram a exercer um papel mais relevante dentro da sociedade, pois passaram a defender pontos de vista e a emitir idéias. Isso fez com que o jornal fosse parte de uma atividade que era comprometida com o poder político. É nesse sentido que Marques de Melo (2003, p. 23) afirma:

Nos primeiros momentos da sua afirmação, o jornalismo caracteriza-se pela expressão de *opiniões*. Na medida em que a liberdade de imprensa beneficiava a todos, as diferentes correntes de pensamento ou distintos grupos sociais se confrontavam através das páginas dos jornais que editavam.

Durante esse período de afirmação do jornalismo como sendo o meio pelo qual se poderia com mais facilidade obter informação, duas grandes potências se divergiam em relação ao jeito de fazer jornalismo. Essas duas nações eram França e Inglaterra. Na primeira, apresentava-se um jornalismo totalmente opinativo voltado para o debate e para o confronto de opiniões a respeito de problemas referentes às questões sociais e políticas. Na segunda, manifestava-se um tipo de jornalismo voltado somente para a informação e não se detinha com opiniões ou debates a respeito de problemas políticos. Desse modo, poder-se-ia dizer que na Inglaterra o jornalismo se distanciava de confrontos com aqueles que mais possuíam poder dentro da sociedade.

No entanto, no século XIX, o jornalismo informativo teve grande impulso. Isso ocorreu devido ao acelerado ritmo de produção da imprensa dos Estados Unidos

que, de fato, passou a vender como mercadoria as notícias da atualidade, transformando a expansão da informação em negócio. Com essa dinamicidade do jornalismo informativo, o opinativo foi perdendo forças, mas não desapareceu. Então, o jornalismo opinativo passou a ser expresso em páginas destinadas ao gênero denominado *editorial*.

Com o crescimento das cidades aumentou também o interesse de seus habitantes pela informação. Então, com o surgimento da tecnologia e por meio de interesses sociais e culturais nasce, conseqüentemente, a imprensa. Esta passa então a desempenhar uma função importantíssima em relação à informatividade dos cidadãos, ou seja, ela é a responsável maior pela expansão do jornalismo. Com isso, as pessoas começaram a receber mais rapidamente as informações e as idéias sobre os movimentos culturais foram se tornando mais acessíveis. A partir de então, a reprodução do conhecimento passou a ser um fator político.

Vistos o surgimento e a evolução do jornalismo durante toda a sua história, no próximo item se farão as considerações que dizem respeito à estruturação e à classificação dos gêneros jornalísticos.

2.2 OS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Conhecer e compreender os gêneros é uma tarefa muito importante para que se possa entender a primazia do discurso jornalístico. Segundo Marques de Melo (2003), foi o editor inglês Samuel Buckeley, no século XVIII, o primeiro a fazer a separação entre *news (informação)* e *comments (opinião)*, realizando, conseqüentemente, com isso, a classificação dos gêneros jornalísticos.

Desde esse acontecimento o jornalismo vem sofrendo alterações e ramificações que contribuem para o seu engrandecimento e afirmação dentro dos meios de

comunicação. Para Gargurevich *apud* Melo (2003), os gêneros jornalísticos podem ser entendidos como formas que o jornalista busca para se expressar, ou seja, é o estilo usado por aquele que escreve nas páginas dos jornais. Como afirma ainda o mesmo autor, o gênero se refere às formas jornalístico-literárias, pois o seu objetivo é o relato da informação e não necessariamente o prazer estético.

Como se pode perceber, o gênero jornalístico está intrinsecamente ligado ao estilo e, desse modo, assume a obrigação de transformar a leitura em algo mais agradável e interessante. No entanto, não pode ser confundido com um estilo literário, já que este não demonstra finalidades, mas somente prazer estético. Sendo assim, como assevera Marques de Melo (2003, p. 43):

[...] a essência do estilo jornalístico estaria na tentativa de fazer o relato do cotidiano utilizando uma linguagem capaz de estar sintonizada com o que Martín Vivaldi chama de linguagem da vida e que pressupõe o uso de todos os recursos expressivos e vitais, próprios e adequados para expressar a variadíssima gama do acontecer diário.

Desse modo a questão do gênero é mais uma estilização feita pelo jornalista com o intuito de manter uma certa intimidade com o leitor. De qualquer forma, a definição de um estilo de escrever depende bastante de regras que são impostas pela doxa. Sendo assim, por mais que a sociedade atual seja bastante globalizada, sempre haverá diferentes estilos jornalísticos em cada parte da terra.

Por todo o mundo podem-se encontrar variadas classificações a respeito dos gêneros jornalísticos. No Brasil, no entanto, um dos maiores estudiosos desse ramo, Luiz Beltrão (1982), foi o primeiro a realizar um estudo referente a essa questão. Segundo esse autor, os gêneros jornalísticos brasileiros podem ser apresentados nas três seguintes categorias:

- *Jornalismo informativo:*
 1. Notícia
 2. Reportagem
 3. História de interesse humano
 4. Informação pela imagem
- *Jornalismo interpretativo:*
 5. Reportagem em profundidade
- *Jornalismo opinativo:*
 6. Editorial
 7. Artigo
 8. Crônica
 10. Opinião ilustrada
 11. Opinião do leitor

Na visão de Luiz Beltrão, os gêneros são classificados assim porque eles possuem três funções que é informar, explicar e orientar os leitores do discurso jornalístico. Dessa forma, entende-se que o autor encara o jornalismo com seriedade, já que não associa nessa classificação os gêneros que são usados para causar diversão nas pessoas.

Na divisão de duas categorias aparece o gênero *reportagem* na primeira e o gênero *reportagem em profundidade* na segunda. Para Melo (2003), essa classificação não seria necessária, pois os estilos fazem parte de um mesmo gênero. Sendo assim, há uma reportagem de cunho menor e mais superficial e há a reportagem que é mais aprofundada, pois requer de mais tempo e mais pesquisa por parte dos repórteres. Desse modo, não teria razão para haver uma divisão do gênero reportagem.

Remetendo-se ainda à classificação de Beltrão, Marques de Melo faz outras críticas e numa delas afirma que há uma grande autonomia atribuída a fotografia

e a outros recursos que informam por meio da imagem. Ainda sobre essa questão escreve:

[...] o critério básico que ele toma é o texto como unidade discursiva, figurando a imagem como exceção nesse universo. Entendemos que não é o código em si que caracteriza um gênero jornalístico e sim o conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para seu público. (Melo, 2003, p. 61)

Apesar de ser alvo de algumas críticas, o esquema feito por Luiz Beltrão merece profundo respeito, pois é um dos trabalhos mais significativos dentro dos estudos sobre o jornalismo brasileiro. No entanto, Marques de Melo dá uma classificação dos gêneros um pouco diferente da que foi proposta por Beltrão. Nessa outra categorização o jornalismo no Brasil é estruturado por meio de dois núcleos. O primeiro seria o da informação, em que se deve saber o que acontece. O segundo é a opinião, devendo-se saber o que se pensa sobre o que acontece.

Sendo assim, os gêneros estruturados na informação dependem do que acontece na sociedade, mas sem a intervenção direta da instituição jornalística. Por outro lado, os gêneros articulados na opinião transmitem uma mensagem que tem a intervenção direta da instituição responsável pelo jornal. A partir disso, é que temos a seguinte classificação dos gêneros feita por Melo (2003):

- *Jornalismo Informativo:*
 1. Nota
 2. Notícia
 3. reportagem
 4. Entrevista
- *Jornalismo Opinativo*
 5. Editorial
 6. Comentário
 7. Artigo
 8. Resenha

9. Coluna
10. Crônica
11. Caricatura
12. Carta

Como se percebe, ao contrário de Beltrão que propunha a divisão em informativa, interpretativa e opinativa, Melo propõe a existência de apenas duas categorias: a informativa e a opinativa; além disso, ele insere à primeira, dois outros gêneros: a nota e a entrevista; descartando, com isso, a história de interesse humano e a Informação pela imagem. Quanto à segunda parte, inserem-se o comentário, a resenha, a coluna, a caricatura e a carta; desfazendo, assim, da opinião ilustrada e da opinião do leitor. Dessa forma, o que Marques de Melo fez foi uma agregação e reformulação de como se estrutura atualmente a classificação dos gêneros jornalísticos no Brasil.

Quanto ao gênero opinativo, poder-se-ia mencionar que para a sua efetivação é necessário que sejam levados em conta quatro aspectos: o jornalista, o colaborador, o leitor e a empresa. Sendo assim, a opinião do jornalista se apresentaria sob forma de *comentário*, *resenha*, *coluna crônica*, *caricatura* e *artigo*; a opinião do colaborador apareceria por meio de *artigos*; a opinião do leitor seria expressa por meio da *carta*; e a opinião da empresa apareceria no *editorial*. Este, porém, será o tema a ser analisado no próximo item deste trabalho.

2.2.1 **Editorial**

Atualmente a divulgação de opinião nas instituições jornalísticas segue um caráter rígido que é definido de acordo com a posição ideológica assumida por essa mesma empresa responsável pela publicação das mensagens. No entanto, para a produção do editorial, exige-se a colaboração de vários profissionais da área que são responsáveis pela avaliação daquilo que poderá ser editado. Com isso, ocorrerão diferentes posições em relação à produção da opinião, mas ao final de

uma análise conjunta serão publicados somente aqueles textos que atendem aos interesses maiores do jornal.

De acordo com Rabaça e Barbosa (1987, p. 227), o editorial é definido da seguinte forma:

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista, etc) ou emissão (do programa de televisão ou rádio)

Portanto, dos gêneros jornalísticos opinativos, o editorial é o que expõe a opinião da empresa em relação aos acontecimentos que têm maior repercussão na sociedade. De maneira geral, nas instituições jornalísticas de médio ou pequeno porte, poder-se-ia relatar que o editorial representa a voz do dono da empresa, já que a parte financeira é submetida ao controle de uma só pessoa.

No entanto, numa sociedade capitalista como a de hoje, os grandes jornais recebem investimentos financeiros de acionistas majoritários, grandes empresas e até mesmo do Estado. Desse modo, a publicação de editoriais fica submissa não só a um único empregador, mas a um conjunto de proprietários que sustentam financeiramente a instituição. Por isso, a maioria dos textos a serem publicados deve atender a um consenso de opiniões daqueles que controlam o jornal.

Como o editorial é um texto que acata os interesses de uma elite empresarial que está interessada em obter lucros, seja por meio de propagandas ou de outras maneiras, esse tipo de texto deveria expressar fielmente uma opinião que atendesse aos interesses públicos. Por isso, numa sociedade em que há uma força civil bem organizada e sem a submissão ao Estado, o editorial desempenha verdadeiramente o seu papel, retratando e debatendo com veemência os fatos em prol da coletividade.

Por outro lado, quando o Estado tem totais poderes para influenciar e controlar os meios de comunicação, como é o caso do Brasil, as empresas jornalísticas, ao editarem sua opinião nos editoriais, dirigem-se aos setores populares com mensagens que mais parecem um diálogo em conjunto com o governo. Mas isso não pode ser generalizado, pois há instituições que contam com o apoio das oposições governamentais e, por isso, muitas edições editorialísticas batem de frente com o poder público.

Na verdade as empresas que produzem e administram a circulação da informação sabem que têm um forte poder de influência sobre a sociedade. Sendo assim, na construção dos editoriais, sempre é levado em consideração se aquilo que vai ser editado vai ou não prejudicar a imagem governamental, pois dependendo da instituição, sua ligação externa pode influenciar no modo como serão argumentadas as opiniões. Por isso, como relata Marques de Melo (2003, p. 107):

[...] cada editorial, numa grande empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contacto com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial.

Portanto, referindo-se a fatores sociais e políticos, o editorial, nos dias atuais, deixou de ser aquele texto jornalístico que expressava a opinião do dono da instituição, já que antes esta não estava ligada a fatores externos. Além dessas mudanças que ocorreram durante o tempo, esse gênero opinativo tem suas raízes no ensaio, só que um pouco mais curto, ou seja, o editorial é considerado um ensaio de curta extensão. Além do mais, em outras épocas o texto que emitia a voz da instituição jornalística era nomeado de *artigo de fundo* ou *comentário*.

Segundo Luiz Beltrão (1980), o editorial possui quatro características essenciais. A primeira delas é a *impessoalidade*, ou seja, esse tipo de texto não pode ser

assinado e deve-se utilizar a linguagem em terceira pessoa do singular ou a primeira do plural. A segunda característica é a *topicalidade*, isto é, o tema do editorial deve ser bem delimitado. A terceira é a *condensalidade*, pois no texto deve haver poucas idéias, devendo-se atribuir mais ênfase às informações e menos às demonstrações. A quarta característica refere-se à *plasticidade*, pois é preciso haver flexibilidade e maleabilidade em relação aos argumentos a serem usados no editorial, já que este tipo de texto não pode ser composto por uma verdade absoluta, mas sim, sempre está aberto às discussões.

É comum que se encontre, atualmente, nos jornais diários, não mais a presença de um único editorial, mas encontram-se dois ou três desses textos. Isso se deve aos vários assuntos que se tornam polêmicos dentro da sociedade e, por isso, merecem ser retratados de acordo com a voz da instituição. Além disso, o conteúdo dos editoriais, hoje em dia, parece ser mais conciso, diferentemente dos textos massudos que eram editados em outras épocas. Tudo isso é consequência da modernidade, pois há o interesse da empresa jornalística em conquistar mais leitores todos os dias e se o texto do editorial não parecer estruturalmente atrativo, poucas serão as pessoas que se interessarão pela sua leitura.

Apesar de ser lido por uma minoria, o editorial representa verdadeiramente uma fonte de informação que possibilita aos leitores um maior conhecimento e aprofundamento a respeito de alguns acontecimentos de natureza nacional e internacional. Sendo assim, isso faz com que a empresa jornalística tenha uma certa credibilidade porque muitos são os leitores que se baseiam no editorial para comprar jornais pertencentes a determinadas instituições.

Pensando nisso, Danton Jobim *apud* Melo (2003) chegou a afirmar que o editorial perfeito seria aquele que pudesse resumir em dois parágrafos todo o seu conteúdo. Dessa forma, o primeiro enunciado, por meio de uma frase curta, seria usado para expor a tese e, numa frase incisiva, o último enunciado ampliaria o

conteúdo do primeiro. Esse modelo de editorial chegou a ser utilizado por grandes jornais da década de 60, no entanto, mesmo com essa medida ainda hoje poucos são os leitores que se interessam por esse tipo matéria.

Nos jornais brasileiros, como já foi mencionado, é possível encontrar a presença de mais de um editorial nas publicações diárias. Sendo assim, poder-se-ia afirmar que há vários tipos de editorial.

Segundo Luiz Beltrão (1980), é plausível que se faça a classificação do editorial de acordo com cinco aspectos. O primeiro é quanto à morfologia, em que o editorial apareceria como *artigo de fundo*, representando o texto principal; como *suelto*, retratando uma pequena análise de um texto da atualidade; e como *nota*, registrando ligeiramente uma ocorrência e antecipando ao leitor as conseqüências. O segundo seria a topicalidade, cujo editorial se classificaria em *preventivo*, retratando aspectos novos com o intuito de provocar mudanças; de *ação*, abrangendo o impacto de algum fato; e de *conseqüência*, retratando efeitos e repercussões. O terceiro aspecto vem a ser o conteúdo, em que há o editorial *informativo*, ou seja, aquele que esclarece os fatos; o *normativo*, que procura persuadir ou aconselhar o leitor; e o *ilustrativo*, isto é, aquele que tem a função de educar. O quarto refere-se ao estilo, cujo editorial pode ser dividido em *intelectual*, ou seja, racionalizante; e *emocional*, isto é, sensibilizante. O quinto e último aspecto diz respeito à natureza, podendo o editorial ser classificado em *promocional*, ou seja, demonstra coerência com a linha da empresa; *circunstancial*, devendo ser oportunista em relação à propagação dos acontecimentos; e *polêmico*, ou seja, contestador e provocador.

Analisadas as questões referentes à historicidade e à divisão dos gêneros que compõem o jornalismo, no próximo capítulo serão apresentados os princípios da Argumentação e da Análise do Discurso de linha francesa que servirão como aparato teórico-metodológico para a análise do corpus.

3 APARATO TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1 ORIGENS DA RETÓRICA

De origem judiciária e não literária, a retórica teve suas origens na Sicília grega aproximadamente no ano de 465 a.C. . Isso se deu porque, nessa época, após a expulsão dos tiranos, o povo necessitava recuperar tudo o que lhe tinham roubado e por isso começou uma guerra civil em prol de seus interesses. Nesse mesmo período ainda não existiam advogados, então era preciso que algo fosse feito para que os litigantes pudessem ter suas questões judiciárias resolvidas.

Foi nesse ínterim que Córax e seu discípulo Tísias resolveram publicar uma arte oratória que fosse capaz de dar suporte às pessoas que precisassem recorrer à justiça para recuperar os seus bens. Com isso, nasce a primeira definição da retórica, ou seja, aquela que tem a finalidade de criar a persuasão. Nesse mesmo período os sicilianos e os atenienses mantinham curtos laços de diplomacia e isso fez com que o povo de Atenas passasse a adotar a retórica de Córax.

Assim, sem preceitos literários e filosóficos, a retórica judiciária ajudava a sanar as necessidades do povo grego. Eram logógrafos os responsáveis por redigir e ler perante o tribunal as reclamações que eram feitas pelos litigantes. Esse tipo de retórica argumentava com base no verossímil e não no verdadeiro. Como bem afirma Olivier Reboul (2004, p.3), os primeiros retores se gabavam de ganhar as causas menos defensáveis e de "transformar o argumento mais fraco no mais forte", *slogan* que perdurou por toda essa época.

Por outro lado, a retórica literária teve sua origem por intermédio de Górgias, discípulo de Empédocles e nascido aproximadamente em 485 a.C., na Sicília grega. Assim, com um discurso epidíctico, Górgias multiplicou figuras de linguagem através de uma prosa eloqüente e com isso fez com que os atenienses se maravilhassem por aquele tipo de orador, e assim, passassem a se encantar pelo discurso do elogio público.

Poder-se-ia dizer também que somente pôde-se perceber uma ligação mais nítida entre retórica e sofística a partir das concepções de Protágoras. De origens da Trásia e vivendo entre os anos 486-410 a.C., ele desenvolveu seus ensinamentos na área da eloquência e da filosofia, chegando a ser bem remunerado pelo trabalho que exercia. Deve-se também a ele a honra de ter sido o primeiro a se preocupar com o estudo dos tempos verbais e pela psicologia das personagens das produções de Homero.

Além de ter se interessado pelo que no futuro seria designado de gramática, Protágoras considerava que todo e qualquer argumento poderia se opor a outro. Dessa forma qualquer discurso poderia ser sustentado ou combatido por outro e assim, suas técnicas de ensino eram baseadas na *erística*, ou seja, a arte usada para derrotar um discurso contraditório.

Pode-se, pois, afirmar que foram os sofistas os responsáveis por instituir a retórica como a arte do discurso persuasivo. Dessa forma, poder-se-ia dizer que eles ensinavam a retórica de forma sistemática e global, considerando-a como uma espécie de gramática que deveria ser seguida e aplicada de acordo com suas regras e exceções. Com isso, o termo verdade era considerado algo que necessitaria de uma discussão entre os interlocutores para que em conjunto se chegasse a um conceito final sobre o mesmo.

Um outro retórico da Grécia antiga que merece destaque é Isócrates, pois ele de forma esplêndida conseguiu agregar a retórica com a técnica judiciária, com a prosa literária, com a filosofia e com o ensino; necessidades que faziam parte da vida dos cidadãos gregos. Apesar de ser muito tímido e possuir uma voz fraca, motivos pelos quais o impossibilitaram de ser orador, Isócrates seguiu com sua paixão pela retórica e passou a ser professor dessa disciplina, chegando até a publicar um livro intitulado em *A troca*. Essa obra, igualmente outras posteriormente lançadas, trazia discursos jurídicos e epidícticos que funcionavam

como uma espécie de modelo retórico a ser seguido.

Para Isócrates, o ensino da retórica deveria ser feito levando sempre em consideração a reflexão e a cooperação dos alunos e dos melhores discípulos, ou seja, a aprendizagem deveria ser construída por meio de uma ação conjunta entre o mestre e seus pupilos. Assim, diferentemente dos sofistas, Isócrates acreditava que o professor não deveria se gabar por achar que era capaz de fazer qualquer pessoa ser competente para persuadir qualquer outro indivíduo, pois para ele o ensino não tinha todo esse poder. Por isso ele afirmava que para ser orador o ser humano deveria ter aptidões naturais, exercer prática constante e ensino sistemático.

Dessa forma, seu discurso era baseado em uma prosa que expressava clareza, precisão e não comportava metáforas brilhantes, ritmos marcados e neologismos, mas demonstrava uma sutil beleza e uma profunda harmonia. Para Reboul (2004), Isócrates foi responsável por uma moralização da retórica, pois afirmava que ela só é aceitável se estiver a serviço de uma causa honesta e nobre. Portanto, não pode ser censurada pelo seu mau uso igualmente como acontece com outras técnicas.

Foi dessa forma que a retórica teve basicamente a sua origem na Grécia antiga. Com o decorrer do tempo ela foi passando por transformações e sendo estudada e questionada por vários pesquisadores. Mas, mesmo sendo uma disciplina milenar, ela ainda se faz bastante presente nos vários usos da linguagem, já que ainda hoje se utilizam as mesmas regras e técnicas retóricas que foram criadas num passado bem distante.

Após essa breve explanação sobre como se deram as origens da retórica, será mostrado, na próxima seção, como Aristóteles, de forma clássica, apresenta a classificação das quatro partes que compõem a retórica.

3.2 AS PARTES DA RETÓRICA SEGUNDO ARISTÓTELES

3.2.1 **Invenção**

A invenção é a primeira parte que compõe a retórica e, portanto, tem a função de levar o orador a se valer dos argumentos e dos demais meios para que consiga provar a tese que vai defender. Dessa forma, uma das primeiras atitudes que precisa tomar antes de iniciar um discurso argumentativo, é pô-lo dentro do gênero a que pertence.

De acordo com a concepção dos antigos gregos, os gêneros oratórios podem ser divididos em três partes. Assim haveria o *Judiciário*, baseado em valores que se referem ao justo e ao injusto, cujo público seria o tribunal. Por isso, sua função restringe-se a acusar ou defender. Além disso, esse tipo de gênero refere-se ao tempo passado, já que nele busca-se solucionar fatos que já ocorreram.

Por outro lado, o gênero *Deliberativo*, fundamentado em valores correspondentes ao útil e ao nocivo, teria como público a assembléia ou senado e, assim, seria responsável por aconselhar e desaconselhar em assuntos que dizem respeito à cidade, como impostos, importações, paz, guerra, etc. Nesse gênero o tempo que predomina é o futuro, pois sua ação propõe-se a decisões e projetos para ações posteriores.

O *Epidíctico* é o gênero que, inspirado em valores que dizem respeito ao nobre e ao vil, volta-se para o público que assiste discursos pomposos, orações fúnebres, etc. Esse tipo de gênero tem a função de reverenciar o homem ou apenas uma classe dele, como pessoas mortas ou lendárias. Por isso, refere-se ao tempo presente, já que mesmo fazendo menção ao passado e ao futuro, o orador é admirado exatamente no instante em que profere o seu discurso.

Os três gêneros do discurso oratório também apresentam diferenças quanto ao tipo de argumento que é usado em cada um deles. Por isso, no judiciário são

empregados com freqüência os raciocínios silogísticos ou entimemas, pois nesse tipo de gênero que se refere às leis, há a presença de um público que é familiarizado com o assunto que é abordado. Por outro lado, no deliberativo, cuja função é presumir o futuro por meio de ocorrências já sucedidas, é mais propício que os argumentos sejam fundamentados em exemplos, pois o auditório desse gênero é composto por pessoas muito ágeis e pouco instruídas. No epidíctico, devido à platéia já possuir conhecimento a respeito dos fatos, recomenda-se o uso do argumento de amplificação e, com isso, a função do orador será a de dar importância e valor ao discurso que será proferido.

Segundo Olivier Reboul (2004, p. 43), os três gêneros do discurso oratório podem ser apresentados no seguinte quadro:

GÊNERO	AUDITÓRIO	TEMPO	ATO	VALORES	ARGUMENTO-TIPO
Judiciário	Juízes	Passado	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (Dedutivo)
Deliberativo	Assembléia	futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (Indutivo)
Epidíctico	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Após ter-se definido o tipo de gênero a que se remeterá o discurso, o orador se incumbirá de encontrar os argumentos que sustentarão sua tese. Assim, de acordo com Aristóteles, há três espécies de argumentos que podem ser usados no ato da persuasão.

O primeiro deles, de conduta emocional, denomina-se *ethos*. Este, portanto, refere-se ao caráter que deve ser assumido pelo orador para que consiga ter crédito perante o auditório, pois sem a confiança do público se torna difícil o alcance de uma boa argumentação. No capítulo sobre discurso serão feitas mais observações sobre o *ethos*.

O segundo tipo de argumento, também de ordem emocional, denomina-se *pathos*. Este se define como o conjunto de sentimentos que o orador, por meio de seu

discurso, deve provocar na platéia. Por isso, quem profere uma fala necessita saber utilizar bem o lado psicológico e tentar se adequar aos diversos tipos de público. Somente assim, conseguirá despertar no auditório as emoções que possam ajudá-lo a consolidar seu discurso.

Diferentemente dos dois já citados, o *logos* tem o caráter racional e é uma espécie de argumento que se identifica exatamente pela materialização da argumentação que compõe o discurso. Por isso, nesse tipo de argumento encontra-se o entimema (silogismo) que se fundamenta no método dedutivo, com base em premissas prováveis. Há também a presença de argumentos indutivos que, por meio do exemplo, fazem menção a acontecimentos do passado para que sejam finalizados os futuros.

Para consolidar uma argumentação o orador também pode se valer de provas extrínsecas e intrínsecas. As primeiras são mostradas anteriormente à invenção e se referem às confissões, leis, etc, ou seja, compõem todo um conhecimento exterior sobre o que se vai argumentar. Por outro lado, as provas intrínsecas fazem parte do método pelo qual o orador apresenta seu discurso e, por isso, são de inteira responsabilidade de quem emite um argumento. É interessante ressaltar também que as provas extrínsecas podem ser invertidas e transformadas em poderosos e eficazes argumentos de uma explanação intrínseca.

Os argumentos também podem ser encontrados por meio dos lugares. Sendo assim, é cabível expor que o lugar possui essencialmente três sentidos. O primeiro deles apresenta-se de forma bastante simples e de acordo com a concepção antiga, corresponde a um argumento completamente pronto que pode ser usado pelo orador num dado momento de sua fala. Esses lugares se encontram em grande parte da retórica antiga, principalmente no discurso judiciário. Assim, pode-se dizer que essa primeira definição de lugar corresponde a um argumento-tipo, pois suas verossimilhanças variam de cultura para cultura.

O segundo sentido de lugar pode ser encarado de forma mais técnica, já que ele não corresponde a um argumento-tipo, mas a um tipo de argumento que pode abranger vários conteúdos. Sendo assim, o lugar passa a ser intensamente verossímil e também com frequência pode ser contestado a qualquer momento, pois seu uso não corresponde a fatos homogêneos, mas sim heterogêneos. Portanto, poder-se-ia afirmar que nesse caso os lugares poderiam ser classificados de lugares-comuns, já que podem ser utilizados em qualquer tipo de argumentação.

No terceiro e último tipo e de maneira ainda mais técnica, o lugar, diferentemente dos sentidos relatados acima, tem por função possibilitar e encontrar argumentos e contra-argumentos. Nessa última concepção o termo lugar pode ser identificado no estado da causa, pertencente ao gênero judiciário. Nesse caso, como relata Olivier Reboul (2004), no terceiro sentido o lugar é sempre uma questão que permite encontrar argumentos que sirvam à tese, ou seja, inventar as premissas de uma conclusão dada. Portanto, os lugares são de muitíssima importância para a formação da invenção, pois são eles que possibilitam-na e facilitam-na.

Depois de termos visto que é na invenção que o orador se vale de todos os argumentos e procedimentos retóricos necessários para estabelecer os instrumentos de prova que possam levá-lo a ter êxito na defesa de sua tese, será analisado, no próximo item, a disposição. Esta, pois, é a parte em que o orador planeja todas as etapas da explanação de seu discurso.

3.2.2 Disposição

Diferentemente da invenção, a disposição pode ser classificada como um plano-tipo ao qual o orador usa como auxílio para produzir seu discurso. Assim, a disposição divide-se em quatro partes, sendo que cada uma delas desempenha papel essencial na construção de um ato argumentativo. A primeira parte da disposição recebe o nome de *exórdio*, pois é a partir dele que se inicia a fala do

orador e sua função seria a de domesticar o auditório, ou seja, causar-lhe interesse em ouvir o discurso. Mais precisamente é o exórdio que tem a finalidade de deixar o auditório dócil, atento e benevolente.

Tornar o auditório dócil seria precisamente deixá-lo em condições para aprender e compreender aquilo que será exposto. Por isso é interessante que o orador exponha seus argumentos de forma clara e breve. Deixar a platéia atenta seria basicamente mostrar que o assunto a ser tratado traz algo de interessante e por isso o público deve se sentir excitado para ouvir o que o orador tem a falar. Para tornar o auditório benevolente, seria necessário que o orador usasse com toda sapiência o seu ethos e, com isso, demonstrasse à sua platéia um caráter de alguém que merece ser ouvido. Assim, numa argumentação falada ou escrita, o exórdio possui uma função essencial, pois é ele a parte pela qual o orador inicia seu discurso.

Seguindo com as partes da disposição, encontramos-nos diante da *narração*, isto é, momento em que se expõe de forma bastante objetiva os fatos que dizem respeito à causa, levando-se sempre em consideração os argumentos que se referem a uma defesa ou a uma acusação. É pertinente afirmar que na narração o logos desempenha papel muito mais importante do que o ethos e o pathos.

Sendo assim, a narração deve apresentar três características que são a clareza, a brevidade e a credibilidade. Nesse sentido, a clareza deve ser expressa de forma que os argumentos sejam bem organizados e bem empregados, havendo freqüentes retornos para recuperar e dar continuidade à argumentação. Para demonstrar brevidade, é necessário que o que possa ser constatado como inútil seja eliminado. Dessa forma, fatos sem importância e circunstâncias que nada esclarecem devem apenas ser usados para mostrar que na realidade retratam apenas aquilo que se deve estar falando. A credibilidade deve ser alcançada por meio da enunciação do fato e suas causas, relatando as finalidades entre o autor e seu caráter, ou seja, sobre o que se sabe e a respeito dele.

Assim, para entender um pouco mais sobre a narração, poder-se-iam apresentar as palavras de O. Navarre, citadas por Reboul (2004, p. 56):

Conselhos especiais para narrações falsas: cuidar para que tudo que se inventa seja possível e não seja incompatível nem com a pessoa, nem com o lugar, nem com o tempo; vincular, se cabível, a ficção algo de verdadeiro; evitar cautelosamente qualquer contradição (...) e não forjar nada que possa ser refutado por uma testemunha.

Como se viu, essas mesmas regras podem ser comparadas e aplicadas à narração verdadeira; basta que sejam utilizadas de forma específica para esse fim.

A terceira parte da disposição é denominada de *confirmação* e sua função seria a de refutar e destruir os argumentos adversários por meio de um conjunto de provas. Na confirmação judiciária, a amplificação também desempenha papel importante, pois por meio dela é possível que se possa ampliar qualquer tipo de debate. Por isso, o logos, mesmo recorrendo ao pathos, desempenha função essencial na confirmação. Além disso, é interessante ressaltar que a narração e a confirmação podem muitas vezes estar juntas em um discurso, pois pode ser que uma argumentação seja regida em forma de narração, mas cada seqüência constituindo uma prova. De qualquer forma, essas duas partes da disposição possuem papel importante no discurso de um orador, mas ele não é obrigado a utilizá-las de forma sucessiva, pois o importante é que o locutor consiga persuadir sua platéia.

É interessante também mencionar que muitas vezes pode haver uma indagação referente à ordem pela qual os argumentos devem ser utilizados. Melhor dizendo, numa argumentação deve se iniciar pelos argumentos mais fracos e finalizar pelos mais fortes, correndo o risco de desgastar a platéia ou começar pelos argumentos mais fortes e encerrar pelos mais fracos, podendo dessa forma levar o auditório a esquecer a importância dos primeiros argumentos? Para tentar responder essa

indagação Reboul (2004) cita Cícero, que se baseando na ordem homérica, afirma que se deve começar pelos argumentos mais fortes, dar seqüência com os mais fracos e finalizar com outros argumentos fortes. De qualquer forma, essa não é uma ordem que deve ser seguida em todos os casos, mas somente naqueles em que o repertório do orador é composto por muitos argumentos fortes.

Há também uma parte da disposição, a *digressão*, que consiste em distrair, mostrar piedade ou até de indignar o auditório. Ela é bastante usada com o intuito de provocar um relaxamento e pode ser instaurada entre a confirmação e a peroração.

Para completar a disposição faz-se necessário a *peroração*, ou seja, aquilo que é posto no final do discurso. É também uma parte que demonstra suas divisões e por isso pode se apresentar de forma extensa. Portanto, sua divisão compreende primeiramente a amplificação, que consiste em demonstrar a gravidade de algum fato. Em seguida vem a paixão, ou seja, momento cujo objetivo é causar piedade ou indignação na platéia. Por fim, tem-se a recapitulação, isto é, parte em que se resume a argumentação.

Como foi exposto, a disposição é a parte da retórica pela qual o orador planeja, organiza e dá seqüência de forma objetiva a seu discurso. Sendo assim, dando continuidade à organização do sistema retórico, no item seguinte será apresentada a elocução, parte em que o orador, valendo-se de características literárias, produz a redação do seu discurso.

3.2.3 Elocução

A terceira parte da retórica recebe o nome de elocução e funciona como uma espécie de redação do discurso. É nela que o locutor apresenta-se como aquele que cria o discurso. Assim, é na elocução que a retórica se relaciona com a literatura, mas isso não quer dizer que a elocução se refere apenas ao estilo, mas

também cabe expor que ela está intrinsecamente ligada às questões lingüísticas (a língua em sua essência). Portanto, desde a antigüidade é fundamental que o orador construa um discurso respeitando a norma lingüística-padrão, ou seja, que o orador redija sua fala de acordo com aquilo que poderia ser nomeado de bom vernáculo.

Por muitos anos a retórica foi considerada como a primeira prosa literária e por esse motivo foi necessário que houvesse uma distinção entre poesia e retórica. Isso se deu principalmente porque a poesia da Grécia antiga era composta por uma linguagem arcaica com ritmos bastante semelhantes ao canto. Por isso, recorria-se a uma prosa que competisse com a poesia, no entanto, não cabia à retórica esse papel e assim ela teve de buscar regras para si mesma. Regras essas que diziam respeito ao tipo de palavras a serem usadas e como deveriam ser construídas as frases.

Assim, o discurso retórico deveria ser composto por palavras simples, sendo que arcaísmos e neologismos deveriam ser evitados. Também as figuras de linguagem só poderiam ser usadas se fossem claras, devendo-se esquivar de frases métricas e rítmicas. Portanto, tudo o que se assemelhasse ao discurso dos poetas deveria ser evitado. Por isso, pode-se dizer que a retórica criou uma estética da prosa, uma estética puramente funcional, da qual tudo o que é inútil é excluído, em que o mínimo efeito de estilo se justifica pela exigência de persuadir, em que qualquer artifício gratuito engendra preciosismo e vulgaridade (Reboul, 2004, p. 62).

Seria interessante, então, afirmar que, em relação ao estilo, a retórica conservou pontos importantes como o assunto, o auditório e o orador. Assim, a primeira regra de estilo seria a da *conveniência*, por isso, o melhor estilo seria aquele que mais se adequasse ao tema da argumentação, podendo variar de assunto para assunto. Na concepção dos antigos latinos, o estilo se dividia em três gêneros. O primeiro deles era o nobre, utilizado na peroração e seu intuito era comover a

platéia. O segundo era o simples, utilizado na narração e na confirmação; ele tinha como objetivo informar e explicar. Já o terceiro, denominado de ameno e usado no exórdio e na digressão, possuía a função de agradar ao público, principalmente por meio da anedota e do humor.

A segunda regra, que consiste em adaptar o estilo ao auditório, denomina-se de *clareza*. Nessa regra, há um pouco de relatividade, pois um certo discurso, que é concebido como claro por um determinado auditório, pode não demonstrar a mesma clareza para uma platéia diferente. Portanto, para um orador ser claro ele precisa colocar-se de acordo com a integridade de seu público. Por outro lado, pode ser que um orador, de forma proposital, utilize a obscuridade em seu discurso para gerar uma ambigüidade. É o que acontece, por exemplo, quando diplomatas, políticos e publicitários colocam ambigüidades em sua fala para fugir de certos problemas ou até mesmo para conquistar platéias variadas.

Já a terceira regra, que diz respeito propriamente ao orador, permite que esse se coloque no discurso como um ser alerta, dinâmico, imprevisto e também engraçado. Em outras palavras, nessa regra o locutor deve se comportar como uma pessoa vivaz que assume o seu papel dentro da argumentação. Assim, faz-se necessário que o orador use o estilo mais adequado a seu discurso, escolha as palavras de forma concreta, preferindo não a fonte, mas sim a origem e que utilize com sabedoria o ritmo das palavras e seja sempre breve, isto é, use o discurso com a maior objetividade possível. No entanto, não basta que essas regras sejam aplicadas, pois sem um bom orador elas não têm valor algum. Por isso, como afirma Reboul (2004, p. 64), o sabor do discurso não se ganha com regra alguma; quem o faz é o autor.

Para que um orador demonstre vivacidade em seu discurso, faz-se necessário também que ele utilize as figuras. Estas, na antigüidade, eram usadas pelo autor com o objetivo de encantar e emocionar, ou seja, de expressar-se no discurso de forma marcante. Assim, na classificação de Cícero elas se dividiam em figuras de

palavras (trocadilho e metáfora) e figuras de pensamento (ironia e alegoria). No entanto, convém também mencionar que a noção de figura está necessariamente ligada ao termo desvio. Nos anos 60, por exemplo, a concepção de desvio chegou a crescer tanto que passou a abranger todo o significado de retórica. Dessa forma, os estudos retóricos se baseavam apenas nas figuras de estilo, definindo-as como um desvio da norma.

Por outro lado, poder-se-ia dizer que essa questão de desvio também é relativa, pois, na antigüidade, num primeiro momento, a noção de figura se apresentava como desvio. Esse é o caso da metáfora, já que a mesma substitui um significado por outro semelhante. No entanto, é interessante que alguns questionamentos sejam levantados. Primeiramente pode haver uma indagação em relação a que tipo de norma a figura se desvia, isto é, se esse desvio se baseia em alguma lógica e se se refere a algum sentido primitivo ou ideológico. Por isso, convém ser afirmado que essa relatividade do desvio depende do público, do gênero e dos objetivos aos quais o orador pretende alcançar em seu discurso. Por isso, a figura usada como desvio só poderá verdadeiramente persuadir, se o público percebê-la como algo diferente da expressão banal. Portanto, ela deve representar mais riqueza, mais expressividade, mais eloquência, ou seja, deve ser mais perfeita do que qualquer outra expressão de valor semelhante.

Após ter-se observado que é na elocução que o orador escreve propriamente o seu discurso, será exposta no próximo item a ação, momento em que o orador faz o arremate do trabalho retórico, proferindo, de fato, sua argumentação.

3.2.4 Ação

Todas as três primeiras partes da retórica são importantes, no entanto, de nada valeriam se não fossem concretizadas pela ação, isto é, a parte em que o orador, de fato, profere o seu discurso. Na Grécia antiga a ação (*hypocrisis*) dizia respeito à interpretação de um adivinho e mais tarde passou a significar a interpretação do

ator, ou seja, a ação teatral. Dessa forma, igualmente a uma pessoa hipócrita (mesmo com seu público sabendo), o autor passa a fingir sentimentos que não pertencem a ele. Por outro lado, mesmo que expresse sentimentos que não são seus, o orador não pode demonstrar isso a sua platéia, pois corre o risco de prejudicar e até mesmo de destruir o seu discurso.

De qualquer forma, o bom orador, igualmente o bom ator, deve representar muitíssimo bem o seu papel e, assim, o orador se mostra a seu público da maneira que quer ser mostrado. Seguindo esse estilo, na antigüidade, os oradores, para se tornarem cada vez melhores, passavam até a cantar os argumentos que iam utilizar em alguma situação persuasiva. Dessa forma, o bom orador deveria trabalhar bem a voz, a respiração, as mímicas do rosto e a gestualidade do corpo. Atualmente, um bom domínio da respiração e uma boa imitação da voz ainda são técnicas que um bom orador deve possuir para persuadir o seu público.

Durante a antigüidade os discursos também eram aprendidos de cor e, por isso, aquele que melhor memorizasse os argumentos tinha maiores possibilidades de se tornar um bom orador. Para alguns autores latinos, memorizar o discurso seria a quinta parte da retórica e é assim que surgem dois pontos de vista diferentes. No primeiro, Cícero afirmava que memorizar o discurso não seria algo que se devesse a uma técnica, mas a um dom natural. Por outro lado, no segundo, Quintiliano afirmava que a memorização de um discurso dependia tanto de uma aptidão natural, quanto de uma técnica que se pode aprender. Assim, pode-se perceber que gravar um discurso na própria memória é uma tarefa que envolve aptidões naturais e também rigorosos exercícios.

É importante também mencionar que, para os antigos retores, o discurso é primeiramente escrito e que na ação o orador deve apenas interpretá-lo, ou seja, depois de redigir o seu discurso, o orador deve memorizá-lo e pronunciá-lo da forma mais clara possível. No entanto, mesmo tendo que seguir o que já havia

sido memorizado, dependendo das circunstâncias, o orador para ter êxito em sua fala, deveria fazer improviso.

Como foi explanado, o sistema retórico, segundo Aristóteles, faz-se consecutivamente da junção de cada uma das partes que compõem a retórica. Elas são, na verdade, os grandes capítulos dos tratados sobre a arte oratória. Mas, para a concretização da invenção, da disposição, da elocução e da ação, é necessário que se leve em conta a existência de algumas ponderações que sempre envolvem a presença do orador e do auditório. Por isso, na próxima seção serão abordadas algumas características que dizem respeito aos âmbitos da argumentação e que são imprescindíveis para que ocorra o ato argumentativo.

3.3 A ARGUMENTAÇÃO

3.3.1 Os âmbitos da argumentação

Todo e qualquer processo argumentativo não se faz apenas pela apresentação de uma seqüência de argumentos. Por isso, é necessário que seja levado em consideração que a argumentação é dirigida a um auditório, que é expressa em uma língua natural, que suas premissas são verossímeis, que sua progressão é dependente do orador e que suas conclusões podem sempre ser consideradas como incontestáveis.

Assim, segundo Perelman & Tyteca (2005), toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por esse fato, pressupõe a existência de um contato intelectual. Por isso, para se proferir um discurso argumentativo, é necessário que se considerem as condições psíquicas e sociais de um auditório, pois, sem esses elementos, a argumentação ficaria sem objeto e sem efeito.

É por essa razão que é cabível afirmar que o ato de argumentar só será efetivado se houver, no mínimo, uma linguagem comum em que locutor e interlocutor possam realizar a comunicação. Além do mais, o locutor deve ter apreço tanto

pelo consentimento, quanto pela participação mental de seu interlocutor, pois, sem isso, a discussão não se torna tão agradável e, às vezes, o seu objetivo não é alcançado.

O ato de convencer alguém não é uma tarefa tão fácil. Então, antes de qualquer coisa, o locutor deve lembrar-se de que sua palavra não é uma verdade absoluta que basta ser professada para que tenha o poder de convencer as pessoas. Melhor dizendo, o orador deve ter em mente que o que ele diz não é indiscutível. Por isso, ele deve se preocupar com a natureza do seu ouvinte; a partir disso, planejar e executar aqueles argumentos que mais podem influenciar o seu interlocutor.

A argumentação só terá sucesso se o público a quem ela se destinar estiver interessado em ouvir o locutor. Por isso, é necessário que o produtor do discurso vise a um determinado público para expor seus argumentos, pois do contrário, as pessoas podem não se interessar pelo que está sendo dito e, com isso, o discurso do orador não fará efeito persuasivo e a argumentação pode não surtir efeito algum.

O contato entre orador e auditório é fundamental para que todo processo argumentativo seja realizado com relevância, pois quanto mais se conhece o auditório, mais possibilidades haverá da ocorrência da argumentação. No entanto, a tarefa de definir um auditório não é muito fácil, ainda mais quando esse é o leitor. Na maioria das vezes é muito difícil para quem escreve definir com veemência o perfil dos leitores. Nesse sentido, para Perelman & Tyteca (2005), o auditório deve ser definido como o conjunto daqueles a quem o orador quer influenciar com sua argumentação. E dessa forma, cada orador deve pensar, de maneira mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos.

Uma visão errada sobre o auditório pode muitas vezes prejudicar totalmente a persuasão, pois se um discurso não for apropriado a determinado público, este poderá não ser convencido e, provavelmente, abominará o que foi dito pelo orador. Portanto, para que seja realizada uma argumentação eficaz, é preciso que primeiramente seja respeitado o conhecimento daqueles que devem ser persuadidos. É nesse sentido que Perelman & Tyteca (2005, p. 23) escrevem:

[...] todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de tal maneira que é, em larga medida, desses próprios discursos que nos julgamos autorizados a tirar alguma informação a respeito das civilizações passadas.

Nem sempre o orador se encontra perante um auditório singular, ou seja, diante de uma platéia que tenha o mesmo caráter, as mesmas crenças, a mesma visão de mundo etc. Quando isso acontece o orador está na presença de um auditório heterogêneo. E é exatamente com esse tipo de público que se conhece o bom argumentador, pois só aquele que usa inteligentemente estratégias diversificadas de persuasão, visando à multiplicidade de características dos interlocutores, poderá realmente persuadir um auditório heterogêneo.

Como já foi exposto, todo ato de argumentar deve ser baseado no público. Ou seja, somente se argumenta com uma finalidade, a de persuadir um determinado grupo de pessoas. Com isso é que se pode dizer que o ato discursivo é avaliado e estruturado de acordo com as reações do auditório. Por isso, para o grande argumentador a reação de seu interlocutor é fundamental para que ele sinta se está conseguindo ou não conquistar a confiança de seu público e, a partir disso, dar continuidade ao seu discurso.

Devido à infinita variedade de auditórios, o orador se encontra diante de vários obstáculos que podem prejudicar a realização eficaz da argumentação. Por isso, é preciso que se tente fazer uma distinção entre persuadir e convencer, pois em

determinadas situações argumentativas o orador terá de especificar se seu objetivo é persuadir ou convencer um determinado público.

Por mais que se considere que não haja diferença entre persuadir e convencer, é preciso que se leve em consideração uma pequena diferença entre esses dois termos. A esse respeito escrevem Perelman & Tyteca (2005, p.31):

[...] cumpre não obstante reconhecer que nossa linguagem utiliza duas noções – convencer e persuadir – entre as quais considera-se geralmente existe um matiz apreensível. [...] Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convicente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional.

Apesar da possibilidade de afirmar que há uma ligeira diferença entre persuasão e convicção, essa será uma tarefa sempre complicada, pois, sendo o auditório o responsável, na prática, por essa distinção, fica difícil para o orador determinar que efeitos seus argumentos irão assumir diante de um determinado público. Além das dificuldades para determinar a que tipo de auditório está se defrontando, o orador constantemente estará sujeito a avaliar e a modificar a escolha de técnicas argumentativas que são mais apropriadas a cada tipo de situação.

Por ser o auditório o responsável por toda ação do ato de argumentar e, por sem ele, não haver razão para existir a argumentação, é preciso que se mencione que, de maneira ampla, de acordo com Perelman & Tyteca (2005), há três tipos de classificação geral que se podem fazer a respeito do auditório: o primeiro tipo é o universal, constituído por toda humanidade; o segundo é formado por um único interlocutor ao qual é dirigida a palavra em um diálogo; e o terceiro é constituído pelo próprio orador quando faz avaliação de seus próprios atos.

Ao se dirigir a um único tipo de auditório, o orador usa algumas técnicas argumentativas que poderiam não ser apropriadas se fossem utilizadas para outro tipo de público. Sendo assim, quem argumenta visando a um único grupo de

peças está sujeito ao perigo de encontrar em sua platéia sujeitos com visão de mundo e convicções diferentes daquelas que estão sendo declaradas. É exatamente isso que acontece quando o orador se defronta com um auditório heterogêneo.

É, portanto, muito importante que o orador, quando estiver diante de um público, leve em consideração que muitos daqueles que estão a escutá-lo são constituídos por uma complexa rede de vivências e de caráter diferenciado que pode influenciar no modo como vão obter, interpretar e agir a partir do discurso que irão receber. Assim, a argumentação que for direcionada a um auditório universal tem por objetivo principal convencer os interlocutores de que as razões, as evidências e a validade dos argumentos são absolutamente verdadeiras, independentemente das contingências locais ou históricas.

Para que se acredite na existência do auditório universal, é interessante que seja observado como cada orador constrói a imagem do auditório que ele está disposto a conquistar por meio de seus argumentos. Por essa razão é relevante concordar com as palavras de Perelman & Tyteca (2005, p. 37):

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideram, no decorrer de sua história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*.

Se, por ventura, a argumentação destinada ao auditório universal não conseguir atingir os objetivos pretendidos, o orador tem de desqualificar seu discurso e buscar outras estratégias para que consiga realizar sua intenção. A partir do momento em que ocorre o perigo de não se conseguir convencer o auditório universal, pode-se mencionar outro argumento e fazer uma oposição entre auditório universal e auditório de elite. Por auditório de elite, deve-se entender aquele pertencente a apenas uma determinada categoria de pessoas que, no

caso, seria estabelecida por uma posição de hierarquia. Desse modo, o auditório universal, por ser composto por seres humanos comuns e inferiores, ficaria subordinado ao auditório de elite. Somente quando é reconhecida a vanguarda do auditório de elite, é que esse passa a representar o auditório universal. Por isso, o estabelecimento de um auditório só pode ser concretizado a partir das concepções de cada indivíduo.

A argumentação perante um único ouvinte foi estabelecida como superior àquela destinada a um vasto auditório desde a antigüidade. Isso aconteceu porque um grupo de filósofos acreditava que a retórica, por usar como técnica um discurso contínuo, não seria apropriada para estabelecer uma argumentação que visasse a um único interlocutor. Desse modo, para atingir esse tipo de público era necessário que se utilizassem as técnicas da dialética que, por apresentar características mais apropriadas ao diálogo fechado, ou seja, destinado a um só ouvinte, seria superior à retórica que tinha métodos mais eficazes para serem utilizados diante de vários ouvintes.

Apesar de no diálogo com um único interlocutor ser dado um grau de superioridade à dialética, pode-se admitir que muitas vezes esse tipo de auditório encarna o auditório universal. Isso acontece porque um ouvinte pode ser capaz de deter as mesmas condições de adesão que o auditório universal, pois o orador, referindo-se a um único interlocutor, pode muito bem usar as mesmas técnicas que usaria se estivesse diante de várias pessoas. Portanto, não é tão óbvio afirmar que cabe exclusivamente à superioridade dialética de um orador a adesão de um ouvinte em um diálogo.

É interessante também ser mencionado que, às vezes, pode acontecer que um ouvinte, mesmo que seja ele um participante que não dialoga, mas só escuta o que o orador tem a dizer, nem sempre encarnará o auditório universal. O que pode acontecer é que proceda a encarnação de um auditório particular. De fato, isso ocorre quando, por exemplo, um único ouvinte representa um modelo de um

determinado tipo de interlocutores. Isso se dá com freqüência, por exemplo, quando um padre dirige seus ensinamentos a uma pessoa na igreja, pois as lições evangélicas destinadas a um dos fiéis também podem servir para os demais, mesmo que não estejam presentes naquele momento. A escolha do ouvinte para representar o auditório particular é uma opção que o orador deve assumir e isso depende das pretensões que se quer atingir com o ato argumentativo.

Além do auditório universal em que se leva em consideração a argumentação diante de um vasto público e do auditório perante um único interlocutor, é importante fazermos algumas considerações a respeito do auditório formado pelo próprio orador. Por constituir-se como um ser dotado de razão, o homem, com o intuito de avaliar o grau de veracidade de seus argumentos, é capaz de abandonar as convicções sobre ele formadas pelo seu semelhante e passar a se colocar como auditório de sua própria argumentação.

Portanto, por mais que o homem busque a verdade de suas palavras nas concepções dos outros, ele só terá a certeza de seus argumentos quando se colocar no lugar daquele a quem o discurso é destinado. Nesse sentido, convém-nos ler as palavras de Perelman & Tyteca (2005, p. 46):

Com muita freqüência, aliás, uma discussão com outrem não é mais do que um meio que utilizamos para nos esclarecer melhor. O acordo consigo mesmo é apenas um caso particular do acordo com os outros. Por isso, do nosso ponto de vista, é a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender melhor a deliberação consigo mesmo, e não o inverso.

Após termos feito uma pequena abordagem sobre os tipos de auditório, é interessante nos determos, também, nos efeitos que são produzidos pela argumentação. Por isso, cabe mencionar novamente que o objetivo da argumentação é estabelecer a adesão de um público sobre um determinado ponto de vista ou tese. Com isso, pode-se dizer que, quanto mais os ouvintes forem

capazes de aderir aos discursos que são professados, mais será concretizada com eficiência a argumentação.

É por isso que é cabível afirmar que o sucesso de qualquer ato argumentativo está intrinsecamente ligado às reações positivas que poderão ser tomadas pelos interlocutores. É claro que essas reações só poderão ser, de fato, positivas se estiverem de acordo com as pretensões do orador. Portanto, não importa que as reações do público não sejam as melhores e as mais apropriadas para determinada sociedade, mas que sejam assumidas pelos ouvintes de um determinado locutor.

Essa abordagem retratou as questões que se instauram ao redor do processo argumentativo, fazendo-se algumas considerações a respeito das características que o orador deve possuir para melhor se adaptar ao auditório e conquistá-lo. Assim, na próxima seção serão retratadas as estratégias de argumentação em que se mostrará como os argumentos podem ser identificados nos textos retóricos.

3.3.2 **Estratégias de argumentação**

3.3.2.1 Argumentos quase lógicos

No livro *Tratado da argumentação: A nova retórica*, Perelman e Tyteca (2005) apresentam técnicas que aplicadas, garantem a eficácia do processo argumentativo. Um desses recursos são os argumentos denominados *quase lógicos*. Apesar de parecer um pouco estranho, poder-se-á ver que é possível um argumento ser identificado como não totalmente lógico. Isso ocorre porque, contrariando a lógica de uma demonstração, encontram-se discursos que podem ser combatidos por outros discursos, evidenciando, assim, a presença de argumentos quase lógicos.

Com isso, nesse tipo de argumento podem ser identificados alguns princípios. O primeiro deles é a *contradição*. Esta, por exemplo, muito dificilmente irá ocorrer de

forma pura. No entanto, é provável que sejam encontradas as incompatibilidades que são, na verdade, as responsáveis por contradizer alguma tese ou opinião apenas em determinadas circunstâncias. Assim, pode ser que uma contradição exista somente diante de um grupo social, não ocorrendo em outro.

Dessa forma, na visão de Olivier Reboul (2004, p. 169), a incompatibilidade está vinculada à *retorsão*, que consiste em retomar o argumento do adversário mostrando que na verdade este é aplicável contra ele mesmo. Assim, pode-se perceber que as incompatibilidades são muito comuns quando se quer provar que algum discurso não é totalmente lógico e que pode ser refutado por ele mesmo. Por isso, para que o discurso de um adversário seja dado como destruidor de si mesmo, utiliza-se um tipo de argumento, a autofagia, que é responsável por esse fato. Com isso, quando se quer provar que um argumento apresenta sua própria diminuição de valor, recorre-se à autofagia.

Há também argumentos que se baseiam na *identidade* e na *regra de justiça* e, por isso, podem ser classificados como quase lógicos. Isso acontece porque nem sempre um discurso que se fundamenta em princípios de identidade pode ser dado como incontestável. É o que acontece, por exemplo, quando se afirma que um argumento pode ser fundamentado apenas em princípios de identidade como: *pobre é sempre pobre; uma vez ladrão, sempre ladrão*. Percebe-se nesses exemplos que nem sempre eles devem ser seguidos ao pé da letra para justificar alguma opinião.

Dessa forma, compreende-se que uma regra de justiça pode ser aplicável apenas baseando-se numa identidade. Isso porque o normal seria que a mesma regra devesse ser aplicada às mesmas categorias. Assim, se algo é admitido de uma maneira, então é louvável que do mesmo modo os atos que se assemelham a ele devam ocorrer do mesmo modo posteriormente. Isso dá a entender que esse tipo de argumento pode somente ser considerado como quase lógico, pois definir uma mesma categoria é uma tarefa um tanto complicada.

Os argumentos quase lógicos podem se apoiar em fórmulas matemáticas. Isso ocorre por meio da *transitividade*, pois um determinado discurso pode se fundamentar matematicamente para demonstrar sua veracidade. Olivier Reboul (2004, p.171) dá um exemplo bastante esclarecedor a esse respeito quando transforma o seguinte argumento em fórmula algébrica: *Os amigos de meus amigos são meus amigos*. Veja:

- + x + = + Os amigos de meus amigos são meus amigos.
- + x - = - Os amigos de meus inimigos são meus inimigos.
- x + = - Os inimigos de meus amigos são meus inimigos.
- x - = + Os inimigos de meus inimigos são meus amigos.

Apesar de toda essa ilustração que parece ser lógica, observa-se que na realidade nem sempre isso pode ocorrer, pois em muitos casos a amizade entre as pessoas pode superar todo esse esquema que foi apresentado no exemplo acima.

Os argumentos matemáticos também podem ser demonstrados de outra maneira. Isso é possível graças à *divisão*, já que esta é responsável por fazer uma separação daquilo que se quer provar. Com isso, todas as partes divididas possuem primazia e, assim, os membros como um todo também têm prioridade. No entanto, essa fórmula só pode ser sobreposta a argumentos em que as partes e o todo se apresentam de forma homogênea.

Na argumentação quase lógica outra técnica que merece destaque é a *definição*. Desse modo, esta pode ser encarada como uma identificação que tem o intuito de fazer uma ligação entre aquilo que é definido e o que define. Sendo assim, tanto o que é definido quanto o que define pode ser substituído sem que seja afetada sua significação no discurso. No entanto, como assevera Reboul (2004), somente em línguas artificiais como a álgebra ou para termos técnicos, é que esse tipo de identidade pode ser dado como perfeito.

Com isso, no processo argumentativo é possível que sejam encontradas quatro espécies de definição. Primeiramente, apontar-se-ão as *normativas*, que são responsáveis por indicar a forma que uma palavra deve ter em sua utilização. As segundas são as *descritivas*, ou seja, são as que se responsabilizam por estabelecer o sentido que uma palavra deve possuir em determinado momento. As terceiras são as de *condensação*, pois têm a finalidade de indicar, na definição descritiva, os elementos essenciais. O quarto e último tipo é aquele denominado de *definições complexas*, isto é, aquelas que se responsabilizam por, de maneira variável, combinar os elementos pertencentes aos três primeiros tipos de definição.

Referindo-se a esses tipos de definição, Perelman & Tyteca (2005, p. 239) afirmam de forma específica que:

Entre as definições normativas, apenas as que se apresentam como uma regra obrigatória são suscetíveis de ser apoiadas ou combatidas através da argumentação; dá-se o mesmo com definições de condensação, acerca das quais é possível perguntar-se em que medida as informações que fornecem são ou não essenciais. Quanto às definições descritivas, elas usufruirão, enquanto não forem contestadas, o estatuto de um fato.

Apesar de serem bastante importantes no processo argumentativo quase lógico, essas definições eventualmente continuam sendo ignoradas por grande parte dos lógicos. Isso ocorre porque estes ainda continuam acreditando e valorizando apenas a definição da dicotomia clássica, ou seja, as definições *reais*, que podem ser proposições verdadeiras ou falsas e as definições *nominais*, consideradas por inteiro como arbitrárias. Sendo assim, poder-se-ia expor que as definições representam evidentemente seu caráter argumentativo quase lógico a partir do momento em que elas são usadas com a função de fazer um raciocínio avançar para que algum discurso seja dado como válido.

Visto que os argumentos quase lógicos são aqueles que não se baseiam na experiência e nem podem ser equiparados aos preceitos lógicos da

demonstração, podendo, pois, serem refutados para que se prove que eles não são totalmente lógicos, serão retratados, no próximo item, os argumentos fundados na estrutura do real, ou seja, aqueles que não se apóiam na lógica, mas sim na experiência.

3.3.2.2 Argumentos fundados na estrutura do real

Os argumentos fundados na estrutura do real são técnicas retóricas que se baseiam na experiência, portanto, não apelam para a logicidade, mas para o que há de reconhecidamente comum entre os objetos. Dessa forma, a argumentação assume um papel altamente explicativo, pois quanto mais evidências forem justificadas por um argumento, mais probabilidade terá este de ser reconhecido como verdadeiro.

Assim, uma das formas eficientes para se expor uma argumentação, seria por meio de discursos que relatassem acontecimentos e, a partir disso, fazer inferências sobre possíveis causas. Com isso, os argumentos não considerados como demonstrações científicas, mas apenas prováveis, exprimiriam um certo valor de efeito por meio da causa.

Partindo disso, poder-se-ia asseverar que essa sucessão e causalidade podem evidenciar a presença do argumento *pragmático*, ou seja, aquele que permite a apreciação de um acontecimento devido a sua seqüencialidade que pode ser favorável ou desfavorável. Assim, como bem diz Olivier Reboul (2004, p. 174), o argumento pragmático goza de tal verossimilhança que de imediato presume confiança. Em outras palavras, a quem o contestar incumbirá justificar.

Cabe ressaltar também que uma outra característica dos argumentos fundados na estrutura do real é a *finalidade*. Nesta podem-se encontrar discursos que não se encarregam de mostrar a razão, mas sim de demonstrar para que servem

determinados argumentos. Sendo assim, o foco nesse caso seria o objetivo final que um argumento pretende alcançar.

Dessa forma é possível que seja identificado o argumento de *desperdício*, isto é, aquele que agrupa uma série de virtudes favoráveis a um determinado fim e que, se não forem usadas com esse objetivo, acabam se tornando inúteis. Além disso, pode ser que seja encontrado também um argumento de *direção*. Este, porém, é responsável por renegar determinado objeto que eventualmente pode servir como um meio para se alcançar uma finalidade que poderá ser indesejável. Por outro lado, a finalidade pode ser encarada de forma fundamental quando o argumento é de *superação*, pois nesse caso a busca pela perfeição e pelo valor absoluto do que se argumenta se torna insaciável, isto é, nunca se pode decretar que algo já atingiu seu grau máximo, pois sempre se deve buscar a perfeição das coisas.

Ainda assim, pode ser possível a presença de argumentos de *essência* e de *pessoa*, que são proporcionados devido às relações que coexistem entre as coisas. Portanto, pode-se destacar primeiramente o argumento da *essência*, já que este se encarrega de fazer a explicação ou prevenção de um fato, baseando-se no cerne de sua própria manifestação. Desse modo, a *essência* será responsável por explicar o que há de comum entre muitos casos. Por outro lado, o argumento de *pessoa* é aquele que explica o argumento de *essência*, baseando-se no que há de comum entre uma pessoa e suas ações. Melhor dizendo, se alguém é reconhecido como quem comete determinados atos, então, sempre nas mesmas circunstâncias cometerá as mesmas ações.

O argumento de *pessoa* também pode inspirar a presença de outros dois que são o de *autoridade* e o de *ad hominem*. Assim, o primeiro é aquele que usa o valor de seu autor para justificar alguma afirmação. No entanto, esse tipo de argumento, na sociedade atual, sofre de maneira injustificável bastante descrédito, pois acaba sendo encarado como um tipo de dogmatismo, levando-o a uma diminuição. Sendo assim, como bem afirma Olivier Reboul (2004, p. 177), a ciência parece

excluir o argumento de autoridade. No entanto, ele está sempre presente [...] isso porque o pesquisador não pode descobrir nem verificar tudo, precisa confiar em alguém.

Já o argumento *ad hominem* caracteriza-se por ser o inverso do argumento de autoridade, isto é, para que seja combatida alguma idéia, é preciso que se recorra a alguém que expresse um caráter reprovável perante um determinado público. Também para esse fim, é possível que sejam usadas como auxílio as deficiências presentes no discurso de um enunciador.

O argumento de *dupla hierarquia* também é freqüente e muito importante nas estruturas do real; no entanto, pode representar uma grande complexidade. Sua finalidade é fazer o estabelecimento de valores entre termos por meio de uma escala perfeitamente consagrada. Portanto, nesse tipo de argumento usa-se a primeira hierarquia para que um termo da segunda seja valorizado. Sendo assim, poder-se-ia recorrer a um exemplo citado por Reboul (2004, p. 179) em que ele faz um esquema da seguinte passagem de Aristóteles:

O que pertence ao melhor ser é o preferível; por exemplo, o que pertence a um deus é preferível ao que pertence a um homem; o que pertence à alma é preferível ao que pertence ao corpo.

Dessa forma a dupla hierarquia seria posta neste esquema:

ARGUMENTO: pertence aos deuses > aos homens; à alma > ao corpo;
LOGO: eudemonismo (bem-aventurança) > felicidade; alegria > prazer.

Como se viu, usa-se uma dupla hierarquia para que se possa obter mais crédito em relação ao que se quer privilegiar no argumento. No entanto, a argumentação somente poderá ter sucesso se o auditório concordar com a primeira hierarquia que vale de argumento para a segunda. Em outras palavras, tomando como base o exemplo, a platéia deve considerar uma escala em que os deuses sejam

superiores aos homens e em que a alma se comporte de forma elevada em relação ao corpo.

Mostrado como se identificam os argumentos que se valem da ligação reconhecida entre as coisas, isto é, baseados na experiência, no item seguinte serão apresentados os argumentos que fundamentam a estrutura do real. Estes, porém, são os que, mesmo sendo de ordem empírica, não se apóiam na estrutura do real, mas sim criam-na.

3.3.2.3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real

Dentro do processo argumentativo podem ser encontrados outros tipos de argumento que também se baseiam no empirismo, mas que, no entanto, têm função diferente daqueles que foram citados no tópico anterior. Desse modo, essa espécie de argumento é responsável por estabelecer entre os objetos nexos de ligação considerados como novos ou inéditos e, como isso, criam a estrutura do real.

Nesse tipo de argumento, o *exemplo* é uma técnica bastante válida, pois ao ser diferente e independente dos outros, o orador pode usá-lo eficazmente para reforçar uma regra. No entanto, há a possibilidade de se anular o exemplo, mas isso só acontece quando um outro exemplo tem respaldo suficiente para se sobressair sobre outro.

A *ilustração* também pode ser identificada como um outro tipo de exemplo. Sendo assim, esse tipo de argumento pode se manifestar de forma fictícia sem a finalidade de provar uma regra, mas com a função de ser o reforço para uma adesão. Nota-se também a existência do argumento de *modelo*, isto é, aquele que, por ser um exemplo altamente glorioso, perpassa a idéia de que é algo que merece ser seguido. Assim, um anti-modelo pode ser utilizado para que se possa mostrar aquilo que não é digno de imitação.

A *comparação* também é um argumento que segundo Perelman & Tyteca (2005) se enquadra na aceção dos argumentos quase-lógicos. Porém, na concepção de Reboul (2004) ela se encaixa dentro dos argumentos que fundamentam a estrutura do real, pois deve ser encarada como algo empírico. Assim, a comparação só assume o papel de argumento porque possibilita que termos sejam justificados por meio de outros.

No entanto, a comparação somente funcionará eficazmente como um argumento, a partir do momento em que os objetos que são comparados pertencerem à mesma categoria. A comparação ainda pode ser expressa por meio do argumento de *sacrifício*, que tem a função de determinar o valor de um objeto por meio de sacrifícios feitos por esse mesmo objeto. Desse modo, um sacrifício terá a função de instituir qualidades éticas pertencentes a um homem ou a um determinado ato.

Seguindo com a identificação dos argumentos que fundamentam a estrutura do real, podemos nos deparar com a *analogia*. Esta tem a função de evidenciar um fato por meio da semelhança de relações, mas diferentemente do exemplo e da comparação que lidam com elementos do mesmo gênero, a analogia se refere somente a termos heterogêneos.

Com isso, é possível que se identifique a *metáfora*, ou seja, um tipo de argumento que se expressa por meio de uma analogia reduzida. Assim, a metáfora às vezes pode ser encarada como um argumento mais eficiente do que a analogia propriamente dita. Isso acontece porque ao tornar mais consistente as relações entre as coisas e extinguir assim possíveis diferenças, a metáfora se torna capaz de transformar a semelhança de alguns fatos numa perfeita identidade entre eles.

Tratados e explorados os processos que norteiam a retórica e a argumentação, no próximo item serão exploradas, a partir de propostas da Análise do Discurso de linha francesa, as relações entre o discurso e o sujeito que o constrói.

3.4 DISCURSO

3.4.1 **Conceito**

Os esboços de Saussure sobre a famosa dicotomia langue/parole assumiram um papel importantíssimo nos estudos lingüísticos do século passado. No entanto, os princípios saussurianos eram dirigidos apenas para a langue, ou seja, os estudos sobre a linguagem eram voltados para a língua como algo abstrato e fazendo parte de um sistema sincrônico e homogêneo. Por outro lado, após alguns autores terem se deparado com a não importância que foi dada por Saussure à parole, as pesquisas sobre linguagem começaram a ser conduzidas para essa parte da dicotomia, isto é, a língua passou a ser analisada em seu funcionamento (em ação comunicativa entre sujeitos falantes). E, é exatamente a partir desse ponto que nascem os estudos sobre o discurso.

Devido à possibilidade de analisar as diversas maneiras de significação da linguagem em ação, surge a Análise do Discurso de Linha Francesa (AD), disciplina que tem como objeto de pesquisa o discurso. Essa vertente de estudos sobre a linguagem não dá ênfase à gramática e nem à língua enquanto sistema (apesar de não descartá-las), mas se preocupa com a prática da linguagem exercida pelo homem. Fazendo referência a esse aspecto Eni Orlandi (2003, p. 15) afirma:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Com os estudos da linguagem operando sobre o discurso, pode-se perceber a ligação que há entre o elemento lingüístico e o extralingüístico. Isso porque para a compreensão de um texto não basta o conhecimento apenas do sistema lingüístico, mas um saber que englobe todo o contexto sócio-histórico pertencente

a uma dada situação comunicativa. Portanto, podemos afirmar que o discurso não é uma manifestação lingüística isolada dos aspectos sociais, mas ele é a junção entre os fenômenos lingüísticos e os processos ideológicos.

Sendo assim, podemos relatar que a linguagem, a partir do momento em que passa a ser analisada como discurso, deixa de ser vista como um conjunto de signos que têm somente a função de comunicar. Sua função como discurso vai muito mais além, pois representa interação e produção entre pessoas de uma sociedade. Como menciona (Brandão, 2004), “a linguagem é o lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são históricos e sociais”. Desse modo, podemos asseverar que a linguagem não é inocente e nem neutra, mas é repleta de intenções e finalidades e, por isso, é o local onde são apresentadas as manifestações ideológicas de determinado grupo social. Por isso, no item seguinte serão feitas algumas considerações sobre o conceito e a função da ideologia.

3.4.2 **Ideologia**

Desde a sua primeira aparição, por intermédio do filósofo Destutt de Tracy, a ideologia vem sendo o objeto de estudo de inúmeros pesquisadores. Com isso, após estudar autores como Marx e Engels, Chaui faz as seguintes considerações a respeito do termo ideologia:

Para criar na consciência dos homens essa visão ilusória da realidade como se fosse realidade, a ideologia organiza-se como se fosse um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (Chaui apud Brandão, p. 22, 2004).

A partir disso, convém expor que para produzir e interpretar qualquer discurso o homem se apropria e repassa aos outros membros de sua comunidade um

determinado tipo de ideologia. Nesse caso, se a classe dominante de uma sociedade expõe sua maneira de viver e de agir dentro do mundo por meio do discurso e, também, se a classe subalterna é influenciada (quase que obrigada) a seguir os mesmos preceitos da classe mais elevada, então, a ideologia, por meio do discurso, torna-se um instrumento de dominação que beneficia a classe mais poderosa de uma sociedade.

De acordo com Foucault (2005), o discurso é composto por uma série de dispersões que o tornam debilitado de qualquer princípio de unidade. Mesmo sendo disperso, a partir de análises é possível que se chegue a regras de formação que regem a produção do discurso. Essas regras de formação, segundo Foucault, são responsáveis por caracterizar as formações discursivas como singulares possibilitando, assim, que a dispersão do discurso passe a ser constituída por uma regularidade. No entanto, somente quando é feita a análise dos enunciados que constituem uma formação discursiva é que a regularidade pode ser percebida. Dessa forma, “o discurso seria percebido como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva” (Foucault, 2005).

Assim, a partir dessas explanações que envolvem discurso e ideologia, no próximo item serão abordados pontos que dizem respeito ao conceito e à função do sujeito do discurso. Também se comentará sobre a noção e a importância do ethos para a efetivação do processo discursivo.

3.4.3 Sujeito e discurso

Nessa concepção sobre discurso, cabe, também, depararmos com o conceito e a função do sujeito do discurso. É importante ressaltar que o sujeito é livre para expor o seu discurso da maneira que for mais viável para atingir seu objetivo. No entanto, apesar de ter essa liberdade, ele se torna preso a um sistema, isto é, à língua. Dessa forma, podemos afirmar que o sujeito do discurso não deve de forma alguma infringir, mas sim ser submisso à língua para poder, realmente,

efetuar uma situação de linguagem. Esse fato é a base do que Orlandi (2003) denomina de assujeitamento. Nesse caso, há uma ambigüidade sobre a noção de sujeito, pois este ao mesmo tempo em que determina o que fala, é determinado pela exterioridade por meio da sua relação com o mundo em que vive.

O sujeito ao proferir seu discurso enuncia também uma imagem de si mesmo que desempenha uma função muito importante na argumentação. Na Retórica de Aristóteles essa representação que é projetada toda vez que alguém usa a linguagem é denominada de *ethos*.

Postulava-se, na antigüidade, que o sucesso de um empreendimento oratório dependia muito da imagem de si mesmo que o orador demonstra por meio de seu discurso, pois toda vez que alguém emite uma fala, mesmo que não perceba ou não se dê conta disso, a platéia faz juízos de valor a respeito do caráter, isto é, do jeito ser do locutor. Foi também na antigüidade que Aristóteles afirmou em sua Retórica “que é ao caráter moral que o discurso deve quase todo seu poder de persuasão”. Sendo assim, podemos perceber que o público faz uma pressuposição sobre o tipo de pessoa que é o orador para que, desse modo, possa dar maior ou menor credibilidade aos argumentos que são emitidos em uma situação de interação comunicativa.

Seguindo a mesma linha dos retóricos da Grécia antiga, Roland Barthes *apud* Amossy (2005), afirma que o *ethos* se refere aos traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório, mesmo que esse caráter não seja verdadeiro, pois o bom orador deve se valer de várias técnicas para causar uma boa impressão de si mesmo. E assim, o mesmo autor ainda afirma que “o orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo”. Dessa forma, podemos entender que nem sempre o locutor será sincero ao transmitir seu discurso, pois, na verdade, ele está preocupado em conquistar primeiramente a confiança de seu público, mesmo que para isso tenha de demonstrar um *ethos* que não é verídico.

Retomando também a questão da importância que a imagem do locutor frente a seu público representa para o sucesso no empreendimento discursivo oratório, convém-nos uma apreciação sobre a definição que Ruth Amossy (2005, p. 9) faz sobre o ethos:

•“O ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si”.

Sendo assim, fica claro que o ethos é um componente fundamental dentro do processo argumentativo, pois de qualquer forma sempre haverá indivíduos pertencentes ao auditório que irão dar maior ou menor credibilidade aos argumentos de um orador a partir do tipo de caráter que é percebido no discurso. Dessa forma, pode-se afirmar que, quanto mais credibilidade um locutor tiver aos olhos de seu auditório, mais possibilidades de persuasão terá seu discurso.

Convém expor também que, uma vez construído o ethos de um locutor, dificilmente o seu público mudará de opinião; e isso pode de certa forma ajudar ou prejudicar um desempenho oratório. Se um orador cometer alguns deslizes em seu discurso, mas se já tiver uma certa credibilidade perante seu auditório, este por já ser convicto da honestidade e da veracidade do caráter oratório, não dará tanta importância às falhas e continuará acreditando nas palavras que são emitidas pelo locutor.

Por outro lado, se o orador já tem um ethos reconhecido como desonesto ou de má impressão por parte do auditório a que vai se pronunciar, ficará muito difícil para ele reverter essa imagem negativa e, com isso, conquistar a confiança da platéia. Então, toda vez que o locutor proferir um discurso, sua platéia ficará minuciosamente atenta a qualquer sinal de dúvida ou incerteza. Também, se em

algum momento o orador cometer qualquer falha, seu discurso continuará sem credibilidade e não irá persuadir e muito menos convencer o auditório.

Sendo assim, como afirma Maingueneau (2005), “o que orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir”. Desse modo, é preciso que o orador sempre esteja atento aos possíveis julgamentos que sua platéia poderá fazer a respeito de seu ethos. Portanto, no empreendimento discursivo a imagem (caráter) que se projeta toda vez que alguém usa a linguagem contribui relevantemente para a conquista (ou não) da confiança da platéia e, conseqüentemente, para o sucesso no processo argumentativo.

Após esse esboço referente ao papel que o sujeito desempenha dentro da interação discursiva, revelando que o caráter do orador demonstrado no ato discursivo torna-se fundamental para uma boa argumentação, passemos a analisar, no próximo item, o discurso jornalístico, fonte extensiva dos elementos que envolvem a discursivização.

3.4.4 O discurso jornalístico

Desde o início da existência humana houve sempre a necessidade da busca pela informação. Esse fator foi, desde o princípio, algo que sempre fez parte da própria formação do ser humano. Com o decorrer do tempo as fronteiras geográficas e políticas foram se estreitando e possibilitando ainda mais o interesse em saber o que se passa ao redor do mundo. É justamente por essa necessidade que nasce o discurso jornalístico, já que este foi criado com o intuito de levar ao homem o conhecimento a respeito do que ocorre nas civilizações.

Desse modo, poder-se-ia relatar que a essência do discurso jornalístico nasce da necessidade da informação de uma sociedade, pois a todo o momento o povo, interessado no conhecimento dos fatos e acontecimentos que existem no mundo,

recorre aos textos da imprensa para se atualizar e tomar certas posturas em relação ao que acontece ao seu redor.

Pode-se ressaltar também que o processo jornalístico efetiva-se de formas diferenciadas, pois ele se realiza dentro de uma adequação ao tipo de sociedade a que pertence. Essas variações de estilo são causadas principalmente pelas influências culturais, políticas e econômicas que regem um determinado grupo social. Além disso, os meios de comunicação, que são os responsáveis por transmitir as informações, podem ter também uma parcela muito importante no modo de se construir o discurso midiático.

De forma histórica e política, a linguagem jornalística atua por meio de duas grandes categorias que são a informativa e a opinativa. Marques de Melo (2003) lança um questionamento que parece bastante válido para os âmbitos do jornalismo, pois numa análise mais detalhada sobre a questão é viável que, como afirma o autor, seja questionado até que ponto o jornalismo informativo se limita somente a informar e até que ponto o jornalismo opinativo se dedica só a opinar. São dois questionamentos que podem revelar os traços ideológicos pertencentes a determinadas instituições jornalísticas.

Numa sociedade tão complexa como a nossa, o jornalismo informativo e o opinativo caminham sempre lado a lado, por isso, toda e qualquer informação ou propagação de alguns conceitos que são repassados ao público sempre tem um pouco dessas duas categorias. Embora cada uma delas seja mencionada em páginas de jornal como notícias ou editoriais, o limite entre as duas às vezes parece bastante restrito. O que se observa é que a credibilidade maior ou menor que é dada ao jornalismo opinativo ou ao informativo está na própria instituição responsável pela propagação do discurso jornalístico.

Por isso, pode-se dizer que essas duas categorias têm a sua própria dimensão ideológica e que cada uma contém o seu próprio valor perante a quem tem

contato com os jornais. Sendo assim, Marques de Melo (2003, p. 25) menciona que:

Narrar os fatos e expressar as idéias segundo os padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não altera fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade que tem acesso ao universo temático e conteudístico manufaturado continuamente.

O fato de existir uma distinção entre essas duas categorias não implica afirmar que elas sejam formadas de maneira independente. Isso porque o jornalismo durante a sua história sempre desempenhou duas funções, ou seja, primeiro se relatam as informações e depois, em consequência disso, lançam-se opiniões e juízos de valor a respeito daquilo que foi informado. Portanto, informar e opinar são categorias que mantêm uma relação de dependência entre si. Por isso, pode-se dizer que o discurso midiático não se restringe somente à transmissão de notícias e informações sobre a atualidade, mas também se encarrega da propagação de idéias e opiniões repletas de criticidade.

O texto jornalístico também pertence, segundo Bakhtin (2003), aos chamados gêneros secundários e, por isso, apresenta uma linguagem altamente ideológica, própria a uma sociedade organizada cultural, científica e politicamente. Sendo assim, o discurso jornalístico é composto por uma complexidade que o diferencia dos gêneros discursivos primários, ou seja, aqueles que dizem respeito às experiências concretas como provérbios ou ditos populares. Por isso, os discursos secundários absorvem e assimilam conteúdos dos discursos primários e estes também podem entrar nos secundários, no entanto, quando isso acontece, eles perdem sua ligação com a realidade concreta.

O discurso midiático pode ter o objetivo de atingir, de forma ideológica, um sujeito que é formado por um público que entende, interessa-se e toma certas posturas sociais e políticas a partir das informações que são noticiadas nos jornais. Por outro lado, esse sujeito também pode ser formado por uma platéia que é

composta por pessoas comuns e que, na maioria dos casos, não constroem um senso crítico a partir do que lêem nos jornais. Pode-se, portanto, perceber que o texto jornalístico é elaborado de forma que o seu autor sempre tem em mente o tipo de público a que irá se reportar. Isso dá a entender que quem escreve tenta sempre ser objetivo e muitas vezes neutro em seu discurso para, assim, deixar de correr o risco de ser interpretado diferentemente do que pretendia ser. Mas, por outro lado, muitas vezes o autor deixa em suas palavras marcas que levam a entender que ali está escrito, de fato, a postura ideológica daquele enunciador. Assim, isso faz com que o leitor entenda que aquela é a posição sustentada por quem escreve o texto.

Uma outra questão que merece destaque refere-se às relações entre o discurso jornalístico e o literário. Tanto o primeiro quanto o segundo são gêneros que podem ser vistos como próximos e ao mesmo tempo diferentes. Isso ocorre principalmente porque neles são utilizados semelhantemente mecanismos referenciais e modais para a construção dos textos. Além disso, no jornalismo o discurso faz menção ao mundo real e concreto; por outro lado, na literatura o discurso, mesmo fazendo referência ao real, relata fatos que são de natureza ficcional. Mas isso não é exatamente o que discerne a linguagem jornalística e a literária, mas sim o estilo e também a forma pela qual são feitas as referências ao real.

Por isso, poder-se-ia dizer que o texto literário é guiado por uma autocontextualização e os problemas que são retratados nele pertencem sempre ao estilo do texto literário. Lembre-se que, muitas vezes, o editorial constitui-se de passagens marcadas por traços de literariedade.

Por outro lado, o texto jornalístico apresenta-se, às vezes, de forma fragmentada, requerendo um leitor com competência de contextualização e que tenha alto grau de informação em relação aos fatos que se sucedem. Com isso, esse leitor deve ser capaz de completar algumas informações que se mostram vagas e com isso

organize e construa de forma objetiva as variadas narrativas que se apresentam no texto. Portanto, tanto o discurso jornalístico quanto o literário, vistos em sua conformação geral, apresentam algumas características que os tornam diferenciáveis em relação à função de comunicar por meio da linguagem dos textos.

Assim, já no século XIX, com a corrente realista, o discurso jornalístico passou a fazer parte, juntamente com o literário, do interesse e das produções dos escritores da época. Por isso, convém expor as palavras de Eça de Queiroz quando afirma que a maior função do discurso jornalístico é:

[...] fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os atos culposos, frouxos, velar pelos nocivos, pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença de outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes. (Eça de Queiroz, apud Cristina Ponte, 2005, p. 46)

Além de ser exposto com o intuito de informar as pessoas sobre os acontecimentos que se sucedem na vida cotidiana, o discurso jornalístico também tem como uma de suas principais funções ajudar o seu público a criar certos juízos de valor e tomar determinadas posturas a respeito dos fatos que se fazem presentes nas comunidades. Essa proposta bem característica do discurso jornalístico faz-se mais evidente no editorial. Do exposto até aqui, vê-se que o discurso jornalístico pode ser considerado como um dos principais meios para se implantar ideologia e obter poder na sociedade.

Após essa abordagem teórica que sustentará a análise, far-se-á, no próximo capítulo, a exploração dos quatro editoriais que compõem o corpus desta dissertação. Deve-se ressaltar que a análise será feita com base nos princípios

retórico-argumentativos e que os fundamentos da Análise do discurso serão utilizados somente no confronto entre os textos.

5 ANÁLISE DO CORPUS

Como já foi estabelecido, pretende-se fazer, a partir dos referenciais teóricos já apresentados, uma análise de quatro editoriais, sendo que dois pertencem ao jornal *Folha de São Paulo* e os outros dois ao jornal *O Estado de São Paulo*. Assim, a análise desses editoriais será baseada em princípios retórico-argumentativos e em seguida, na parte em que serão confrontados os periódicos, dar-se-á ênfase aos fundamentos da Análise do Discurso. O assunto de que trata esses textos se refere ao problema da crise aérea brasileira. Como se pôde acompanhar na imprensa, nos últimos dois anos esse fato foi alvo de muitas discussões e críticas, envolvendo tanto o cenário político quanto os demais setores da sociedade deste país.

Assim, nunca o Brasil havia passado por um problema tão sério em relação a seu sistema aéreo. Tudo isso começou no dia 29 de setembro de 2006, quando um avião da Gol caiu na floresta amazônica matando as 154 pessoas que estavam a bordo. Desde esse acontecimento, a nossa situação aérea passou por vários problemas. Entre eles, podem se destacar os atrasos de vôos, as filas intermináveis nos aeroportos, os prejuízos financeiros dos passageiros, e, o pior de tudo, o medo de uma nova tragédia.

Como sempre, o governo se responsabilizou pelo melhoramento e até pela resolução de tais transtornos. Algumas medidas foram tomadas, outras esquecidas e a angústia e a incerteza de quem se serve das aerovias não acabava. Mesmo assim, ainda havia uma esperança de que fosse melhorado o sistema aéreo brasileiro. No entanto, no dia 17 de julho de 2007, uma outra tragédia aconteceu e mais de 200 pessoas morreram naquele que foi maior acidente da história da aviação brasileira.

Novamente pôde-se perceber que nosso sistema aéreo continua despreparado para operar, pois a qualquer momento mais seres humanos podem perder a vida inocentemente. A partir disso, vemos as divergentes opiniões em relação a esse

assunto, principalmente nos textos midiáticos que circulam em nossa sociedade. Além disso, poder-se-á observar que o corpus desta pesquisa está repleto de intenções, recursos lingüísticos e discursivos que norteiam as técnicas argumentativas que foram usadas com o intuito de persuadir o leitor.

Dessa forma, passemos a analisar o editorial “*As causas estruturais da tragédia*”, que teve sua exibição no jornal *O Estado de São Paulo* no dia 19/07/2007:

AS CAUSAS ESTRUTURAIS DA TRAGÉDIA

Desastres de aviação, dizem os especialistas, sempre têm mais de uma causa. Com a tragédia do Airbus da TAM não é diferente. As causas são a incompetência, desídia, leviandade, ganância e corrupção presentes no sistema de transporte aéreo brasileiro. Perto desses fatores estruturais, eventuais falhas técnicas, ou do piloto, na origem da catástrofe de anteontem em Congonhas são dados acessórios. Essencial é o descalabro que permite o funcionamento a plena carga do maior aeroporto brasileiro numa área já abarcada pelo centro ampliado de São Paulo; a recusa das companhias aéreas em reduzir as suas operações ali, ou ao menos desconcentrá-las dos horários de pico; a submissão cúmplice da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aos interesses das empresas que dominam o setor; a calamidade administrativa, a politicagem e a fraude endêmica na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Tudo isso sob os olhos - e a responsabilidade objetiva - de um governo cujo presidente só quer ouvir o som da própria voz e continua a repetir hoje o que, horas antes do terrível acidente, admitiu fazer no passado - “a quantidade de coisas que eu falei e falava porque era moda falar, mas que não tinha substância para sustentar na hora em que você pega no concreto”. E que traça ele próprio o retrato acabado de sua gestão ao confessar que “em determinados cargos (...) a gente faz quando pode e, se não pode, deixa como está para ver como é que fica”. No dia 29 de setembro do ano passado, 154 pessoas morreram no que foi, até às 18 horas e 45 minutos de anteontem, o maior desastre aéreo da história brasileira. Desde os 154 mortos da tragédia da Gol até as duas centenas de mortes desta terça-feira, descontado o palavrório entorpecedor de todos quantos têm parte com os problemas da aviação comercial no País - e com as possíveis soluções para eles -, continuou-se na estaca zero em matéria de “pegar no concreto” para melhorar os padrões de segurança de vôo no território. Para todos os efeitos práticos, “deixou-se como está para ver como é que fica”.

Nesse quadro de falência dos poderes públicos e de voracidade de interesses privados, Congonhas - sem as chamas, os corpos e os destroços - é a síntese das incompetências e irresponsabilidades que marcam a administração pública brasileira. Em abril de 2005, um brigadeiro, Edilberto Teles Sirotheau Corrêa, denunciou a “obsessiva prioridade” dada pela Infraero “às obras que proporcionam ‘visibilidade’, em detrimento das necessidades operacionais”. De fato, gastaram-se R\$ 350 milhões para modernizar esse shopping center no qual se transformou o terminal do aeroporto que, já em 2005, registrava 228 mil pousos e decolagens, 33 mil a mais do que o desejável pelos critérios internacionais. Em janeiro último, o Ministério Público Federal pediu à Justiça a interdição da pista principal de Congonhas. No mês seguinte, um juiz federal proibiu aviões de grande porte, como Boeings e Airbuses, de operar no aeroporto enquanto os problemas

da pista não fossem sanados. Uma instância superior invalidou a decisão, considerando-a drástica demais e fonte de impactos econômicos negativos.

Enfim, ao custo de R\$ 19,9 milhões, a Infraero contratou o conserto da pista - e a liberou escandalosamente antes de nela serem acrescentadas as ranhuras transversais que asseguram o escoamento da água das chuvas e aumentam a aderência dos pneus dos aviões ao solo, facilitando a freada e reduzindo o risco de derrapadas como a que, na segunda-feira, arrastou por 150 metros, até o gramado próximo, um turboélice com uma vintena de pessoas a bordo, muito mais manejável do que um Airbus capaz de levar cerca de 180 pessoas. (Outro episódio, negado pela TAM, foi a arremetida, também na segunda-feira, de um aparelho da companhia, cujo comandante desistiu do pouso no último momento devido ao alagamento da pista.) As obras do grooving só poderiam começar na próxima quarta-feira. Pode ser que tenha contribuído para a tragédia do voo 3054 um erro na manobra de pouso ou uma pane no sistema de freios do Airbus. Mas é certo que o desfecho seria outro se a pista tivesse plenas condições de segurança. Não as tinha e ainda assim era usada, em última análise, por incompetência, desídia, leviandade, ganância e corrupção.

Deve-se observar que estruturalmente o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* apresenta-se continuamente numa posição fixa, sendo sempre impresso muito próximo à capa, na página A3, sob a nomeação de *Notas e informações*.

Considerando as partes da retórica, tem-se inicialmente a invenção, fase em que o orador recorre aos argumentos e a outros meios para provar a sua tese. Assim, vê-se que no texto em análise o autor¹, objetivando um acordo pelo qual pudesse garantir a adesão dos leitores, recheia-se de conhecimentos e recursos, construindo, assim, um bom repertório a respeito das prováveis causas que poderiam ter ocasionado a tragédia do Airbus da TAM.

Como bem assinala o texto, o autor mostra ter repletos conhecimentos sobre as limitações espaciais do aeroporto de Congonhas. Também demonstra saber que a ANAC, desrespeitando a segurança dos passageiros, permite de maneira irresponsável que as empresas operem os vôos em grande quantidade.

É na invenção também que o orador deve aderir ao tipo de gênero que possa se

¹ O autor deve ser entendido como a função social que o sujeito falante assume enquanto produtor da linguagem. Das funções enunciativas do sujeito é a que está mais determinada pela exterioridade e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição e responsabilidade. (BRANDÃO, 2006).

adequar melhor a seu discurso. Como já comentado na parte teórica, os gêneros retóricos se classificam em judiciário, deliberativo e epidíctico. O editorial desta análise se enquadra melhor dentro do gênero judiciário, já que seu autor constantemente passa a acusar as possíveis causas e os responsáveis pelo acidente aéreo. Além disso, outro fator que leva a perceber as características do gênero judiciário nesse texto é a referência ao tempo passado, pois o autor emite suas acusações com o intuito de encontrar quem ou o que, de fato, teria causado o episódio já ocorrido.

De acordo com os princípios aristotélicos, após o orador ter se preparado para a defesa de sua tese, fase que corresponde à invenção, faz-se necessário o início da disposição, momento referente ao planejamento e à organização do discurso, dando-se início a sua execução. Assim, como já exposto na fundamentação teórica, a disposição se compõe de quatro partes, sendo que a primeira é o exórdio, período inicial do discurso.

Tomando-se o primeiro parágrafo do texto, observa-se que o autor cumpre exatamente a função do exórdio, pois, ao afirmar que, segundo os especialistas, as tragédias de avião ocorrem sempre por mais de um motivo, ele tenta excitar os leitores a quererem saber quais seriam as causas que teriam feito com que o Airbus da TAM explodisse matando tantas pessoas.

Ainda na seqüência, o autor apresenta mais uma característica do exórdio, expondo de maneira clara e breve os seus argumentos e repassando, de forma geral, a finalidade de seu discurso. É o que acontece quando se afirma que as causas de tal tragédia seriam a incompetência, a desídia, a leviandade, a ganância e a corrupção; fatores que se fazem presentes no sistema de transporte aéreo do Brasil.

Um outro fator referente ao exórdio que pode ser levado em consideração para que o auditório possa ser seduzido pelas palavras do orador corresponde ao

ethos, caráter que o locutor deve assumir para alcançar a confiança de seu público. No primeiro parágrafo, percebe-se que o autor demonstra-se preocupado e interessado em que se faça justiça em relação à morte das pessoas. Assim, ele usa argumentos pertinentes em suas acusações; além disso, ele demonstra ter plenos conhecimentos a respeito de tudo o que está acontecendo de errado com a aviação deste país. Uma outra questão que envolve o caráter desse autor diz respeito ao lugar de onde ele enuncia, já que ele representa a voz do jornal *O Estado de São Paulo*, uma das grandes empresas jornalísticas do Brasil. Notadamente isso faz com que o autor tenha crédito em sua argumentação.

A segunda parte da disposição recebe o nome de narração. Esta se refere ao momento em que o orador apresenta objetivamente os fatos que condizem com as causas que proporcionam a assunto a ser defendido. Nessa fase o logos passa a assumir uma importância maior que o ethos e o pathos. No corpus observa-se que o autor apresenta, numa seqüência bastante definida, aqueles fatos que teriam ocasionado a tragédia com o avião da TAM. Pode-se perceber isso quando é afirmado no segundo parágrafo que:

“Tudo isso sob os olhos - e a responsabilidade objetiva - de um governo cujo presidente só quer ouvir o som da própria voz e continua a repetir hoje o que, horas antes do terrível acidente, admitiu fazer no passado”.

Em cada um dos parágrafos o autor expõe argumentos que condizem com a sua tese. Assim, em todas as partes as idéias são bem distribuídas e tornam o editorial um texto breve, já que todos os argumentos harmonizam-se num mesmo contexto. Isso pode ser percebido quando se faz referência ao acidente anteriormente acontecido com o avião da GOL e também quando são referidos os investimentos que foram gastos para a modernização do aeroporto de Congonhas. Apesar de esses fatos pertencerem ao passado, eles estão diretamente relacionados ao contexto da argumentação do jornal *O Estado de São Paulo*.

Passado o período da narração, o orador vale-se da confirmação, parte em que

se refutam e se destroem os argumentos adversários utilizando-se para isso um conjunto eficaz de provas. Aqui o logos assume uma função essencial. No corpus, após a afirmação do autor de que as causas da tragédia seriam a incompetência, a desídia, a leviandade, a ganância e a corrupção que estão imbuídas no setor aéreo, ele expõe as provas que sustentam a sua tese afirmando que o governo é culpado e cita a frase de Lula em relação a tal problema. Isso pode ser identificado no seguinte trecho:

“a quantidade de coisas que eu falei e falava porque era moda falar, mas que não tinha substância para sustentar na hora em que você pega no concreto [...] a gente faz quando pode e, se não pode, deixa como está para ver como é que fica”.

Isso mostra que o autor está confirmando que o governo é incompetente para reger o sistema aéreo brasileiro, já que o seu representante maior, o presidente da república, não sabe o que fazer diante da grave situação.

Em seguida o autor usa mais um argumento que confirma sua tese e diz que desde o acidente da Gol e também com o da TAM, ouve-se o que ele denomina de “*palavrório entorpecedor*” daqueles que têm uma parcela de culpa nos problemas da aviação civil. Por isso, fica clara a afirmação de que tudo ficou na mesma e que nenhuma providência mais séria foi tomada para que se evitasse o acontecimento do dia 19 de julho de 2007. Numa argumentação ainda mais densa, o autor deixa transparecer que o acontecimento com o Airbus teve um conjunto de culpados incompetentes e gananciosos que não se importam com a vida de seres humanos. Por isso, o autor escreve no 3º parágrafo:

“Nesse quadro de falência dos poderes públicos e de voracidade de interesses privados, Congonhas - sem as chamas, os corpos e os destroços - é a síntese das incompetências e irresponsabilidades que marcam a administração pública brasileira”.

A disposição também é composta pela *digressão*, fase em que orador tenta distrair ou indignar o auditório. Essa parte pode ser usada entre a confirmação e a

peroração. No corpus, vê-se a presença da digressão no final do terceiro parágrafo quando o autor menciona que, no início do ano em que aconteceu o terrível acidente, o Ministério Público Federal teria pedido à justiça que a pista principal de Congonhas fosse interditada e logo no mês seguinte os aviões de grande porte, igualmente ao do voo 3054, foram proibidos de operar até que os problemas da pista fossem sanados.

Mas, como se afirma no editorial: *“Uma instância superior invalidou a decisão, considerando-a drástica demais e fonte de impactos econômicos negativos”*. Isso dá a entender que o autor tenta indignar o leitor em relação ao descaso do governo que, interessado somente na questão financeira, arrumou um jeito de fazer com que o decreto do juiz fosse anulado, já que a não operação de Boeings e Airbuses poderia causar impactos econômicos negativos. Isso também mostra que o autor quer que o público possa aderir à tese de que não há preocupação com a vida dos passageiros, mas somente com o dinheiro que deles se pode faturar.

Completando a disposição, tem-se a peroração, isto é, aquilo que se coloca no fim do discurso. Nessa parte o orador tem como objetivo demonstrar a gravidade dos fatos, causar indignação na platéia e também recapitular e resumir sua argumentação. Assim, nas linhas finais do editorial, o autor expõe os problemas da pista de Congonhas, onde foram gastos mais de R\$ 19 milhões pela Infraero e mesmo assim o serviço principal que era a implantação das ranhuras transversais não foi feito, sendo a pista liberada para pousos e decolagens.

Com isso, utilizando-se do pathos, o conjunto de sentimentos que o orador deve provocar na platéia, o autor apresenta a gravidade dos fatos e mostra a sua indignação em relação a tamanha irresponsabilidade por parte da Infraero, já que se as ranhuras tivessem sido feitas, talvez não teria acontecido a tragédia. De forma eficiente e recorrendo às funções da peroração, o autor faz a seguinte afirmação nos dois últimos períodos do texto:

“[...] é certo que o desfecho seria outro se a pista tivesse plenas condições de segurança. Não as tinha e ainda assim era usada, em última análise, por incompetência, desídia, leviandade, ganância e corrupção”.

Assim, o autor recapitula e resume o que foi mencionado no primeiro parágrafo quando afirmou que as causas de um acidente têm sempre mais de um culpado e que, segundo ele, seriam a incompetência, a desídia, a leviandade, a ganância e a corrupção dos que dirigem e se beneficiam do sistema aéreo brasileiro.

Dando-se continuidade à análise do processo retórico-argumentativo, far-se-á, na seqüência, a identificação dos tipos de argumentos que estão imbuídos no texto do jornal *O Estado de São Paulo*.

Como bem assinalado por Perelman e Tyteca (2005), nas técnicas argumentativas pode-se identificar um tipo de argumento denominado *quase lógico*. Este tem a característica de não ser totalmente lógico e, por isso, contraria a lógica de uma demonstração. Nesse tipo de argumento, há a possibilidade da presença das incompatibilidades, já que as mesmas consistem na retomada do discurso adversário para mostrar que ele destrói a si mesmo. Para esse fim, usa-se um tipo de argumento denominado *autofagia*.

Sendo assim, no editorial *As causas estruturais da tragédia*, o orador², de maneira bastante objetiva, usou um argumento de autofagia ao citar, no segundo parágrafo, o seguinte depoimento do presidente da república em relação ao problema da crise aérea:

“a quantidade de coisas que eu falei e falava porque era moda falar, mas que não tinha substância para sustentar na hora em que você pega no concreto [...] a gente faz quando pode e, se não pode, deixa como está para ver como é que fica”.

² Nas partes em que serão analisados os tipos de argumentos, haverá uma troca de nomenclatura entre autor e orador, pois este está intrinsecamente ligado à teoria da retórica aristotélica.

Desse modo, o orador usa o discurso de Lula com o intuito de ridicularizá-lo e também de diminuí-lo. Com isso, percebe-se que a autofagia foi bem utilizada pelo orador, já que a partir dela ele faz com que os seus argumentos se tornem ainda mais fortes e mais eficazes na tentativa de apontar os culpados pelo acidente.

Ainda de acordo com Perelman e Tyteca (2005), na argumentação pode haver também a presença dos argumentos *fundados na estrutura do real*. Estes, porém, não se valem da lógica, mas sim da experiência. Neles a argumentação desempenha um papel notadamente explicativo, pois quanto mais evidências forem apresentadas a favor de uma tese, mais chance terá essa de ser provada.

Nos argumentos fundados na estrutura do real pode-se encontrar o argumento *pragmático*. Este tem a função de permitir a apreciação de um acontecimento por causa de sua seqüencialidade. No texto em análise, pode ser percebido esse argumento quando o orador afirma que a implantação das ranhuras na pista principal de Congonhas seria uma das causas da tragédia, já que a mesma foi liberada sem a concretização de tal serviço. Assim, o orador relata os pequenos acidentes que aconteceram no aeroporto da capital paulista, dias antes da tragédia:

“[...] na segunda-feira, arrastou por 150 metros, até o gramado próximo, um turboélice com uma vintena de pessoas a bordo, muito mais manejável do que um Airbus capaz de levar cerca de 180 pessoas. (Outro episódio, negado pela TAM, foi a arremetida, também na segunda-feira, de um aparelho da companhia, cujo comandante desistiu do pouso no último momento devido ao alagamento da pista.)”

Isso dá a entender que o orador usa o argumento pragmático, ou seja, recorre a uma sucessividade de fatos para alertar que um acidente maior já estava previsto. Isso porque sem as ranhuras fica muito complicado para que um piloto possa pousar numa pista no momento de uma chuva, como foi o caso do voo 3054.

Nos argumentos fundados na estrutura do real encontra-se também o argumento *ad hominem*, isto é, aquele que recorre às deficiências do discurso de alguém para contra argumentar. Isso pode ser percebido no texto em análise no momento em que o orador usa o seguinte discurso de Lula: “[...] *a gente faz quando pode e, se não pode, deixa como está para ver como é que fica*”. Com esta afirmação do então presidente da república, o orador argumenta que o governo é um dos maiores culpados pela crise por que passa o sistema aéreo-brasileiro. E Isso se reflete bastante porque o representante máximo do poder executivo é o primeiro a dizer que não sabe o que se deve fazer para sanar ou ao menos amenizar os problemas da aviação civil deste país.

Como já referido no capítulo teórico, há também nas técnicas argumentativas os *argumentos que fundamentam a estrutura do real*. Estes também são de ordem empírica, mas sua função é criar a estrutura do real. Isso pode ser feito por meio do estabelecimento de nexos entre as coisas. De acordo com Olivier Reboul (2004), a *comparação* é um tipo de argumento que pode pertencer aos que fundamentam a estrutura do real, visto que a função dela é possibilitar a justificação de alguns termos a partir da utilização de outros que pertencem à mesma categoria.

No segundo parágrafo do texto em análise, o orador emite um argumento de comparação ao dizer que:

“Desde os 154 mortos da tragédia da Gol [...]continuou-se na estaca zero em matéria de “pegar no concreto” para melhorar os padrões de segurança de voo no território.”

Assim, mais uma vez o orador critica os possíveis culpados pela explosão do Airbus em Congonhas, afirmando que nenhuma medida mais drástica foi tomada para solucionar um problema que vinha se arrastando durante meses. Percebe-se, com isso, que o orador usou muito bem a comparação entre o acidente da Gol

e o da TAM, já que na época do primeiro fato prováveis causas foram apontadas juntamente com soluções que não foram concretizadas. Assim, o mesmo acontece com episódio do dia 17 de julho de 2007, pois existem muitas falácias seguidas de um descaso que continua sem nenhuma previsão para acabar.

Após a análise e a exploração dos princípios retórico-argumentativos que se fazem presentes no texto já descrito, na seqüência serão esboçados esses mesmos recursos que estão contidos no editorial do jornal *Folha de São Paulo*, cuja publicação ocorreu no dia 02/05/2007:

Inação injustificável

É inadmissível que, após 7 meses do pior desastre aéreo do país, pouco se tenha feito para evitar repetição da tragédia

A EXASPERANTE ineficiência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai assumindo contornos cada vez mais graves. O Planalto já dera uma contribuição decisiva para a crise aérea ao contingenciar de forma irresponsável as verbas destinadas à segurança do setor. Verifica-se agora que, passados sete meses do pior desastre de avião da história do país, no qual morreram 154 pessoas, as autoridades não conseguiram implementar nem mesmo as medidas emergenciais a que se propuseram.

Como mostrou reportagem da Folha de segunda-feira, a Aeronáutica ainda não cumpriu as recomendações "de curto prazo" feitas por seus próprios órgãos. As únicas exceções são algumas mudanças no manual de regras -para adequá-las ao padrão internacional- e as aulas de inglês para controladores de tráfego aéreo -que já estavam previstas antes do acidente. Outras ações relativamente simples -para as quais um prazo de sete meses seria mais do que suficiente-, como melhorias no software utilizado pelos controladores e alterações de procedimentos, não saíram do papel. Estão "em análise", no dizer da Força Aérea Brasileira (FAB).

É estranho. Afinal, as recomendações foram feitas pelo Centro Nacional de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) -um órgão da FAB- e aprovadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) -também vinculado aos militares. Por quantas repartições mais as medidas precisam passar antes que se dê a "análise" por concluída? Também causa espécie o fato de a Aeronáutica negar que tenha conhecimento de uma segunda lista de recomendações -também não cumpridas-, estas feitas pela National Transportation Safety Board (NTSB), a agência norte-americana incumbida da segurança aérea. A NTSB, afinal, participa das investigações sobre o desastre em caráter oficial.

Pior, em fóruns internacionais, o Brasil vem sustentando que já tomou as precauções necessárias após o acidente de 29 de setembro do ano passado. No encontro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), realizado no mês passado na Costa Rica, o documento oficial brasileiro afirmou: "Todas as ações que podiam ser implementadas na esfera brasileira foram lançadas, incluindo a implementação de algumas recomendações preliminares de segurança".

Na melhor hipótese, estão faltando agilidade e coordenação às autoridades responsáveis pela segurança aérea. Na pior, estão deliberadamente tentando escamotear a realidade. Qualquer que seja o caso, é inadmissível que, passados sete meses da tragédia aérea, quase nada tenha sido feito para evitar que algo semelhante se repita.

Seria interessante ressaltar que o editorial do jornal *Folha de São Paulo* apresenta-se continuamente nas costas da primeira página, numa subordinação à capa e às notícias lá estabelecidas. Com isso, o periódico ocupa a enumeração A2, sob a nomeação de *Opinião*.

Observando-se a *invenção* do texto acima, percebe-se que o autor se vale de argumentos e informações capazes de provar a sua tese. Dessa forma, ao fazer a seguinte citação logo após o título: “*É inadmissível que, após 7 meses do pior desastre aéreo do país, pouco se tenha feito para evitar repetição da tragédia*”, o autor começa a tecer a sua argumentação de forma bem clara e objetiva. Com isso ele demonstra possuir plenos conhecimentos a respeito do fato de que as providências que foram anunciadas logo após o acidente com o avião da Gol ainda não foram concretizadas, visto que já se passaram sete meses.

Estruturalmente, o editorial em questão pertence ao gênero deliberativo que, como já exposto na parte teórica, é aquele que se caracteriza por presumir fatos futuros a partir de ocorrências passadas. Assim, o autor vai apontando todas as ineficiências dos que regem o sistema aéreo brasileiro e, para isso, mostra as irregularidades que vêm acontecendo desde o dia 29 de setembro de 2006, quando um avião da Gol caiu na floresta amazônica matando 154 pessoas. Todas as referências aos fatos passados são feitas com o intuito de presumir que, se continuar como está, uma outra tragédia ainda maior poderá acontecer.

Na invenção o orador também pode se valer das *provas extrínsecas*, já que elas compõem todo um conhecimento exterior sobre o que se vai argumentar. Assim, o autor demonstra ter essas informações exteriores ao citar que:

“Como mostrou reportagem da Folha de segunda-feira, a Aeronáutica ainda não cumpriu as recomendações “de curto prazo” feitas por seus próprios órgãos. As únicas exceções são algumas

mudanças no manual de regras -para adequá-las ao padrão internacional- e as aulas de inglês para controladores de tráfego aéreo - que já estavam previstas antes do acidente”.

Isso mostra que o autor, ao obter essas informações, usa-as inteligentemente a favor de sua tese, que é a de que os dirigentes da aviação não estão cumprindo corretamente o seu papel e que isso pode ocasionar mais tragédias no espaço aéreo do Brasil.

Dando seqüência às partes da retórica, mostrar-se-á como se dá a *disposição* do editorial da *Folha*. Visto que é nessa fase que o orador planeja e organiza o seu discurso, serão analisados o exórdio, a narração, a confirmação e a digressão; itens que compõem a disposição.

Analisando o *exórdio* do texto em questão, percebe-se que o autor logo de início emite a tese que pretende provar e para isso usa a seguinte frase: “*É inadmissível que, após 7 meses do pior desastre aéreo do país, pouco se tenha feito para evitar repetição da tragédia*”. Com isso, o autor, de maneira clara e breve, expõe que não dá mais para suportar a falta de responsabilidade em relação ao que deveria ser feito para melhorar o setor aéreo. Além disso, ele adverte a possibilidade de ocorrer um outro acidente. Assim, o autor tenta suscitar nos leitores um interesse pelo assunto a ser abordado. Com o uso da expressão “*É inadmissível*”, o autor tenta transparecer um ethos de indignação, de preocupação e de tomada de atitude para tal descaso. Esse, pois, é o caráter que o jornal *Folha de São Paulo* almeja expor a seu leitor e, assim, fazer com que o mesmo possa se sentir seduzido pela leitura de todo o texto.

Após atrair a platéia no exórdio, o orador usa na *narração* aqueles argumentos que sustentam sua tese. No primeiro parágrafo do texto o autor se vale da narração ao afirmar que:

“A EXASPERANTE ineficiência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai assumindo contornos cada vez mais graves. O Planalto já dera uma contribuição decisiva para a crise aérea ao contingenciar de forma irresponsável as verbas destinadas à segurança do setor”.

Com a apresentação desse fato, o autor afirma que o investimento que deveria ser destinado ao setor aéreo não está sendo feito, já que o próprio planalto da república é o primeiro a fazer descaso com o que deveria ser aplicado para a melhoria de tal problema.

Ainda na seqüência o autor cita que:

“Verifica-se agora que, passados sete meses do pior desastre de avião da história do país, no qual morreram 154 pessoas, as autoridades não conseguiram implementar nem mesmo as medidas emergenciais a que se propuseram”.

Com a exposição desse fato, o autor reforça mais uma vez que nada de sério foi feito em relação à crise, já que até as medidas emergentes que foram propostas após a tragédia com o avião da Gol ainda não foram cumpridas. Além disso, verifica-se na passagem descrita que o autor emprega de maneira viável o seu argumento, pois o mesmo é apresentado com clareza e brevidade. Em consequência disso, observa-se que o *logos* foi utilizado com eficiência, pois deu suporte à narração.

Dando continuidade às fases da disposição, o autor do texto em questão, valendo-se principalmente do *logos*, apresenta os argumentos que condizem à *confirmação*. Isso pode ser identificado na seguinte passagem:

“[...] a Aeronáutica ainda não cumpriu as recomendações "de curto prazo" feitas por seus próprios órgãos. As únicas exceções são algumas mudanças no manual de regras -para adequá-las ao padrão internacional- e as aulas de inglês para controladores de tráfego aéreo -que já estavam previstas antes do acidente.”

Com isso, o autor vai confirmando sua tese ao expor que as únicas medidas que se cumpriram num prazo de sete meses foram algumas que atendem ao sistema padrão internacional, como as aulas de inglês para controladores e pequenas mudanças no manual de regra. Ainda como lembra o autor, essas recomendações já estavam previstas bem antes do acidente com avião da Gol.

Com essas afirmações do autor, percebe-se que ele usa um argumento que poderia beneficiar a Aeronáutica. Mas, ao contrário disso, é a partir desse argumento que ele amplia a tese de que após esses sete meses as medidas estabelecidas ainda não foram concretizadas e que até o momento pouquíssimo se fez para a melhoria do setor aéreo.

Ainda referindo-se à confirmação, percebe-se que o autor tenta expor mais provas em relação ao argumento que defende e para isso escreve no final do segundo parágrafo:

“Outras ações relativamente simples -para as quais um prazo de sete meses seria mais do que suficiente-, como melhorias no software utilizado pelos controladores e alterações de procedimentos, não saíram do papel. Estão "em análise", no dizer da Força Aérea Brasileira (FAB).”

Com essa afirmação o autor tenta deixar bem clara a mensagem de que absolutamente nada do que foi prometido pela Aeronáutica foi cumprido. Além disso, ele denuncia a falta de responsabilidade da FAB que, de maneira inescrupulosa, ainda não conseguiu implementar as melhorias no software que é usado pelos controladores. Assim, o autor mais uma vez confirma que nenhuma das providências que deveriam ser tomadas num espaço curto de tempo ainda não saíram do papel, visto que já se passou mais de meio ano.

Utilizando-se da *digressão*, fase da disposição em que se tenta distrair ou indignar o auditório, o autor do editorial usa a seguinte passagem com o intuito de causar indignação nos leitores:

“Também causa espécie o fato de a Aeronáutica negar que tenha conhecimento de uma segunda lista de recomendações -também não cumpridas-, estas feitas pela National Transportation Safety Board (NTSB), a agência norte-americana incumbida da segurança aérea. A NTSB, afinal, participa das investigações sobre o desastre em caráter oficial.”

A partir disso, percebe-se que o autor, após ter apresentado vários fatos que comprovam a ineficiência da Aeronáutica, tenta demonstrar que não se pode

atuar uma falta de compromisso e seriedade tão grande por parte dos que regem o sistema aéreo brasileiro, pois não se pode admitir que a Aeronáutica negue a existência de uma segunda lista de recomendações que também não foram cumpridas. Para causar maior indignação em seus leitores, o autor reforça que essa possível lista partiu da NTSB, a agência norte-americana que está investigando em caráter oficial o acidente com a aeronave da Gol.

Ainda no mesmo parágrafo, o autor usa outro argumento também com o objetivo de indignar o leitor. Por isso ele afirma que:

“No encontro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), realizado no mês passado na Costa Rica, o documento oficial brasileiro afirmou: "Todas as ações que podiam ser implementadas na esfera brasileira foram lançadas, incluindo a implementação de algumas recomendações preliminares de segurança.”

Percebe-se com isso que o autor quer demonstrar o tamanho do descaso em relação às medidas que deveriam ser tomadas no setor aéreo, pois, além de não serem cumpridas, a Aeronáutica afirmou, de forma leviana, que tais precauções já foram concretizadas. Observa-se, portanto, que o pathos, conjunto de sentimentos que o orador deve suscitar no auditório, foi utilizado com objetividade na digressão do editorial da *Folha de São Paulo*, exibido no dia 02/05/2007.

Na *peroração*, última parte da disposição e momento em que o orador finaliza o seu discurso, percebe-se que o autor do editorial em questão demonstra a gravidade da tese que defende e expõe duas suposições na tentativa de encontrar explicações para tanta ineficiência. Na primeira ele afirma que as autoridades responsáveis pela regência do sistema aéreo estão sendo pouco ágeis e também estão coordenando de maneira péssima o setor. Na segunda ele diz que esses responsáveis estão querendo esconder da população os verdadeiros problemas que se fazem presentes no sistema aeroportuário do Brasil.

Já nas duas últimas linhas o autor escreve que: “*Qualquer que seja o caso, é inadmissível que, passados sete meses da tragédia aérea, quase nada tenha sido feito para evitar que algo semelhante se repita.*” Desse modo, o autor recapitula e

resume o que vinha argumentando desde o início do texto, pois não dá para suportar tanta falta de responsabilidade dos dirigentes do setor, visto que após sete meses do desastre aéreo em que morreram 154 pessoas, nenhuma medida mais drástica foi tomada para evitar o acontecimento de uma outra tragédia.

Prosseguindo com a análise dos princípios retórico-argumentativos, serão examinadas as estratégias de argumentação. Para isso, será explorada a aplicação dos tipos de argumento que se fazem presentes no texto em análise.

Começando pelos argumentos *quase lógicos*, ou seja, aqueles que podem ser refutados por outros discursos, observa-se que no quarto parágrafo encontra-se a presença da *autofagia*. Esta, como já apontado na parte teórica, pode ser usada para anular o discurso adversário. Por isso, como se vê na seguinte passagem: "*Todas as ações que podiam ser implementadas na esfera brasileira foram lançadas, incluindo a implementação de algumas recomendações preliminares de segurança*". Ao se valer da declaração dos representantes brasileiros que afirmaram no encontro internacional que todas as medidas referentes à melhoria do setor aéreo já haviam sido tomadas, inclusive as de curto prazo, o orador mostra que esse argumento é falso e que estão tentando escamotear os problemas que perduram na aviação do Brasil. Assim, poder-se-ia dizer que a autofagia foi usada brilhantemente, já que a partir do discurso alheio, o orador reforçou a tese de que nada está sendo feito para evitar que outro acidente aéreo aconteça.

Os argumentos *fundados na estrutura do real*, também já descritos no capítulo teórico, fazem-se presentes no texto em análise. Isso pode ser percebido quando o autor afirma que: "*Na melhor hipótese, estão faltando agilidade e coordenação às autoridades responsáveis pela segurança aérea. Na pior, estão deliberadamente tentando escamotear a realidade*". Assim, com base numa sucessividade de irregularidades que vêm acontecendo na aviação civil, o orador utiliza-se da experiência e supõe que o problema se deve a duas eventualidades. A primeira seria a falta de agilidade e coordenação dos que administram o setor.

Já na segunda ele acredita que, na verdade, estão é querendo fazer com que a crise aérea passe despercebida.

Feitos os esboços sobre o texto da *Folha de São Paulo* e dando seqüência à análise retórica do corpus, serão feitas as considerações a respeito do editorial "*Uma verdade inconveniente*", publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 21/07/2007.

Uma verdade inconveniente

A imagem mais chocante exibida pela televisão, depois daquelas do inferno no prédio onde explodiu o Airbus da TAM, foi a dos gestos obscenos com que o assessor presidencial Marco Aurélio Garcia e um auxiliar reagiam à reportagem do Jornal Nacional sobre os problemas mecânicos no sistema de freios da aeronave, o que poderia ter causado a tragédia de Congonhas. A cena, captada por um cinegrafista da TV Globo, choca menos pela vulgaridade das raivosas expressões de desforra de um graduado assessor do presidente e de um dos seus subordinados do que por evidenciar a despudorada torcida do círculo íntimo do presidente da República - a começar dele próprio, decerto - para que a apuração das causas da catástrofe não revele a verdade inconveniente para o governo. Essa preocupação, ficou claro, se sobrepõe ao seu alegado desejo de que a investigação conduza à verdade dos fatos, sejam quais forem.

O espectro que assombra o Planalto é o da comprovação de que o desastre não foi uma fatalidade, ou o que os matemáticos denominam "evento discreto", que se contém em si mesmo sem guardar relação alguma com quaisquer outros. É vital para o lulismo que se conclua que o horror da terça-feira e a crise aérea que atormenta o País há 10 meses - por gritante incapacidade do governo para resolvê-la - não têm qualquer relação de causa e efeito. Mas, nesse sentido, há elementos de sobra para se afirmar que as grosseiras expressões mímicas de vingança jubilosa mostradas no Jornal da Globo são, no mínimo, precipitadas. A admissão da TAM de que estava com defeito o reversor de um reator do Airbus, usado para reduzir a velocidade dos aviões no solo, de forma alguma elimina a hipótese de que a causa primária do desastre foi o estado da pista onde o jato havia pousado normalmente.

O fato indiscutível é que, tendo tocado o chão no lugar certo e na velocidade apropriada, o aparelho deslanchou e foi se deslocando para a esquerda. Uma coisa e outra podem ser atribuídas à água acumulada na pista, como em geral acontece quando um carro derrapa. É o que deve ter levado o piloto a tentar arremeter, ao se dar conta de que o Airbus não se deteria antes do fim da pista de exíguos 1.939 metros. Com um reversor ligado e outro "pinado" (imobilizado), o procedimento fracassou, consumando-se a tragédia. Em suma, não estivesse a pista um "sabão", como compararam vários pilotos, muito provavelmente o avião não teria deslanchado ou o problema seria manejável, apesar do reversor. E não fosse a Infraero o desastre que é, não teria liberado indevidamente a pista - perigosa mesmo seca para aviões do porte de um Airbus, por ser muito curta - para uso até sob chuva, embora ainda desprovida dos sulcos para o escoamento da água.

Além disso, a estatal espalhou a patranha de que a pista foi reaberta com base em um laudo favorável do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP. Mas esse antro de incompetência, politicagem e corrupção não existe num vácuo. É um elo da caótica

cadeia de órgãos federais responsáveis pelo colapso do controle da aviação civil no País, sob o (des) governo de um presidente da República cujo despreparo e inapetência para o trabalho duro se afiguram insanáveis - quando não fatais. Daí a incapacidade do governo de “eliminar a presença, no sistema de transporte aéreo brasileiro, de fatores estruturais, que geram riscos enormes, inclusive de queda de aeronaves”, como reivindica o governador paulista José Serra em circunstanciado documento enviado a Lula. E daí a impossibilidade de considerar a tragédia do Airbus uma fatalidade imprevisível: era, sim, um desastre à espera de acontecer.

Só não se esperava que o mais loquaz dos presidentes brasileiros até onde a memória alcança ficasse com a língua presa desde a catástrofe até a noite de ontem. Aturdido pela segunda ocorrência do gênero na sua gestão, quando mal começava a se recobrar das vaias ouvidas na abertura do Pan, Lula delegou a um porta-voz até mesmo os pêsames às famílias das vítimas, não se apresentando em rede nacional - ainda que só para isso - na própria terça fatídica. Nunca antes ficara tão escancarada a sua inaptidão para lidar com o que o contraria. E pensar que, aos 10 meses de apagão aéreo, ele continua pedindo “respostas rápidas” para o descalabro. Seria risível, não fosse trágico.

Estruturalmente, como já mencionado, o editorial do jornal *O Estado de São Paulo* apresenta-se periodicamente numa mesma posição. Por isso, ele é sempre impresso muito próximo à capa, na página A3, com a denominação de *Notas e informações*.

Como já estabelecido no capítulo teórico, a primeira parte da retórica é a *invenção*. É nela que o orador se auxilia dos argumentos e de outros meios necessários para que possa defender sua tese. No texto apresentado, o autor demonstra ter conhecimento suficiente a respeito dos problemas que envolveram a tragédia. Problemas esses, segundo ele, que se devem principalmente à má administração do presidente Lula. Assim, durante o texto o autor vai mostrando que o fato ocorrido não pode ser denominado de uma fatalidade, mas que sua causa se deve ao despreparo do governo em relação a tal situação.

O gênero que melhor se adapta ao texto é o *judiciário*, cujas características são acusar ou defender para solucionar fatos referentes ao passado. Para isso, tem-se como base os valores concernentes ao justo e ao injusto. No editorial em análise, o seu autor, a todo o momento, vai apresentando os argumentos e mostrando que a ridícula cena feita pelos assessores do governo é inaceitável, pois como pode o governo festejar, de forma inescrupulosa, a possibilidade de o acidente ter sido causado por um problema da própria aeronave. Assim, o autor

tenta expor que nossos representantes políticos não se importam com o fato em si, isto é, com a morte de duas centenas de pessoas, mas que somente estão interessados em não serem apontados como os culpados pelo desastre.

Depois de ter se valido da invenção, o autor recorre à *disposição*, fase em que se planeja e se organiza a execução do discurso. Como se asseverou no segundo capítulo, a primeira parte desse planejamento se dá pelo *exórdio*. Assim, no editorial *Uma verdade inconveniente*, o autor, na tentativa de conquistar a atenção de seu leitor, expõe logo de início a escandalosa cena que foi mostrada pelo Jornal Nacional, em que os assessores de Lula festejaram com gestos obscenos a possibilidade de o desastre ter sido ocasionado por um problema nos freios da aeronave da TAM. Com isso, o autor deixa bem claro que o governo está querendo, quase que à força, que algum outro motivo seja confirmado e que, assim, a culpa não caia sobre a má administração presidencial.

Com o que foi esboçado, percebe-se que o autor expressou-se muito bem na tentativa de tornar o seu discurso mais atrativo e digno de ser lido por completo, pois aquela imagem mostrada pela Rede Globo chocou milhões de pessoas, já que diante da gravíssima situação, ver que o próprio governo está se importando somente com seus próprios interesses, é algo inadmissível. Portanto, compreende-se que o autor cumpriu corretamente a parte do exórdio.

Considerando a segunda fase da disposição, a *narração*, observar-se-á que ela também se encontra imbuída no editorial do *Estado de São Paulo*. Sendo assim, o autor expôs de forma objetiva os fatos que subjazem a sua tese, ou seja, que o governo está torcendo para que alguma falha no avião ou no piloto seja constatada e que, assim, ele possa sair ileso dessa agravante situação. Essa verdade inconveniente pode ser comprovada no segundo parágrafo quando o autor afirma que:

“O espectro que assombra o Planalto é o da comprovação de que o desastre não foi uma fatalidade [...] É vital para o lulismo que se conclua que o horror da terça-feira e a crise aérea que atormenta o

País há 10 meses - por gritante incapacidade do governo para resolvê-la - não têm qualquer relação de causa e efeito”.

Na seqüência, o autor apresenta mais argumentos, sendo que eles são aplicados com clareza e organização, fazendo-se retornos para recuperar e ao mesmo tempo dar continuidade à argumentação. Isso pode ser identificado quando é exposto que:

“[...] há elementos de sobra para se afirmar que as grosseiras expressões mímicas de vingança jubilosa mostradas no Jornal da Globo são, no mínimo, precipitadas. A admissão da TAM de que estava com defeito o reversor de um reator do Airbus [...]de forma alguma elimina a hipótese de que a causa primária do desastre foi o estado da pista onde o jato havia pousado normalmente.”

Ainda na narração, no terceiro parágrafo o autor aponta mais um argumento que corrobora a parcela de culpa do governo no desastre de 17 de julho de 2007. Referindo-se à falta de sensatez do comando político brasileiro que quer colocar a culpa somente na aeronave ou no piloto, o autor assegura que, mesmo com um reversor imobilizado, seria possível um pouso com segurança. O problema, como é relatado, é que a Infraero liberou a pista de Congonhas antes de serem implantadas as ranhuras transversais, pois num dia de chuva, como foi o da tragédia, fica bastante difícil para frear numa pista considerada pequena para um Airbus. Portanto, na parte da narração, pode-se dizer que o logos, a materialização da argumentação que compõe o discurso, foi utilizado com bastante objetividade.

Na continuação do texto, percebe-se a presença da *confirmação*, parte da disposição em que se refutam e se destroem os argumentos adversários por meio de um conjunto de provas. Isso pode ser identificado no trecho a seguir:

“[...] a estatal espalhou a patranha de que a pista foi reaberta com base em um laudo favorável do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP. Mas esse antro de incompetência, politicagem e corrupção não existe num vácuo. É um elo da caótica cadeia de órgãos federais responsáveis pelo colapso do controle da aviação civil no País, sob o (des) governo de um presidente da República cujo despreparo e inapetência para o trabalho duro se afiguram insanáveis - quando não fatais.”

Com isso, o autor vai combatendo a posição assumida pela Infraero, que afirmou que a pista de Congonhas tinha plenas condições para pousos e decolagens, mesmo em dias de chuva. Mas, como bem assinala o autor ao usar a palavra *patranha*, o IPT da USP não emitiu laudo algum. Na verdade, o governo está usando todos os recursos possíveis, inclusive os mais sujos, para fazer com que sua culpa na tragédia não seja comprovada.

Uma outra parte da disposição que se faz presente no texto é a *digressão*. Esta, como já afirmado, pode ser usada com o intuito de mostrar piedade ou indignar o auditório. Dessa forma, quando já no último parágrafo se escreve que: “*Só não se esperava que o mais loquaz dos presidentes brasileiros até onde a memória alcança ficasse com a língua presa desde a catástrofe até a noite de ontem*”. O autor está tentando indignar os leitores em relação à falta de explicações de Lula a respeito do terrível acidente, pois já que o presidente gosta tanto de tagarelar, por que não se expressar diante da tragédia, já anunciada há meses? Percebe-se, com isso, que o autor se valeu apropriadamente do pathos para ter êxito no seu discurso.

Nas últimas linhas do editorial, encontra-se a *peroração*, isto é, aquilo que é posto no final do discurso. Desse modo, o autor reafirma a tese de que o governo lulista é altamente despreparado para lidar com os problemas do país, nesse caso, com a crise aérea; e que, na verdade, está tentando de todas as formas evitar a confirmação oficial de que a maior culpa pela tragédia de Congonhas se deve à má administração presidencial.

Dando-se continuidade à análise do editorial “*Uma verdade inconveniente*”, serão identificados os tipos de argumento que estão contidos no referido texto.

No terceiro parágrafo, encontra-se a presença dos argumentos *fundados na estrutura do real*. Assim, o orador recorre à experiência de outros pilotos para afirmar que a pista sem os sulcos fica muito lisa e, com isso, dificulta a freada de aviões. Assim, quando é escrito que: “[...] *não estivesse a pista um “sabão”, como*

compararam vários pilotos, muito provavelmente o avião não teria deslanchado ou o problema seria manejável, apesar do reversor". O orador, valendo-se da opinião de outros comandantes, relata que, mesmo com o problema no reversor como se constatou na aeronave da TAM, seria possível uma aterrissagem num dia de chuva. A questão é que a pista não estava com os sulcos e, mesmo assim, contrariando o perigo e aderindo somente aos interesses econômicos, a Infraero liberou indevidamente o tráfego de aeronaves de grande porte em Congonhas.

O argumento de *autoridade* também faz parte dos *fundados na estrutura do real*, pois é aquele que justifica uma ação baseando-se no valor de seu autor. Assim, ele também se encontra no editorial em análise e pode ser percebido na seguinte afirmação:

“Daí a incapacidade do governo de “eliminar a presença, no sistema de transporte aéreo brasileiro, de fatores estruturais, que geram riscos enormes, inclusive de queda de aeronaves”, como reivindica o governador paulista José Serra [...]”.

Valendo-se das palavras do governador de São Paulo, o orador tenta reafirmar a tese de que o governo lulista é soberanamente despreparado para controlar a aviação civil do Brasil. Como se relata na passagem, todos estão enxergando que os verdadeiros culpados pelo colapso aéreo fazem parte do conjunto presidencial que governa este país. Assim, o orador usou inteligentemente a opinião de José Serra, já que o mesmo é um governista pertencente ao PSDB, partido que governou o Brasil por oito anos e que durante esse período soube administrar o sistema de aviação.

Os argumentos *que fundamentam a estrutura do real* também podem ser identificados no texto. A *ilustração* é um tipo desses argumentos e sua função, como já apontado no capítulo teórico, é reforçar uma adesão. Sendo assim, ela pode ser percebida na seguinte descrição:

“A imagem mais chocante exibida pela televisão [...] foi a dos gestos obscenos com que o assessor presidencial Marco Aurélio Garcia e

um auxiliar reagem à reportagem do Jornal Nacional sobre os problemas mecânicos no sistema de freios da aeronave, o que poderia ter causado a tragédia de Congonhas”.

Na verdade, é com base nesse fato que se inicia uma série de argumentos que têm a finalidade de mostrar que o governo não está um pouco interessado em sanar os problemas do setor da aviação. Por isso, observa-se pela tal imagem que o interesse governamental se volta para a não confirmação de que a tragédia aconteceu, pura e simplesmente, devido à péssima administração dos que regem o setor aeroportuário. Portanto, pode-se dizer que o orador usou eficazmente a *ilustração* para reforçar a sua argumentação.

Dando-se continuidade à análise, serão explorados os princípios retórico-argumentativos do quarto e último editorial que compõe o corpus. Esse texto foi publicado na *Folha de São Paulo* no dia 07/12/2006 e seu título é “O caos como rotina”.

O caos como rotina

No terceiro colapso aéreo seguido, Fica patente a incapacidade do Governo de resolver a crise e de dar Satisfação a passageiros

É DE estranhar muitíssimo a ocorrência de uma pane inédita no sistema de controle de vôos de Brasília neste momento. Ou está em curso uma conspiração cósmica contra os usuários do transporte aéreo no país, ou essa trama tem contornos bem mais mundanos. Ressaltam, após o terceiro episódio de colapso aéreo em menos de dois meses, a incúria, a desarticulação e a incompetência das autoridades responsáveis pelo setor. Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Infraero, Agência Nacional de Aviação Civil; a resultante da ação de quatro instâncias da burocracia tem sido nula quando se trata de debelar a crise na raiz, dar satisfação em tempo real aos prejudicados e minimizar o desconforto dos passageiros.

Se o caos ameaça tornar-se rotina nos aeroportos, é preciso nomear os quatro cavaleiros do desgoverno. Cinco, refazendo a conta, pois a blandícia e a passividade do chefe do Executivo federal perante o escalar da crise alçam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a indolência de sempre, ao topo da lista.

Compreende-se que os controladores de vôo tenham ficado aborrecidos e até traumatizados após o acidente que matou 154 pessoas em 29 de setembro. Daí não se justifica, no entanto, a liberdade com que foram brindados pelo governo para levar adiante um movimento de rebelião -contra a hierarquia militar- e sabotagem -contra o transporte aéreo nacional. Também é natural que provenha dos controladores um lobby para tirar a operação do tráfego aéreo das Forças Armadas e entregá-la a agências civis. Os servidores pleiteiam, contra o interesse dos usuários, ver formalizado seu poder de paralisar os aviões sempre que desejarem pressionar o governo a atender demandas corporativas -os "apagões aéreos" são apenas uma prévia do que seria o controle civil do fluxo de aeronaves.

Espantoso é Lula apoiar as ambições desse sindicato clandestino. O presidente chegou a incentivar a conversa que o titular da Defesa e seu colega do Trabalho tiveram com controladores militares, na ausência de oficiais a quem são subordinados, para tratar de uma pauta de reivindicações. Para completar, o presidente assistiu à queda de dois oficiais da Aeronáutica ligados ao controle de vôo -algo natural, pois não conseguiram evitar o colapso-, mas continua a respaldar Waldir Pires na Defesa. Além de ter liderado a condução sindicalista da crise, o ministro demonstra a cada declaração desconhecer informações elementares acerca dos acontecimentos. Fica patente sua falta de autoridade sobre os militares.

Coerente. Lula apenas premia o "só sei que nada sei" -na sua vertente oportunista, não na socrática-, lema que o presidente encarnou durante os escândalos de seu primeiro mandato. Coerente, mas inaceitável. Ou o presidente da República corrige de imediato a rota no modo de lidar com a crise aérea, ou o seu governo ficará indelevelmente marcado como aquele que levou de vez o caos para a rotina dos aeroportos brasileiros.

Como anteriormente já foi dito, os editoriais da *Folha de São Paulo* apresentam-se periodicamente no verso da primeira página, subordinando-se à capa e às notícias. Assim, eles são publicados sob a denominação de *Opinião*, ocupando numericamente a posição A2.

Analisando-se a invenção do texto, observa-se que o autor se mostra muito bem informado acerca da terceira pane aérea ocorrida num espaço tão curto de dois meses. Por isso, ele denuncia os responsáveis por tal atrocidade, mostrando um ethos de preocupação e de injúria. Assim, colocando-se no lugar dos passageiros lesados, o autor vai em busca de explicações para tal episódio. Percebe-se também que as *provas extrínsecas*, isto é, todo o conhecimento exterior ao que se vai argumentar foi de grande valia para a sustentação da tese defendida pelo

autor, pois em vários momentos do texto ele recorre a fatos para reforçar ainda mais o seu discurso.

Como foi descrito na parte teórica, é também na invenção que o orador adere ao tipo de gênero a que irá se adequar o seu discurso. Dessa forma, no texto em questão entende-se que o gênero que o compõe é o *judiciário*. Isso porque, ao longo de seu discurso, o autor vai mostrando por meio de argumentos que se referem ao justo e ao injusto que a paralisação dos controladores de voo foi algo que não se pode aceitar. Por isso, o texto é composto por afirmações que acusam o tempo todo o comando aéreo pelas panes que acontecem no setor da aviação. Assim, os argumentos do editorial fazem referência aos acontecimentos passados, buscando-se soluções para tais fatos. Portanto, identifica-se, assim, mais uma característica do gênero judiciário.

Prosseguindo com a análise, será explorada a *disposição*, fase em que se planeja e se organiza a execução do discurso. No *exórdio* do editorial "O caos como rotina" observa-se que o autor, objetivando a conquista da adesão da platéia, afirma logo após o título que, depois de três colapsos aéreos consecutivos, fica bastante visível que o governo não tem capacidade para solucionar os problemas da aviação civil. Com isso, o autor deixa bastante exposto que sua argumentação tentará provar que o fato ocorrido com os controladores de voo é mais uma prova de que o presidente Lula e sua comitiva não têm respaldo suficiente para administrar um setor tão sério, como o da aviação civil, já que envolve a vida de milhões de pessoas.

Por isso, pode-se dizer que o autor cumpriu as características do *exórdio*, pois com a imposição de argumentos bem fundamentados consegue tornar o seu texto interessante e merecedor de uma leitura por completo. Além disso, o *ethos* que se instaura no *exórdio* demonstra que o autor não está satisfeito com a situação por que passa a aviação brasileira. Por isso, expõe-se o caráter de alguém que exige uma solução imediata para a resolução de tais transtornos. Dessa forma, isso

pode levar o leitor a entender que essa é a posição do jornal *Folha de São Paulo* em relação ao assunto abordado, já que o editorial traz em si a voz dessa empresa jornalística.

Já na parte da *narração*, vê-se que o autor apresenta os argumentos que condizem com sua tese. Por isso, observa-se que ele, com intuito de relatar que os maiores culpados pela crise são os órgãos que administram o setor de aviação, afirma no final do primeiro parágrafo que:

“[...] a resultante da ação de quatro instâncias da burocracia tem sido nula quando se trata de debelar a crise na raiz, dar satisfação em tempo real aos prejudicados e minimizar o desconforto dos passageiros”.

Assim, o autor vai confirmando o que já havia citado logo depois do título, quando designou o governo como incompetente e também como irresponsável, já que nem satisfação se deu aos passageiros no dia da pane aeroportuária.

Continuando com a *narração*, além de responsabilizar os órgãos que dirigem a aviação pelo descaso do apagão aéreo, o autor, no segundo parágrafo, inclui mais um componente no que ele denomina “cavaleiros do desgoverno”:

“Se o caos ameaça tornar-se rotina nos aeroportos, é preciso nomear os quatro cavaleiros do desgoverno. Cinco, refazendo a conta, pois a blandícia e a passividade do chefe do Executivo federal perante o escalar da crise alçam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a indolência de sempre, ao topo da lista”.

Com isso, o autor tenta expor que o Presidente da República também deve ser responsabilizado pelos transtornos do apagão, pois, na verdade, é a Lula que compete a maior parcela de culpa. Isso porque ele ocupa o cargo mais alto desse bando de incompetentes que dizem que administram o setor aeroportuário do Brasil.

Ainda na narração, o autor expõe mais um fato que condiz com sua tese. Por isso, ele relata que os controladores aderiram à paralisação porque estão recebendo apoio do governo para fazerem movimentos de rebelião contra a hierarquia militar. Assim, isso fica claro quando é afirmado no início do segundo parágrafo que:

“[...] não se justifica, no entanto, a liberdade com que foram brindados pelo governo para levar adiante um movimento de rebelião -contra a hierarquia militar- e sabotagem -contra o transporte aéreo nacional”.

Na seqüência do parágrafo, o autor deixa transparecer que esse apoio do governo ao movimento de greve dos controladores pode ocasionar algo muito mais sério. Isso porque se o controle aéreo sair das mãos das Forças Armadas e ficar sob responsabilidade de agências civis, muitas outras paralisações poderão ocorrer quando os controladores quiserem protestar a favor de seus interesses. É por esse motivo que o autor escreve a seguinte passagem:

“Também é natural que provenha dos controladores um lobby para tirar a operação do tráfego aéreo das Forças Armadas e entregá-la a agências civis. Os servidores pleiteiam, contra o interesse dos usuários, ver formalizado seu poder de paralisar os aviões sempre que desejarem pressionar o governo a atender demandas corporativas -os "apagões aéreos" são apenas uma prévia do que seria o controle civil do fluxo de aeronaves”.

Também no editorial em análise percebe-se a presença da *confirmação*. Esta ocorre no penúltimo parágrafo quando o autor, com o intuito de reforçar ainda mais o fato ocorrido com os controladores, afirma que até o próprio presidente apóia a gananciosa pretensão desse grupo de militares. Assim, isso pode ser percebido no seguinte trecho:

“Espantoso é Lula apoiar as ambições desse sindicato clandestino. O presidente chegou a incentivar a conversa que o titular da Defesa e seu colega do Trabalho tiveram com controladores militares, na ausência de oficiais a quem são subordinados, para tratar de uma pauta de reivindicações”.

Desse modo, o autor mostra-se inconformado com tanta discrepância por parte de Lula que, mesmo diante desses problemas, insiste em evocar o seu lado de sindicalista de época de regime militar e acaba provocando, com isso, um agravamento ainda maior na crise da aviação civil.

Assim, pode-se dizer que, tanto na narração quanto na confirmação, o autor expressou-se com clareza e brevidade, ou seja, usou seus argumentos de maneira objetiva, relatando com precisão os fatos que poderiam ajudá-lo na defesa de sua tese. A partir disso, pode-se mencionar que o logos, isto é, a materialização do discurso, foi usada com bastante eficiência no editorial.

Prosseguindo-se com a análise, encontra-se no início do último parágrafo a *digressão*. Pode-se identificar essa parte da disposição porque o autor, com o intuito de provocar um relaxamento no leitor, menciona a famosa expressão em que Lula afirma que não sabe de nada. Ao mesmo tempo em que pode provocar um relaxamento, pode também causar um sentimento de indignação nos leitores. Por isso, ao citar que: *“Coerente. Lula apenas premia o “só sei que nada sei” -na sua vertente oportunista, não na socrática-, lema que o presidente encarnou durante os escândalos de seu primeiro mandato”*. O autor, valendo-se do pathos, torna seu discurso provocativo, pois é inadmissível que todos esses descasos aconteçam e o presidente ainda tenha a inconveniência de afirmar que não sabe o que está acontecendo quando, na verdade, é ele o verdadeiro causador de tudo o que ocorre de errado na administração da aviação.

Na última parte da disposição, na *peroração*, observa-se que o autor demonstra que não podem ser aceitas como coerentes as famosas desculpas do presidente e que o mesmo deve procurar imediatamente aprender a administrar melhor o setor aéreo. Ao expor isso, o autor também assume a voz de seus leitores, aderindo a uma das características da peroração que é a *paixão*. Após ter reivindicado, o autor manda um recado para Lula, afirmando que, se o caos não

se resolver imediatamente, o atual presidente ficará marcado como aquele que levou ao extremo a crise na aviação civil brasileira.

Dando-se continuidade à análise do processo retórico-argumentativo, far-se-á a identificação dos tipos de argumentos que estão imbuídos no editorial “O caos como rotina”.

Observa-se que nesse texto o orador, almejando tornar a sua tese ainda mais consistente, usa um argumento *quase lógico*. Isso pode ser identificado quando é exposto no início do quinto parágrafo que: “Coerente. Lula apenas premia o “só sei que nada sei” -na sua vertente oportunista, não na socrática-, lema que o presidente encarnou durante os escândalos de seu primeiro mandato”. Com isso, pode-se perceber que o orador recorreu ao argumento de *autofagia*, ou seja, aquele que é usado para mostrar que o discurso do adversário é destruidor de si mesmo.

Assim, quando a famosa desculpa de Lula é lançada no editorial, o orador tenta mostrar que o presidente está querendo mais uma vez enganar a população brasileira, pois era com esse mesmo discurso que ele se explicava sobre os escândalos do “mensalão”, cujo PT foi o mais acusado na época. Mas mesmo assim, o ex-sindicalista insistia em dizer que não sabia que toda aquela corrupção reinava dentro de seu partido. Como se vê, com o problema da crise aérea não é diferente, pois várias coisas erradas acontecem e o presidente continua não assumindo a postura do cargo que ocupa.

Os argumentos *fundados na estrutura do real* também podem ser identificados no texto. Isso ocorre no final do terceiro parágrafo quando o orador faz a seguinte afirmação:

“Os servidores pleiteiam, contra o interesse dos usuários, ver formalizado seu poder de paralisar os aviões sempre que desejarem pressionar o governo a atender demandas corporativas -

os "apagões aéreos" são apenas uma prévia do que seria o controle civil do fluxo de aeronaves".

Desse modo, o orador, baseando-se nos transtornos que foram causados pela pane, adverte que, se o controle aéreo passar a ser dirigido pelas agências civis, colapsos ainda maiores poderão ocorrer quando os controladores resolverem fazer algum protesto. Portanto, valendo-se de acontecimentos, o orador chega a fazer inferências sobre possíveis ocorrências futuras. Assim, entende-se que o orador usou nessa passagem o argumento *pragmático*, já que este é aquele que exprime um certo valor de efeito por meio da causa.

Um outro argumento fundado na estrutura do real, o *argumento de pessoa*, faz-se presente no editorial. Ele, como já exposto na parte teórica, tem a função de explicar o que há de comum entre uma pessoa e suas ações. Assim, quando é relatado que:

"Além de ter liderado a condução sindicalista da crise, o ministro demonstra a cada declaração desconhecer informações elementares acerca dos acontecimentos. Fica patente sua falta de autoridade sobre os militares".

Com isso, o orador quer demonstrar que o ministro da defesa é altamente incapaz de ocupar o cargo que lhe foi incumbido, pois durante o tempo de sua gestão, Waldir Pires sempre se mostrou uma pessoa que não tem capacidade para dirigir o setor da defesa aérea brasileira. Portanto, compreende-se o porquê de tanta ineficiência, o que não se compreende é a insistência de Lula em manter no cargo esse ministro tão incompetente.

É necessário ressaltar que, feitas a exploração da invenção e da disposição, os aspectos relacionados à *Elocução* conseqüentemente também foram analisados. Por isso, entende-se que não há necessidade de que seja feita alguma ressalva sobre essa parte da retórica. Quanto à *Ação*, por o corpus ser composto por textos impressos, vê-se que não há possibilidade de aplicá-la à presente pesquisa.

Abordados, pois, os princípios retórico-argumentativos, dar-se-á continuidade à análise do corpus com o confronto entre os quatro editoriais. Deve-se salientar que nesta parte da análise serão privilegiados os pontos convergentes entre os editoriais. Para isso, serão feitas algumas ressalvas sobre as marcas lingüísticas, as formações discursivas e ideológicas e também a respeito do sujeito discursivo que se faz presente nos textos já referidos.

Embora falem do mesmo tema, em cada editorial relatam-se momentos diferentes da crise aérea. Tomando como base o editorial *“As causas estruturais da tragédia”*, observa-se que o mesmo, no seu percurso argumentativo, apresenta uma formação discursiva que responsabiliza o presidente Lula pelo terrível acidente com Airbus da TAM. Isso pode ser visto na seguinte passagem:

“Tudo isso sob os olhos - e a responsabilidade objetiva - de um governo cujo presidente só quer ouvir o som da própria voz e continua a repetir hoje o que, horas antes do terrível acidente, admitiu fazer no passado [...]E que traça ele próprio o retrato acabado de sua gestão ao confessar que “em determinados cargos (...) a gente faz quando pode e, se não pode, deixa como está para ver como é que fica”.

Além de Lula, o editorial acusa também a Infraero pelo ocorrido, sustentando uma formação discursiva que mostra que esse setor do governo não deveria ter liberado indevidamente a pista de Congonhas. Mas isso foi feito de forma irresponsável somente para atender a interesses econômicos, sem se importar com a segurança dos passageiros. Isso é o que pode ser percebido na seguinte afirmação:

“Enfim, ao custo de R\$ 19,9 milhões, a Infraero contratou o conserto da pista - e a liberou escandalosamente antes de nela serem acrescentadas as ranhuras transversais que asseguram o escoamento da água das chuvas e aumentam a aderência dos pneus dos aviões ao solo, facilitando a freada e reduzindo o risco de derrapadas”.

Essas formações discursivas trazem consigo as formações ideológicas pertencentes ao jornal *O Estado de São Paulo* que durante todo o editorial se mostra contra a administração de Lula, pois confere ao então presidente o primeiro lugar na lista dos possíveis culpados pela tragédia de Congonhas. Durante sua argumentação o enunciador³ demonstrou-se bastante presente no texto, visto que desde o início ele se assumiu como um sujeito⁴ à procura de explicações e disposto a denunciar os possíveis causadores do acidente.

Com isso, esse sujeito demonstra um ethos de indignação e que está querendo justiça pelo acontecido. Assim, com esse ethos o enunciador pode torna-se capaz de seduzir e fazer com que o seu enunciatário⁵ compactue com a mesma idéia e com os mesmos argumentos que sustentam a ideologia do jornal *O Estado de São Paulo*.

Como no texto do *Estadão*, no editorial “*Inação injustificável*” da *Folha de São Paulo*, percebe-se uma formação discursiva que também coloca o presidente como um dos maiores culpados pelo problema da crise aérea. Relatando que após sete meses do acidente com o avião da Gol nada foi feito para melhorar o setor, o editorial da *Folha* deixa transparecer sua ideologia em relação ao descaso com a aviação civil, como pode ser observado a seguir:

“É inadmissível que, após 7 meses do pior desastre aéreo do país, pouco se tenha feito para evitar repetição da tragédia [...] A EXASPERANTE ineficiência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai assumindo contornos cada vez mais graves. O Planalto já dera uma contribuição decisiva para a crise aérea ao contingenciar de forma irresponsável as verbas destinadas à segurança do setor.”

³ O Enunciador se refere à figura da enunciação que representa a pessoa cujo ponto de vista é apresentado. É a perspectiva que o locutor constrói e cujo ponto de vista narra, quer identificando-se com ele quer distanciando-se dele (BRANDÃO, 2006).

⁴ De acordo com os princípios da análise do discurso, a noção de sujeito deixa de ser uma noção idealista e imanente. Assim, o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente, interpelado pela ideologia. Com isso, o sujeito não é a origem, a fonte absoluta do sentido, pois na sua fala há a presença de outras falas (BRANDÃO, 2006).

⁵ O enunciatário deve ser entendido como aquele a quem se destina a mensagem do enunciador.

Partindo dessa passagem, pode-se dizer que o editorial da *Folha de São Paulo*, igualmente ao do jornal *O Estado de São Paulo*, mostra-se inconformado com tanta ineficiência por parte da administração brasileira. Isso porque passados sete meses do desastre em que morreram 154 pessoas, nada se fez para evitar uma outra tragédia. O sujeito desde o início de seu discurso demonstra um ethos de alguém que não se conforma com o descaso do poder público, já que este não cumpriu as determinações que foram estabelecidas logo após a queda do avião da Gol. Assim, com essa cobrança aos órgãos responsáveis pelo setor aéreo, o sujeito quer que seja evitada a ocorrência de uma outra tragédia na aviação brasileira.

Como no primeiro, o segundo editorial do jornal *O Estado de São Paulo* traz em si uma postura ideológica que responsabiliza e acusa o governo por todos os transtornos que acontecem na aviação civil brasileira. Assim, o editorial apresenta uma formação discursiva que mostra que governo, como se pôde comprovar com as cenas expostas pela TV Globo, está preocupado somente em não ser considerado comprovadamente como o maior culpado pelo desastre de 17/07/2007. Por isso, o enunciador faz a seguinte afirmação:

“O espectro que assombra o Planalto é o da comprovação de que o desastre não foi uma fatalidade, ou o que os matemáticos denominam “evento discreto”, que se contém em si mesmo sem guardar relação alguma com quaisquer outros. É vital para o lulismo que se conclua que o horror da terça-feira e a crise aérea que atormenta o País há 10 meses - por gritante incapacidade do governo para resolvê-la - não têm qualquer relação de causa e efeito.”

Nesse segundo editorial do *Estadão*, observa-se a presença de um sujeito que se mostra presente durante todo o texto, acusando e mostrando as evidências que corroboram a incapacidade do governo perante o controle do espaço aéreo. Por isso, em mais uma formação discursiva o sujeito mostra a mesma postura ideológica do jornal *O Estado de São Paulo*, já apresentada no primeiro editorial

onde se responsabiliza a Infraero pelos problemas que existem na aviação. Isso pode ser percebido quando o enunciador expõe que:

“não estivesse a pista um “sabão”, como compararam vários pilotos, muito provavelmente o avião não teria deslanchado ou o problema seria manejável, apesar do reversor. E não fosse a Infraero o desastre que é, não teria liberado indevidamente a pista - perigosa mesmo seca para aviões do porte de um Airbus, por ser muito curta - para uso até sob chuva, embora ainda desprovida dos sulcos para o escoamento da água.”

O sujeito do editorial “*Uma verdade inconveniente*” apresenta um ethos de alguém que não se exime de mostrar os fatos e as verdades que se instauram dentro e ao redor da crise aérea. Há, pois, um enunciador que vê naquelas imagens exibidas pela Rede Globo todo o medo do governo de enxergar uma verdade inconveniente, ou seja, de enxergar e admitir que a culpa maior se deve à incapacidade do setor administrativo da aviação, pois mesmo que algum problema no avião da TAM seja constatado, isso de forma alguma tirará a culpa do governo. Por isso, o enunciador afirma que durante todo esse tempo de crise aérea pouca coisa se fez para a melhoria da aviação. Portanto, essa é a ideologia que o jornal *O Estado de São Paulo* apresenta e quer que seu público assuma em relação à crise do setor aéreo.

No segundo editorial da *Folha de São Paulo*, “*O caos como rotina*”, observa-se uma postura ideológica que acusa todas as instâncias responsáveis pelo controle aéreo como sendo os culpados pela crise na aviação. Assim, pode-se dizer que o segundo editorial da *Folha* compactua com a mesma ideologia do primeiro, visto que os dois responsabilizam Lula e seus subordinados por tal problema.

O enunciador expõe uma formação discursiva que denuncia a incapacidade do governo para lidar com a crise. Por isso, na seguinte passagem observa-se que o jornal *Folha de São Paulo* sempre inclui Lula entre os culpados pelo problema, visto que ele é o chefe maior:

“Se o caos ameaça tornar-se rotina nos aeroportos, é preciso nomear os quatro cavaleiros do desgoverno. Cinco, refazendo a conta, pois a blandícia e a passividade do chefe do Executivo federal perante o escalar da crise alçam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a indolência de sempre, ao topo da lista”.

Desse modo, percebe-se no editorial um sujeito que não se faz muito presente no texto, pois ele, no intuito de ser bem objetivo, usa expressões como “é *preciso*” e “*compreende-se*”, mas mesmo assim consegue acusar e fazer referência aos fatos que o ajudam a impor sua ideologia. Existe no enunciador um ethos que quer mudança no modo de agir das autoridades para a melhoria do setor de aviação. Além disso, o ethos desse editorial, como o dos outros anteriormente referidos, mostra-se inconformado com as atitudes do presidente, já que este, além de não resolver, ajuda a aumentar ainda mais a crise. Pode-se perceber isso quando o enunciador relata que:

“Espantoso é Lula apoiar as ambições desse sindicato clandestino. O presidente chegou a incentivar a conversa que o titular da Defesa e seu colega do Trabalho tiveram com controladores militares, na ausência de oficiais a quem são subordinados, para tratar de uma pauta de reivindicações”.

Portanto, percebe-se no editorial da *Folha* um sujeito que não admite mais tanta falta de responsabilidade e eficiência por parte dos que regem a aviação brasileira. Além disso, fica claro que a então empresa jornalística quer que seus enunciatários também não aceitem mais as mesmas desculpas de Lula, entre elas, o tão famoso “eu não sei de nada”. Desse modo, percebe-se que há algo em comum entre os quatro textos do corpus, pois todos apresentam uma ideologia que ataca e denuncia o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva pelos problemas da aviação civil.

Como já exposto na parte teórica, Aristóteles pregava que a arte retórica deve ser clara, evitando-se, para isso, frases com difícil pontuação e repletas de conjunções e palavras ambíguas. Nesse sentido, serão feitas algumas considerações a respeito do uso de alguns itens lexicais, mostrando, de forma

sucinta, que a escolha vocabular desempenha papel importante na propagação de ideologias. Assim, não será dada tanta ênfase a essa questão porque esse não é o objetivo maior desta pesquisa. Portanto, observa-se que no primeiro editorial do corpus, “*As causas estruturais da tragédia*”, o enunciador apresenta o seu discurso com o uso de palavras e expressões que podem ser facilmente assimiladas e que são repletas de segurança. Isso pode ser identificado tanto nas opiniões quanto na escolha vocabular.

O enunciador apresenta, assim, adjetivos de carga negativa como *endêmica*, *acabado* e *entorpecedor*, na tentativa de enriquecer ainda mais suas afirmações no texto. Também são empregados alguns substantivos que expressam a postura ideológica assumida pelo enunciador em seu discurso. Por isso, referindo-se a essa classe de palavras, encontram-se itens lexicais como *incompetência*, *leviandade*, *ganância*, *corrupção* e *calamidade*, que trazem consigo toda a insatisfação e injúria do enunciador perante a tragédia de Congonhas.

No editorial “*Inação injustificável*” publicado pela *Folha de São Paulo*, há o uso de palavras e expressões de fácil assimilação, como também já fora identificado no texto do *Estado*. No entanto, em alguns momentos do texto da *Folha* encontram-se palavras que, de alguns enunciatários, podem exigir um bom conhecimento vocabular. Isso pode ser identificado pelo uso do adjetivo *exasperante* e do verbo *contingenciar*. Além disso, esse texto é composto por orações explicativas como “*para adequá-las ao padrão internacional*” e “*que estavam previstas antes do acidente*”, que de certa forma enriquecem um pouco mais os argumentos do enunciador. Tomando esse primeiro editorial da *Folha*, entende-se que o enunciador tentou se expressar de maneira objetiva para que, com isso, pudesse ser bem entendido por seu enunciatário.

No segundo editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, “*Uma verdade inconveniente*”, o enunciador, semelhantemente aos dos dois primeiros textos referidos anteriormente, apresenta palavras e expressões que podem ser

assimiladas com facilidade, dando possibilidades para que seu enunciatário seja capaz de entender com mais clareza a mensagem do texto. Por isso, encontram-se adjetivos de carga negativa, como também se identificaram no primeiro editorial do *Estadão*, que ajudam a sustentar a posição ideológica desse jornal em relação à crise, visto que a partir dos gestos obscenos dos assessores de Lula, exibidos pela TV Globo, pode-se comprovar ainda mais o descaso do governo com os problemas do setor aéreo.

Assim, encontram-se palavras como *chocante, obscenos, raivosas, despuddorada, inconveniente e alegado*. Além disso, identificam-se substantivos que trazem em si toda a injúria e insatisfação do enunciador com a atitude do governo diante de uma coisa tão séria como o acidente. Assim, por mais que algum outro motivo seja apontado, a responsabilidade maior pela tragédia se deve à má administração do setor de aviação civil. Por isso, o enunciador usa a favor de sua ideologia substantivos como *imagem, inferno, problemas, tragédia, vulgaridade, desforra e catástrofe*. Utilizando-se dessas palavras, o enunciador demonstra um ethos de indignação pelos gestos dos assessores de Lula e, com isso, possibilita que o enunciatário possa assumir a mesma postura ideológica do *Estadão*.

Já no segundo editorial da *Folha de São Paulo*, “O caos como rotina”, o enunciador, semelhante ao que se pôde notar no primeiro editorial da *Folha*, apresenta em seu discurso palavras e expressões de fácil assimilação. Assim, observa-se que o enunciador, na tentativa de fazer-se entender melhor, escolhe bem as estruturas sintáticas que compõem o seu texto. Além disso, o enunciador da *Folha*, semelhante ao do segundo editorial do *Estadão*, usa muitos substantivos que dão peso às suas afirmações. Por isso, encontram-se itens lexicais que retratam as acusações e a indignação do enunciador em relação à pane aérea causada pelos controladores de vôo. Sendo assim, são usados substantivos como *conspiração, colapso, desarticulação, incompetência, desgoverno e indolência*.

Também, no intuito de comover e fazer-se ouvir pelo enunciário, o enunciador de "O caos como rotina" usa adjetivos como *inédita*, *cósmica*, *mundanos*, *clandestino* e *sindicalista*. Com essas palavras, percebe-se toda a postura ideológica do Jornal *Folha de São Paulo* em relação ao ato irresponsável dos controladores de vôo, visto que estes resolveram parar de operar o sistema aéreo. Além disso, o mesmo jornal critica a falta de comando de Lula que, diante da dramática situação, não toma nenhuma atitude para resolver o problema.

A partir dessa análise do corpus, pôde-se observar que nos quatro editoriais o enunciador tentou da melhor maneira possível apresentar argumentos que fossem capazes de persuadir o seu enunciário. Viu-se também que em todos os textos a administração do presidente Lula foi considerada como a grande causadora de todas as irregularidades e ineficiências que se fazem presentes na aviação civil brasileira. Entende-se, pois, que tanto o jornal *O Estado de São Paulo* quanto a *Folha de São Paulo* não se esquivaram de denunciar o descaso com setor aéreo.

No entanto, dos quatro cotidianos que serviram de base para esta dissertação, entende-se que o que atingiu melhor a finalidade de persuadir o leitor foi o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, "*As causas estruturais da tragédia*", publicado no dia 19/07/2007, dois dias após a tragédia de Congonhas.

Chegou-se a essa conclusão porque nesse texto o enunciador mostrou-se mais presente no discurso, expressando um ethos de sabedoria e firmeza em seus argumentos e demonstrando-se bastante conhecedor de todos os fatos que serviram de prova para sustentar sua ideologia. Além disso, com o uso de exemplos e comparações o enunciador enriqueceu ainda mais seu discurso, dando possibilidade para o enunciário recapitular outros momentos da crise e passar a perceber que uma outra tragédia já era prevista, pois em nenhum momento houve eficiência por parte daqueles que administram o sistema aéreo. Portanto, baseado nesses princípios, dá-se ao referido editorial do jornal *O*

Estado de São Paulo o mérito de ter usado com mais eficiência as teorias argumentativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação abordou, com base nos princípios de Aristóteles e nos fundamentos da Análise do Discurso (AD), a formação do processo argumentativo em quatro editoriais cujo tema refere-se ao problema da crise aérea brasileira. Dois desses textos que compunham o corpus pertencem ao jornal *O Estado de São Paulo* e os outros dois foram publicados na *Folha de São Paulo*.

De acordo com a pesquisa, observou-se que ambos os editoriais apresentaram um alto nível de argumentatividade, comprovando que, nesse gênero opinativo, a empresa jornalística expõe sua própria ideologia em relação aos assuntos tratados nos respectivos periódicos. Assim, pela abordagem das partes da retórica, viu-se que em todos os textos cumpriram-se bem os fundamentos aristotélicos, já que foi verificada a presença da invenção, da disposição e da elocução nos quatro textos do corpus.

Os autores dos respectivos editoriais, na tentativa de persuadir o leitor, usaram diversos argumentos. Isso pôde ser observado com a análise das técnicas argumentativas, pois em quase todos os textos percebeu-se a presença dos argumentos *quase-lógicos*, dos *fundados na estrutura do real* e dos que *fundamentam a estrutura do real*. Assim, identificou-se que em um texto o autor usou todos os três tipos de argumento referidos anteriormente. Esse foi o caso do editorial “*As causas estruturais da tragédia*”, do jornal *O Estado de São Paulo*.

Na parte em que houve o confronto entre os textos do corpus, percebeu-se que em alguns deles o enunciador se fez mais presente e participativo, demonstrando ser esse o desejo do jornal, ou seja, mostrar ao público que a empresa jornalística é participativa na sociedade, pois não se exime de expor sua opinião a respeito dos fatos que repercutem no meio social. Assim, viu-se um enunciador mais atuante nos editoriais “*As causas estruturais da tragédia*”, do *Estadão* e em “*Inação injustificável*”, da *Folha*. Isso pôde ser identificado pela presença das

formações discursivas que, durante os referidos textos, expressaram também as formações ideológicas de cada jornal. Mas de todos os editoriais analisados, entendeu-se que o primeiro foi o que se apresentou mais completo em relação à argumentatividade.

Viu-se também, na pesquisa, a importância do ethos no processo argumentativo. Isso foi observado com a análise do corpus, pois, a todo momento, os enunciadores utilizaram-se de recursos discursivos e lingüísticos capazes de projetar uma imagem de alguém que merece ser ouvido pelos leitores. Assim, em alguns textos, viu-se a presença de palavras e expressões que foram usadas para excitar e provocar o enunciatário, ou seja, para deixá-lo interessado pelo assunto tratado nos editoriais. Desse modo, formou-se um sujeito diferente em cada texto, abordando, a sua maneira, os fatos referentes à crise aérea e tentando, de todas as formas, expressar sua ideologia aos enunciatários.

Entende-se, com isso, que durante o uso da linguagem há, conseqüentemente, o uso da argumentação. Por isso, pode-se dizer que a argumentatividade é um processo inerente à própria linguagem. Isso porque, ao falar, o ser humano expressa seu modo de pensar, de agir, de viver, de resolver certas situações e, com isso, impõe os seus desejos e sua ideologia. Assim, para conseguir conquistar a adesão do outro, o enunciatário tem de se valer das técnicas argumentativas, mesmo que ele não perceba isso. Dessa forma, aquele que souber utilizar melhor os princípios da argumentação terá muito mais chance de conseguir persuadir o seu enunciatário e, assim, implementar os seus desejos e suas aspirações por meio da linguagem.

Observou-se também nesta dissertação que o jornalismo desempenha um papel muito importante na sociedade. Isso porque as pessoas, mesmo as que se eximem de ter uma participação mais ativa no meio social, precisam ser informadas de tudo o que acontece e vira notícia. Essa é a função que o jornalismo, desde o início de sua história, vem tentando fazer com o seu trabalho

de cobrir e narrar os fatos. Nos dias atuais, observa-se que há um interesse muito grande por trás do que é publicado nos jornais. Com a globalização, os periódicos passaram a exercer um papel importantíssimo na vida das pessoas, pois tanto na política quanto nos demais setores, faz-se necessário um acompanhamento do que é publicado nos jornais. Isso se estabelece porque é a partir dessas publicações que o cidadão pode obter um conhecimento mais aprofundado sobre alguns assuntos e, assim, poder atuar com mais sabedoria diante de determinadas situações.

Isso pôde ser comprovado nesta pesquisa, pois quando aquelas centenas de pessoas morreram nos dois desastres aéreos e quando milhões de passageiros sofreram com atrasos e cancelamentos de vôos, a imprensa esteve lá fazendo o seu papel. Tudo o que rodeava tais acontecimentos foi divulgado nos jornais, proporcionando que a população brasileira e também que a de outros países pudessem acompanhar e, a partir disso, tirar “suas próprias” conclusões a respeito do assunto. Por isso, vê-se que o jornalismo é fundamental para a vida das pessoas, pois quanto mais se sabe sobre os fatos que se sucedem na sociedade, mais se pode opinar sobre eles e, assim, agir como um verdadeiro cidadão.

Além disso, percebeu-se a ligação existente na linguagem entre o enunciador e o enunciatário. Como se observou durante a análise, houve sempre uma relação recíproca entre quem enuncia e a quem se destina a mensagem. Por isso, os jornais, por meio do conteúdo dos editoriais, utilizaram bem essa relação com o público, pois, o mesmo, a partir do momento em que recebeu as informações, passou também a compactuar com a opinião dos editorialistas.

Assim, pode-se dizer que cada cotidiano, assumindo-se como enunciador, teve a finalidade de expor sua mensagem com o intuito de levar os enunciatários a compartilhar e a assumir a mesma postura ideológica que estava presente em cada jornal.

Deve-se ressaltar também que as propostas aristotélicas são cruciais no exercício da análise de textos dissertativos. Por isso, como se observou nesta dissertação, desde a antigüidade os princípios de Aristóteles são de grande valia para o entendimento do processo argumentativo. Assim, ao ser feita a identificação das partes da retórica, pôde-se perceber que elas estão, ainda hoje, presentes nos vários textos de ordem argumentativa. Na análise do corpus isso ficou bem nítido, pois em todos os editoriais viu-se que os autores apresentaram em seus respectivos textos todas as partes que compõem a retórica aristotélica. Deve-se salientar que somente a *Ação* não foi identificada. Isso porque a mesma só diz respeito à argumentação oral e esse não era o caso do corpus.

Com a exploração dos tipos de argumento retratados nos estudos aristotélicos sobre retórica, pôde-se observar que eles também ainda são de grande importância para a análise de textos dissertativos e podem ser identificados com freqüência no discurso jornalístico. Isso se comprovou com a análise dos editoriais, pois em todos eles foram encontrados os tipos de argumento que são estabelecidos nos estudos de Aristóteles. Portanto, de acordo com o que foi realizado neste trabalho, entende-se que os fundamentos da retórica aristotélica foram e continuam sendo fundamentais para o estudo e a exploração de textos argumentativos.

Deve-se ressaltar também que, com a pesquisa, pôde-se comprovar o papel primordial do editorial no contexto do jornalismo. Nesta dissertação trabalhou-se com o referido gênero opinativo porque o mesmo representa a voz da empresa jornalística. Assim, compreende-se que muitos leitores, ao pegar um jornal para ler, dão muito mais importância ao que está escrito nos editoriais, pois é lá que está a opinião e a postura ideológica que o jornal assume diante de determinados assuntos.

Na análise do corpus percebeu-se uma alta carga de argumentatividade nos textos, já que os mesmos demonstraram-se muito seguros e dispostos a

denunciar todas as irregularidades que acontecem na administração do sistema aéreo brasileiro. Assim, identificou-se em alguns recursos lingüísticos e discursivos a intenção do enunciador em querer que o seu enunciatário passasse a entender que o que estava sendo enunciado era, na verdade, a posição da empresa jornalística em relação àqueles fatos.

Assim, vê-se que os editoriais do corpus realmente comprovam que esse gênero do discurso jornalístico é muito importante na formação da opinião dos leitores. Isso porque, em vários momentos da análise, viu-se que a empresa fez questão de mostrar que ela trabalhou em prol da sociedade, já que a mesma investigou e relatou os acontecimentos sempre com o intuito de manter a população informada sobre os problemas da crise da aviação.

Além disso, todos os textos fizeram questão de expor que a verdade não deve ser escamoteada e que os verdadeiros culpados devem responder por seus atos e também por suas omissões. Isso claramente pôde ser percebido com as pesadas críticas que foram feitas à administração presidencial, ou seja, nem a maior autoridade deste país foi poupada dos ataques dos jornais. Assim, os periódicos fizeram questão de mostrar que o presidente Lula foi considerado como o maior responsável por todos os fatos negativos da aviação civil.

Portanto, ficou bem clara toda a importância do editorial no contexto do jornalismo, já que nele se expõe a posição ideológica da empresa jornalística a respeito dos fatos que mais repercutem na sociedade. É também por meio desse gênero opinativo que muitos leitores passam a assumir determinados pontos de vista e a tomar certas atitudes dentro do meio social. Assim, o editorial é entendido como um texto, cujos argumentos são altamente carregados de intenções e finalidades, características essas que são capazes de transformar o leitor em um forte aliado na imposição de certas ideologias dentro da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBALADEJO, Tomas. *Retórica*. Madri, Sintesis, 1987.
- AMOSSY, Ruth. *Imagens de Si no Discurso: A Construção do Ethos*. São Paulo, Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1964.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BRANDÃO, Helena.H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: Edusc, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DIJK, T. A. Van. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2004.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro Forense Universitária, 2005.
- FRANCO, Carlos Alberto di. *Jornalismo, ética e qualidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- GARGUREVICH, Juan. *Gêneros periodísticos*. Quito: CIESPAL, 1982.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 2004.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V. ; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MOSCA, Lineide. *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo: Humanitas, 2001.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso – Princípios e Procedimentos* -. São Paulo: Pontes, 2003.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, Sigrid (Orgs). *Texto e discurso: Mídia, Literatura e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PERELMAN, Chaïn; TYTECA-OLBRECHTS, Lucie. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias: Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

RABAÇA, Carlos; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSSI, Clovis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOUSA, Jorge Pedro. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SITES CONSULTADOS:

[http:// www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

[http:// www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

[http:// www.canaldaimprensa.com.br](http://www.canaldaimprensa.com.br)

ANEXOS

O ESTADO DE SÃO PAULO – EDITORIAL: 19/07/2007 (anexo 1)

FOLHA DE SÃO PAULO – EDITORIAL: 02/05/2007 (anexo 2)

O ESTADO DE SÃO PAULO – EDITORIAL: 21/07/2007 (anexo 3)

FOLHA DE SÃO PAULO – EDITORIAL: 07/12/2006 (anexo 4)

ANEXO 1

AS CAUSAS ESTRUTURAIS DA TRAGÉDIA

Desastres de aviação, dizem os especialistas, sempre têm mais de uma causa. Com a tragédia do Airbus da TAM não é diferente. As causas são a incompetência, desídia, leviandade, ganância e corrupção presentes no sistema de transporte aéreo brasileiro. Perto desses fatores estruturais, eventuais falhas técnicas, ou do piloto, na origem da catástrofe de anteontem em Congonhas são dados acessórios. Essencial é o descalabro que permite o funcionamento a plena carga do maior aeroporto brasileiro numa área já abarcada pelo centro ampliado de São Paulo; a recusa das companhias aéreas em reduzir as suas operações ali, ou ao menos desconcentrá-las dos horários de pico; a submissão cúmplice da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aos interesses das empresas que dominam o setor; a calamidade administrativa, a politicagem e a fraude endêmica na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Tudo isso sob os olhos - e a responsabilidade objetiva - de um governo cujo presidente só quer ouvir o som da própria voz e continua a repetir hoje o que, horas antes do terrível acidente, admitiu fazer no passado - “a quantidade de coisas que eu falei e falava porque era moda falar, mas que não tinha substância para sustentar na hora em que você pega no concreto”. E que traça ele próprio o retrato acabado de sua gestão ao confessar que “em determinados cargos (...) a gente faz quando pode e, se não pode, deixa como está para ver como é que fica”. No dia 29 de setembro do ano passado, 154 pessoas morreram no que foi, até às 18 horas e 45 minutos de anteontem, o maior desastre aéreo da história brasileira. Desde os 154 mortos da tragédia da Gol até as duas centenas de mortes desta terça-feira, descontado o palavrório entorpecedor de todos quantos têm parte com os problemas da aviação comercial no País - e com as possíveis soluções para eles -, continuou-se na estaca zero em matéria de “pegar no concreto” para melhorar os padrões de segurança de voo no território. Para todos os efeitos práticos, “deixou-se como está para ver como é que fica”.

Nesse quadro de falência dos poderes públicos e de voracidade de interesses privados, Congonhas - sem as chamas, os corpos e os destroços - é a síntese das incompetências e irresponsabilidades que marcam a administração pública brasileira. Em abril de 2005, um brigadeiro, Edilberto Teles Sirotheau Corrêa, denunciou a “obsessiva prioridade” dada pela Infraero “às obras que proporcionam ‘visibilidade’, em detrimento das necessidades operacionais”. De fato, gastaram-se R\$ 350 milhões para modernizar esse shopping center no qual se transformou o terminal do aeroporto que, já em 2005, registrava 228 mil pousos e decolagens, 33 mil a mais do que o desejável pelos critérios internacionais. Em janeiro último, o Ministério Público Federal pediu à Justiça a interdição da pista principal de Congonhas. No mês seguinte, um juiz federal proibiu aviões de grande porte, como Boeings e Airbuses, de operar no aeroporto enquanto os problemas da pista não fossem sanados. Uma instância superior invalidou a decisão, considerando-a drástica demais e fonte de impactos econômicos negativos.

Enfim, ao custo de R\$ 19,9 milhões, a Infraero contratou o conserto da pista - e a liberou escandalosamente antes de nela serem acrescentadas as ranhuras transversais que asseguram o escoamento da água das chuvas e aumentam a aderência dos pneus dos aviões ao solo, facilitando a freada e reduzindo o risco de derrapadas como a que, na segunda-feira, arrastou por 150 metros, até o gramado próximo, um turboélice com uma vintena de pessoas a bordo, muito mais manejável do que um Airbus capaz de levar cerca de 180 pessoas. (Outro episódio, negado pela TAM, foi a arremetida, também na segunda-feira, de um aparelho da companhia, cujo comandante desistiu do pouso no último momento devido ao alagamento da pista.) As obras do grooving só poderiam começar na próxima quarta-feira. Pode ser que tenha contribuído para a tragédia do voo 3054 um erro na manobra de pouso ou uma pane no sistema de freios do Airbus. Mas é certo que o desfecho seria outro se a pista tivesse plenas condições de segurança. Não as tinha e ainda assim era usada, em última análise, por incompetência, desídia, leviandade, ganância e corrupção.

ANEXO 2

Inação injustificável

É inadmissível que, após 7 meses do pior desastre aéreo do país, pouco se tenha feito para evitar repetição da tragédia

A EXASPERANTE ineficiência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai assumindo contornos cada vez mais graves. O Planalto já dera uma contribuição decisiva para a crise aérea ao contingenciar de forma irresponsável as verbas destinadas à segurança do setor. Verifica-se agora que, passados sete meses do pior desastre de avião da história do país, no qual morreram 154 pessoas, as autoridades não conseguiram implementar nem mesmo as medidas emergenciais a que se propuseram.

Como mostrou reportagem da Folha de segunda-feira, a Aeronáutica ainda não cumpriu as recomendações "de curto prazo" feitas por seus próprios órgãos. As únicas exceções são algumas mudanças no manual de regras -para adequá-las ao padrão internacional- e as aulas de inglês para controladores de tráfego aéreo -que já estavam previstas antes do acidente. Outras ações relativamente simples -para as quais um prazo de sete meses seria mais do que suficiente-, como melhorias no software utilizado pelos controladores e alterações de procedimentos, não saíram do papel. Estão "em análise", no dizer da Força Aérea Brasileira (FAB).

É estranho. Afinal, as recomendações foram feitas pelo Centro Nacional de Investigações e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) -um órgão da FAB- e aprovadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) -também vinculado aos militares. Por quantas repartições mais as medidas precisam passar antes que se dê a "análise" por concluída?

Também causa espécie o fato de a Aeronáutica negar que tenha conhecimento de uma segunda lista de recomendações -também não cumpridas-, estas feitas pela National Transportation Safety Board (NTSB), a agência norte-americana incumbida da segurança aérea. A NTSB, afinal, participa das investigações sobre o desastre em caráter oficial.

Pior, em fóruns internacionais, o Brasil vem sustentando que já tomou as precauções necessárias após o acidente de 29 de setembro do ano passado. No encontro da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), realizado no mês passado na Costa Rica, o documento oficial brasileiro afirmou: "Todas as ações que podiam ser implementadas na esfera brasileira foram lançadas, incluindo a implementação de algumas recomendações preliminares de segurança".

Na melhor hipótese, estão faltando agilidade e coordenação às autoridades responsáveis pela segurança aérea. Na pior, estão deliberadamente tentando escamotear a realidade. Qualquer que seja o caso, é inadmissível que, passados sete meses da tragédia aérea, quase nada tenha sido feito para evitar que algo semelhante se repita.

ANEXO 3

Uma verdade inconveniente

A imagem mais chocante exibida pela televisão, depois daquelas do inferno no prédio onde explodiu o Airbus da TAM, foi a dos gestos obscenos com que o assessor presidencial Marco Aurélio Garcia e um auxiliar reagiam à reportagem do Jornal Nacional sobre os problemas mecânicos no sistema de freios da aeronave, o que poderia ter causado a tragédia de Congonhas. A cena, captada por um cinegrafista da TV Globo, choca menos pela vulgaridade das raivosas expressões de desforra de um graduado assessor do presidente e de um dos seus subordinados do que por evidenciar a despudorada torcida do círculo íntimo do presidente da República - a começar dele próprio, decerto - para que a apuração das causas da catástrofe não revele a verdade inconveniente para o governo. Essa preocupação, ficou claro, se sobrepõe ao seu alegado desejo de que a investigação conduza à verdade dos fatos, sejam quais forem.

O espectro que assombra o Planalto é o da comprovação de que o desastre não foi uma fatalidade, ou o que os matemáticos denominam “evento discreto”, que se contém em si mesmo sem guardar relação alguma com quaisquer outros. É vital para o lulismo que se conclua que o horror da terça-feira e a crise aérea que atormenta o País há 10 meses - por gritante incapacidade do governo para resolvê-la - não têm qualquer relação de causa e efeito. Mas, nesse sentido, há elementos de sobra para se afirmar que as grosseiras expressões mímicas de vingança jubilosa mostradas no Jornal da Globo são, no mínimo, precipitadas. A admissão da TAM de que estava com defeito o reversor de um reator do Airbus, usado para reduzir a velocidade dos aviões no solo, de forma alguma elimina a hipótese de que a causa primária do desastre foi o estado da pista onde o jato havia pousado normalmente.

O fato indiscutível é que, tendo tocado o chão no lugar certo e na velocidade apropriada, o aparelho deslanchou e foi se deslocando para a esquerda. Uma coisa e outra podem ser atribuídas à água acumulada na pista, como em geral acontece quando um carro derrapa. É o que deve ter levado o piloto a tentar arremeter, ao se dar conta de que o Airbus não se deteria antes do fim da pista de exíguos 1.939 metros. Com um reversor ligado e outro “pinado” (imobilizado), o procedimento fracassou, consumando-se a tragédia. Em suma, não estivesse a pista um “sabão”, como compararam vários pilotos, muito provavelmente o avião não teria deslanchado ou o problema seria manejável, apesar do reversor. E não fosse a Infraero o desastre que é, não teria liberado indevidamente a pista - perigosa mesmo seca para aviões do porte de um Airbus, por ser muito curta - para uso até sob chuva, embora ainda desprovida dos sulcos para o escoamento da água.

Além disso, a estatal espalhou a patranha de que a pista foi reaberta com base em um laudo favorável do Instituto de Pesquisas Tecnológicas da USP. Mas esse antro de incompetência, politicagem e corrupção não existe num vácuo. É um elo da caótica cadeia de órgãos federais responsáveis pelo colapso do controle da aviação civil no País, sob o (des) governo de um presidente da República cujo despreparo e inapetência para o trabalho duro se afiguram insanáveis - quando não fatais. Daí a incapacidade do governo de “eliminar a presença, no sistema de transporte aéreo brasileiro, de fatores estruturais, que geram riscos enormes, inclusive de queda de aeronaves”, como reivindica o governador paulista José Serra em circunstanciado documento enviado a Lula. E daí a impossibilidade de considerar a tragédia do Airbus uma fatalidade imprevisível: era, sim, um desastre à espera de acontecer.

Só não se esperava que o mais loquaz dos presidentes brasileiros até onde a memória alcança ficasse com a língua presa desde a catástrofe até a noite de ontem. Aturdido pela segunda ocorrência do gênero na sua gestão, quando mal começava a se recobrar das vaias ouvidas na abertura do Pan, Lula delegou a um porta-voz até mesmo os pêsames às famílias das vítimas, não se apresentando em rede nacional - ainda que só para isso - na própria terça fatídica. Nunca antes ficara tão escancarada a sua inaptidão para lidar com o que o contraria. E pensar que, aos 10 meses de apagão aéreo, ele continua pedindo “respostas rápidas” para o descalabro. Seria risível, não fosse trágico.

ANEXO 4

O caos como rotina

***No terceiro colapso aéreo seguido,
Fica patente a incapacidade do
Governo de resolver a crise e de dar
Satisfação a passageiros***

É DE estranhar muitíssimo a ocorrência de uma pane inédita no sistema de controle de vôos de Brasília neste momento. Ou está em curso uma conspiração cósmica contra os usuários do transporte aéreo no país, ou essa trama tem contornos bem mais mundanos. Ressaltam, após o terceiro episódio de colapso aéreo em menos de dois meses, a incúria, a desarticulação e a incompetência das autoridades responsáveis pelo setor. Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Infraero, Agência Nacional de Aviação Civil; a resultante da ação de quatro instâncias da burocracia tem sido nula quando se trata de debelar a crise na raiz, dar satisfação em tempo real aos prejudicados e minimizar o desconforto dos passageiros.

Se o caos ameaça tornar-se rotina nos aeroportos, é preciso nomear os quatro cavaleiros do desgoverno. Cinco, refazendo a conta, pois a blandícia e a passividade do chefe do Executivo federal perante o escalar da crise alçam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a indolência de sempre, ao topo da lista.

Compreende-se que os controladores de vôo tenham ficado aborrecidos e até traumatizados após o acidente que matou 154 pessoas em 29 de setembro. Daí não se justifica, no entanto, a liberdade com que foram brindados pelo governo para levar adiante um movimento de rebelião -contra a hierarquia militar- e sabotagem -contra o transporte aéreo nacional. Também é natural que provenha dos controladores um lobby para tirar a operação do tráfego aéreo das Forças Armadas e entregá-la a agências civis. Os servidores pleiteiam, contra o interesse dos usuários, ver formalizado seu poder de paralisar os aviões sempre que desejarem pressionar o governo a atender demandas corporativas -os "apagões aéreos" são apenas uma prévia do que seria o controle civil do fluxo de aeronaves.

Espantoso é Lula apoiar as ambições desse sindicato clandestino. O presidente chegou a incentivar a conversa que o titular da Defesa e seu colega do Trabalho tiveram com controladores militares, na ausência de oficiais a quem são subordinados, para tratar de uma pauta de reivindicações. Para completar, o presidente assistiu à queda de dois oficiais da Aeronáutica ligados ao controle de vôo -algo natural, pois não conseguiram evitar o colapso-, mas continua a respaldar Waldir Pires na Defesa. Além de ter liderado a condução sindicalista da crise, o ministro demonstra a cada declaração desconhecer informações elementares acerca dos acontecimentos. Fica patente sua falta de autoridade sobre os militares.

Coerente. Lula apenas premia o "só sei que nada sei" -na sua vertente oportunista, não na socrática-, lema que o presidente encarnou durante os escândalos de seu primeiro mandato. Coerente, mas inaceitável. Ou o presidente da República corrige de imediato a rota no modo de lidar com a crise aérea, ou o seu governo ficará indelevelmente marcado como aquele que levou de vez o caos para a rotina dos aeroportos brasileiros.